



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

RAPHAEL IRERÊ ALMEIDA LEITE

**ROTAS MONUMENTAIS E CAMINHOS SATÉLITES:
REFLEXÕES SOBRE O TURISMO A PARTIR DO MITO FUNDADOR DA CAPITAL**

Brasília/DF

2018

RAPHAEL IRERÊ ALMEIDA LEITE

**ROTAS MONUMENTAIS E CAMINHOS SATÉLITES:
REFLEXÕES SOBRE O TURISMO A PARTIR DO MITO FUNDADOR DA CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito obtenção do título de mestre, área de concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos

Brasília/DF

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

IIR66r Irerê, Raphael
Rotas monumentais e caminhos satélites: reflexões sobre o turismo a partir do mito fundador da capital / Raphael Irerê; orientador Neio Campos. -- Brasília, 218. 171 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo) -- Universidade de Brasília, 218.

1. Turismo. 2. Uso do território. 3. Análise do Discurso. 4. Segregação. 5. Brasília. I. Campos, Neio, orient. II. Título.

**ROTAS MONUMENTAIS E CAMINHOS SATÉLITES:
REFLEXÕES SOBRE O TURISMO A PARTIR DO MITO FUNDADOR DA CAPITAL**

RAPHAEL IRERÊ ALMEIDA LEITE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de mestre, área de concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo.

Aprovada em de de

Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos – Presidente

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena – Membro efetivo interno

Prof^a. Dr^a. Marília Steinberger – Membro efetivo externo

Prof^a. Dr^a. Karina e Silva Dias – Membro suplente interno

AGRADECIMENTOS:

Aos que se desafiam a habitar poeticamente o mundo.

Ao Fernando por ter auxiliado com os dados.

Ao professor Neio pela orientação e acolhida.

À professora Marília pelo incentivo.

À minha família, em especial à Elza por ser a base deste caminho.

À Nair, por trilhar junto, poematizando o viver.

RESUMO:

A proposta de Lúcio Costa para Brasília para ser mais do que uma *urbis*, ser *civitas*, permite uma investigação sobre a cidade. Para além dos templos, além dos heróis e das fábulas, para além da epopéia da construção da cidade, que é em si um monumento assim como a *urbis* romana ou a *pólis* grega, Brasília tem o território demarcado que separa quem faz parte da *civitas* e quem está excluído dela. Essa demarcação é refletida em vários momentos da sociedade impactando no modo em que ela produz seu espaço.

A divisão entre candangos e pioneiros na construção da nova capital e a divisão entre Brasília e “cidades-satélites”, ao longo dos anos, aparenta advir de um mito fundador, um planejamento que segrega através de vários processos que moldam a estrutura da sociedade. Processos de segregação que são reforçados pelos discursos do poder estatal e naturalizados através de ações e políticas públicas.

A divisão social e geográfica da cidade, a noção de pertencimento dos cidadãos e a identificação dos lugares permitidos na cidade são construídas por diálogos. Esses diálogos constroem e definem a relação dos seres no mundo em que habitam e as representações sobre a cidade.

A partir deste entendimento, esta dissertação analisa como o discurso da Secretaria Adjunta de Turismo do Governo do Distrito Federal elabora políticas públicas e cria uma representação da memória da cidade através do uso dos atrativos turísticos. Estes atrativos estão baseados em um caráter arquitetônico e histórico, que refletem os mitos de fundação da cidade, e são apresentados como a representação turística da cidade pelo governo apesar de restritos geograficamente, não permitindo a representação de uma parcela da sociedade.

Para isso, foi realizado o levantamento e análise de dados disponibilizados pela Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal no período de 2014 a 2018: planejamento estratégico, mapas e guias turísticos, referentes a ações e políticas públicas de turismo. Ademais, foi elaborada uma comparação com os dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

A partir da análise destes dados, esta dissertação identifica que os pontos destinados pelo poder público para uso turístico se concentram em uma determinada região do Distrito Federal, se distanciando dos pontos que os moradores e turistas do Distrito Federal utilizam com o objetivo turístico.

Palavras chaves: Turismo, uso do território, análise do discurso, segregação, Brasília

ABSTRACT:

The Lúcio Costa's proposal to Brasília be more than an *urbis*, be a *civitas*, allows an investigation on the city. Besides the temples, the heroes and the fables, besides the epic of the construction of the city, which is itself a monument as the Roman *urbis* or the Greek *polis*; Brasília has the demarcated territory that separates those who are part of the *civitas* and who are excluded from it. This demarcation is reflected in several moments of society impacting on how space is produced.

The division between *candangos* and pioneers in the construction of the new capital and the division between Brasília and "satellite cities" over the years, seems to come from a founding myth, a planning that segregates through various processes that shape the structure of society. These processes of segregation are reinforced by the discourses of state institutions and naturalized through public actions and public policies.

The social and geographical division of the city, the notion of belonging of the citizens and the identification of the places allowed in the city are constructed by dialogues. These dialogues construct and define the relationship of beings in the world they inhabit and the representations they have about the city.

From this understanding, this dissertation analyzes how the discourse of the Tourism Department of the Federal District Government elaborates public policies and creates a representation of the memory of the city through the use of tourist attractions. These attractions are based on an architectural and historical character, reflecting the founding myths of the city, and are presented as the touristic representation of the city government nevertheless they are restricted geographically, not allowing the representation of a portion of society.

For this, we conducted a survey and analysis of data provided by the Federal District Tourism Bureau in the period 2014 to 2018: strategic planning, maps and tourist guides, referring to actions and public tourism policies. In addition, a comparison was made with data from the Planning Company of the Federal District and the Secretariat of Culture of the Federal District.

Based on the analysis of these data, this dissertation identifies that: the points destined by the public power for tourist use are concentrated in a certain region of the Federal District, distancing itself from the points that the residents and tourists of the Federal District use with the tourist objective.

Keywords: Tourism, use of territory, discourse analysis, segregation, Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa político rodoviário do Distrito Federal	17
Figura 2 - Resultado da pesquisa por imagens sobre Mapa turístico de Brasília	64
Figura 3 - Principais pontos turísticos de Brasília - Copa 2014	65
Figura 4 - IX Encontro Nacional de Farmacovigilância das Américas 2011.....	65
Figura 5 - Mapa mental, Plano de Turismo Criativo de Brasília. 2017	85
Figura 6 - Página Guia de Turismo Acessível.....	121
Figura 7 - Indexações de Navegação - SECULT	124
Figura 8- Indexações de Navegação SECULT sem informação.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Edição Especial - Mapa Turístico 2016 Fonte: DER-DF	67
Mapa 2 - Mapa Centro de Apoio ao Turista 2018	68
Mapa 3 - Mapa turísticos do DF	69
Mapa 4 - Guia Turístico - Histórico Cultural	87
Mapa 5 - Guia Turístico - Arquitetônico	88
Mapa 6 - Guia Turístico - Cívico	89
Mapa 7 - Guia Turístico - De Lazer e Entretenimento.....	90
Mapa 8 - Guia Turístico - De Natureza	92
Mapa 9 - Guia Turístico - Místico e Religioso	93
Mapa 11 - Guia Turístico Científico.....	119
Mapa 12 - Turismo Ecológico – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema).....	123
Mapa 13 - Mapa nas nuvens - Espaços culturais	126
Mapa 14 - Espaços Culturais - SECULT	129
Mapa 15 - Turismo fora do Plano Piloto.....	131
Mapa 16 - comparativo PDAD e Guia Turístico da Cidade de Brasília	134
Mapa 17 - comparativo PDAD e Atrativos turísticos fora do Plano Piloto	136
Mapa 18 - Freqüência em Museu por RA	139
Mapa 19 - Freqüência a Teatro por RA	141
Mapa 20 - Freqüência a parques ou Jardins por RA	143
Mapa 21- Regiões administrativas que receberam ações do FAC e Guia turístico de Brasília	151
Mapa 22- Sugestões de Atrativos Turísticos Culturais para RAs Taguatinga, Ceilândia e Gama	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento de atrativos turísticos por Região Administrativa nos guias turísticos	99
Tabela 2 – População, ocupada em setor de administração pública e ocupada na RA Plano Piloto, segundo as Regiões Administrativas dos gráficos apresentados.....	145
Tabela 3 – Local de cultura e lazer, por Região Administrativa.....	146
Tabela 4 – Sugestões de Atrativos Turísticos Culturais para RAs Taguatinga, Ceilândia e Gama	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Existência de atrativo turístico próximo ao domicílio.....	133
Gráfico 3 - Freqüência em Museu e Teatro por RA.	138
Gráfico 4 - Freqüência a Teatro por RA.....	140
Gráfico 5- Freqüência a parques ou Jardins por RA.....	142
Gráfico 6 - Territórios ativados por meio da produção e execução dos projetos - de 2011 a 2014.	148
Gráfico 7 - Somatório das RAs com ações culturais provenientes do FAC - anos 2011 a 2104.....	149

Lista de Siglas:

CODEPLAN	COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL
DF	DISTRITO FEDERAL
FAC	FUNDO DE APOIO À CULTURA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
MTUR	MINISTÉRIO DO TURISMO
PDAD	PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PNT	PLANOS NACIONAIS DE TURISMO
PNMT	PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO
RA	REGIAO ADMINISTRATIVA
RIDE	REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
SETUR	SECRETARIA ADJUNTA DO TURISMO
SECULT	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
SEGPLAN	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
ZEE-DF	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

SUMÁRIO

Resumo:	19
Abstract:.....	20
Introdução	15
Referencial Teórico	21
Metodologia.....	25
Relevância do estudo	28
1. Capítulo 1 – A cidade e os Estranhos.....	31
1.1. Os sem proteção não pertencem à cidade.....	31
1.2. Os que se movem não são todos.....	34
1.3. Para quem são os lugares além e como os descrevem.....	37
1.4. Rotas monumentais para patrícios e caminhos-satélites para a plebe	43
2. Capítulo 2 – O não-dito des-coberto	46
2.1. Sonhos e discursos sobre a capital	49
2.2 Responsabilidades e repercussões da fala.....	56
2.2.1 Primeira repercussão da fala - Brasiliense, entre o “cidadão” pioneiro e o “plebeu” candango?.....	58
2.2.2 Segunda repercussão da fala - Visitar Brasília ou visitar o Distrito Federal?	62
2.3. Políticas públicas, políticas de turismo e o não-dito.....	74
2.3.1. Planos Nacionais de Turismo.....	74
2.3.2. Plano de Turismo do Governo do Distrito Federal	77
3. Capítulo 3 - Usos do Território - Por uma outra turistificação	102
3.1. Território e espaço	102
3.1.1. O <i>Dasein</i> e o uso do território	102

3.1.2.	Lugar e valor do indivíduo	106
3.1.3.	Lugar do pioneiro e do candango.....	109
3.2.	Uso do território e políticas públicas	112
3.3.	Equipamentos de turismo e de lazer em relação ao uso do território	117
3.4.	Políticas públicas e a sua distribuição geográfica no território do DF	132
4.	Considerações finais.....	156
5.	Referências.....	162

INTRODUÇÃO

Elaborado por Lúcio Costa, o plano urbanístico da capital do país concebe alguns lugares e os destina para o turismo. Junto com o planejamento arquitetônico de Oscar Niemeyer, torna os centros cívicos e administrativos pontos de interesse de visitação turística para aqueles que chegam na cidade pela primeira vez. Acabam, entretanto, se restringindo a uma pequena e limitada rota, pois os principais prédios e monumentos estão relativamente próximos. Além disso, nesse caráter cívico-arquitetônico encontramos um caráter histórico-político, mas pouco ou nenhum lazer.

Esta dissertação se filia à teorização de Milton Santos (1982, 1999, 1996, 2000, 2001, 2006, 2007) quanto a definições de espaço, território, uso do território e configuração territorial. A parte inicial do trabalho estabelece o diálogo dessa teorização com outros autores para definir esses termos iniciais. Os entendimentos de Neio Campos (1991) e Marília Steinberger (2009) são as bases orientadoras para realizar a ligação do conceito de uso do território com o objetivo turístico e aproximação com os conceitos de políticas públicas para o turismo.

Essa investigação se inicia a partir de percepções próprias percebidas enquanto migrante, pois este autor faz parte do grupo de pessoas que veio trabalhar e estudar em Brasília, fixando residência. Como percepção pessoal é apenas uma referência, mas se torna o ponto de partida para o problema de pesquisa: uma investigação sobre o entendimento daquilo que é mostrado e como é mostrado sobre o turismo nos mapas do Distrito Federal, e também, quais são os reflexos na percepção do Brasiliense sobre seu lugar no mundo e sobre si mesmo.

Algumas orientações que diferenciam a cidade se tornaram logo claras. A primeira delas foi a permissão que recebi para usar os termos brasiliense e candango, usados em referência aos nativos da cidade. Nessa percepção nem um pouco científica de convivência, a expressão “candango” ainda pareceu carregar alguns preconceitos ou pelos menos um incômodo latente de potencial negativo.

A segunda orientação foi a exigência de nomear corretamente o lugar de minha residência: eu não morava em Brasília, por residir na região administrativa de

Taguatinga , eu morava no Distrito Federal. A primeira impressão da cidade, dividida em regiões, blocos e números é de estranhamento, pois as Regiões Administrativas não são consideradas bairros por quem mora nelas e, pela lei, as RAs não podem ser alçadas à categoria de municípios mesmo que auto-suficientes. Minha adaptação à cidade demandou um acompanhamento cartográfico: com o mapa pregado na parede, algumas impressões sobre distâncias, centro e periferia foram se tornando claras.

A terceira orientação estava ligada ao conhecer a cidade, como morador/turista, eu pretendia desbravar o novo território, mas não me interessei pelos prédios, por sua arquitetura e sua aparência monumental. Queria conhecer o novo povo, seus rituais, seus lugares sagrados e profanos, seus lugares de descanso, a praça, as igrejas, o mercadinho...

Para minha surpresa, sempre me indicavam o “plano”¹ e muitas pessoas ficavam confusas em tentar me indicar o que poderia ser ponto turístico fora do patrimônio tombado. As referências indicavam uma representação limitada em relação ao tamanho do território, na Figura 1 a seguir, o Plano Piloto está destacado em relação aos limites do território do Distrito Federal.

¹ Referência ao Plano Piloto, o nome oficial desta região administrativa é Brasília

O objetivo geral desta dissertação é realizar uma análise semiótica do discurso das políticas públicas e da representação de território para uso do turismo, conforme delineado pelo Governo do Distrito Federal entre os anos de 2014 a 2018, destacando se existem equipamentos públicos de turismo em outras RAs e quantos são; se esses equipamentos são utilizados para o turismo; se estão de acordo com os lugares que o governo indica para uso turístico. Já os objetivos específicos são:

- Identificar quantas e quais são as frações do território utilizadas para fins turísticos pelo poder público;
- Identificar no discurso das políticas públicas a quem se destinam as ações e planejamentos do Governo do Distrito Federal;
- Identificar se as políticas públicas de turismo refletem uma segregação geográfica;
- Comparar o uso do território com a orientação de políticas públicas para turismo (incluindo dados sobre infraestrutura, cultura e lazer).

A hipótese desta dissertação é que o planejamento turístico no DF não compreende o uso do território criado pela população, já que o movimento inerente à construção do espaço nas regiões administrativas gerou um uso turístico para alguns lugares, como por exemplo, Ceilândia e Taguatinga, mesmo sem uma normatização desse uso pelo poder público.

Para a definição de turismo serão utilizadas, inicialmente, as recomendações internacionais para estatísticas de turismo 2008 da Organização Mundial do Turismo (OMT), por serem definições utilizadas pelos órgãos governamentais que serão estudados. Ademais, ao longo do trabalho pretende-se problematizar a respeito dessas recomendações.

A primeira definição apresentada pela OMT é a de “*viagem*” e “*viajante*”: “Travel refers to the activity of travellers. A traveller is someone who moves between

different geographic locations for any purpose and any duration”³, que leva às definições sobre “*visitante*” e “*turismo*”:

A visitor is a traveler taking a trip to a main destination outside his/her usual environment, for less than a year, for any main purpose (business, leisure or other personal purpose) other than to be employed by a resident entity in the country or place visited. These trips taken by visitors qualify as tourism trips. Tourism refers to the activity of visitors⁴. (IRTS, 2008 item 2.9)

Então, “o turismo se refere às atividades dos visitantes fora do seu ambiente usual” e o “*usual environment*” é definido como “a área geográfica (embora não necessariamente contígua) dentro da qual um indivíduo conduz suas rotinas de vida normal⁵”. É importante frisar que, independente da distância em que se encontre, a regularidade e frequência da visita são importantes para caracterizar o ambiente usual.

Partindo do ponto de vista dessas definições, o primeiro capítulo traz uma breve revisão sobre a evolução histórica do turismo, partindo de alguns senso comuns na discussão sobre as origens do turismo: a hospitalidade grega, segundo os entendimentos de Fustel de Coulanges (1961) e de obras clássicas como as de Pausanias (1918) e Apollodorus (1921). O capítulo também se propõe a identificar a importância do turista, quem era, como era aceito em seus preceitos religiosos e sociais (SMITH, 1849 e EIDINOW, KINDT & OSBORNE, 2016); a analisar como o planejamento das cidades, das leis e da filosofia elaborados e discutidos por pensadores como Platão (2010) interferiram e orientaram os lugares na cidade para os visitantes e como os cidadãos gregos deveriam se portar frente às regras de hospitalidade.

Esses princípios iniciais apontam a uma hospitalidade destinada a poucas pessoas, possuidoras de um capital econômico ou intelectual dentro de um espectro político. Apontam ainda que o visitante, como um representante de outra cidade,

³ “A viagem refere-se à atividade dos viajantes. Um viajante é alguém que se move entre diferentes locais geográficos para qualquer propósito e em qualquer duração”. Tradução livre feita pelo autor (IRTS, 2008 item 2.4)

⁴ Um visitante é um viajante que faz uma viagem para um destino principal fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano, para qualquer objetivo principal (negócios, lazer ou outros fins pessoais), desde que não seja empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado. Essas viagens realizadas pelos visitantes se qualificam como viagens de turismo. O turismo refere-se à atividade dos visitantes. - Tradução livre feita pelo autor

⁵ (IRTS, 2008 item 2.21)

estava ligado a direitos e deveres que limitavam e orientavam a sua movimentação na cidade que o recebia. A cidade visitada oferecia um guia, uma pessoa responsável por mostrar os pontos fortes da cidade, reforçar os mitos políticos e históricos e principalmente por limitar o estrangeiro. Estes princípios serão guias para a aproximação de um “direito ao turismo” com o conceito de direito à cidade, discutido por Lefebvre⁶ e retomado por David Harvey⁷, sobre a influência do urbanismo em relação aos deslocamentos.

Para avançar, esta dissertação realiza no capítulo 2 uma análise dos discursos do poder público sobre a capital do país. Utilizando a teorização de Heidegger (2003, 2005, 2007, 2013) sobre a percepção do ser-no-mundo e a necessidade de habitá-lo poeticamente, ou seja, compreendendo a verdade à sua volta. E seguindo essa teoria, a pesquisa se propôs a “descobrir” a relação do ser-aí com o mundo que habita, identificando através da representação semiótica dos discursos no período da construção da nova capital se é possível reconhecer indícios de valoração e valorização dos indivíduos e qual fração do território lhes cabe.

Entender a sociedade a partir de sua relação com o fenômeno turístico significa perceber o discurso que a vida na cidade escreve. Uma fala que é internalizada pelos moradores e visitantes ao construírem uma obra de arte viva através de seus hábitos e costumes, ao ir desenhando sua história e, por vezes, remodelando sua memória, denota uma riqueza de detalhes no território e em suas frações.

Os discursos dos planos nacionais de turismo, dos decretos, leis e planos distritais indicam a fração do território entendida pelo poder público que deve tanto representar a cidade quanto possuir uma destinação de uso para o turismo. Nessas percepções é possível realizar um paralelo com os hinos e descrições da Grécia Antiga: o discurso sobre o turismo no Distrito Federal é baseado na construção do mito fundador da cidade, seus antepassados e heróis pertencem ao *gênos* como o dos “bem-nascidos” e é possível perceber a similaridade da preparação da oferta de *xenia* para os estrangeiros com um maior potencial político e econômico. Desta forma também foram realizados apontamentos sobre possíveis consequências desses discursos sobre a sociedade.

⁶ (LEFEBVRE, 2001)

⁷ (HARVEY, 2012)

Para auxiliar o entendimento dessa percepção foram analisadas as escolhas dos atrativos turísticos da cidade definidos pelos guias turísticos. Buscando detectar as indicações se a escolha desses atrativos é uma poesia, que descobre o mundo e o revela para o ser, ou se é um falatório, que repete informações sem apropriação da realidade – sem um compromisso com a verdade –, foi realizado um levantamento e comparação dos lugares selecionados em relação com a extensão territorial do Distrito Federal.

O terceiro capítulo é uma discussão sobre as conseqüências que a delimitação sobre local e valor do indivíduo possuem na formação do espaço e como os discursos e políticas contribuem para a percepção sobre o uso do território. A relação do turismo com o uso do território e as delimitações de frações de território foram realizadas a partir dos entendimentos de Neio Campos (1991) e Marília Steinberger (2009).

Referencial Teórico

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira, o território “é o nome político para o espaço de um país”⁸, são as formas definidas pelo Estado e construídas pela sociedade, com configurações e técnicas diferentes de acordo com épocas históricas, fazendo com que o território seja “revelador de diferenças, às vezes agudas de condições de vida da população”⁹.

Entretanto, o território em si não pode ser considerado uma categoria de análise, porque não são os nomes políticos ou formas que revelam as diferenças, mas justamente como a sociedade age a partir e dentro desses limites. Os elementos físicos, os fixos, não são palcos ou panos de fundo para ações e os fluxos, portanto deve-se “levar em conta a interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política”¹⁰.

⁸ (SANTOS, 2001, p. 19)

⁹ (SANTOS, 2001, p. 225)

¹⁰ (SANTOS, 2001, p. 247)

“Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. (...) Ele tem de ser visto (...) como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.”¹¹

Um ponto de atenção na análise do território é historicidade, “pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos”¹² de forma que cada época possui uma relação com o que herdou tanto de materialidade quanto de ações em relação com aquilo que ela renova. Outro ponto de atenção para Milton Santos é a informação ligada ao uso do território em relação a natureza e presença dessa informação, que, por vezes, se constitui de forma desigual sendo necessário “compreender as qualidades de informações, reconhecer seus produtores e possuidores, decifrar seu uso”¹³.

“O meio geográfico tem um conteúdo em técnica, um conteúdo em ciência e um conteúdo em informação que permitem formas de ação diferentes, segundo as densidades respectivas. (...) haveria relações verticais e relações horizontais que resultariam na produção desses espaços banais – que são o espaço da comunhão, da comunicação, o espaço de todos.”¹⁴

Ele recomenda que, ao dividir o território em frações como ferramenta de análise¹⁵, deve-se encontrar: os agentes responsáveis pela ação; os atores, representantes da ação; e encontrar como o território é usado – e é neste ponto que essa dissertação se detém, pois, ainda de acordo com Milton Santos, o sistema de conjunto de objetos e ações demonstra como, porque, para quem e por quem o território é usado.

O uso do território com ações, práticas e técnicas voltadas ao turismo ao longo de frações do território demonstra que o turismo se manifesta em uma “materialidade de uma dada configuração territorial, onde estão os fixos (...) atrativos e

¹¹ (SANTOS, 1999, p. 18)

¹² (SANTOS, 2001, p. 20)

¹³ (SANTOS, 2001, p. 93)

¹⁴ (SANTOS, 1999, p. 17)

¹⁵ (SANTOS, 2001, p. 247 - 248)

equipamentos turísticos e de onde são gerados os fluxos, os deslocamentos”¹⁶., uma intencionalidade e prática que são assumidas por agentes e atores ao configurarem um lugar como turístico¹⁷.

Assim, esta dissertação busca compreender, por meio de uma análise semiótica de dados, documentos e mapas, como o discurso oficial do Governo do Distrito Federal, orienta o uso do território e as políticas públicas para o turismo.

“Os objetos têm um discurso que vem de sua estrutura e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. Essa legitimação prévia tornou-se necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita, e mais ativa se torne na vida social.”¹⁸

Esta dissertação parte do pressuposto de que o discurso oficial indica as rotas entre os pontos, define qual rota serve (e para quem serve) e onde ela se localiza, acolhendo pessoas treinadas para saber como esses pontos funcionam, a data de construção de personalidades envolvidas, etc. Entretanto, o discurso dos atrativos turísticos apenas legitima as ações, mas não revela o objeto. De forma que os atrativos em si não poderiam ser categorias de análise, mas sim as asserções e apropriações que a sociedade faz deles.

Para Milton Santos, cada morador tem um valor de acordo com o lugar onde mora¹⁹ e de acordo com a divisão do trabalho. Assim cada pessoa terá direito e permissões para ir ou vir a determinado ponto da cidade, para usar o território e por quanto tempo pode usufruir daquele lugar.

Isso demonstra que o território não é a categoria a ser estudada, apesar de ser dividido em frações como ferramenta de análise. E sim, o uso e apropriação dessas frações pelo Estado, instituições e pessoas é que devem ser levados em conta.

O uso do território cria o espaço, um conjunto de sistema de objetos e sistema de ações, por isso parte do sistema de ações que serão analisados são as políticas

¹⁶ (STEINBERGER, 2009, p. 45)

¹⁷ (STEINBERGER, 2009, p. 54)

¹⁸ (SANTOS, 2006, p. 150)

¹⁹ (SANTOS, 2007, p. 107)

públicas de turismo. Esta dissertação considera que os termos escolhidos pelo Estado indicam um alheamento aos pontos ou atrativos em relação ao restante do território e dos lugares. Como se o movimento incessante de relações entre ações e objetos, a intervenção histórica das pessoas não influenciasse e não fosse influenciada por eles.

A outra análise do sistema de ações se destinará a entender como a separação e destinação do uso do território por parte do governo afeta a construção do espaço realizada pelos moradores, como isso afeta os olhares e indicações sobre a cidade e se, assim como na cidade antiga, Brasília possui uma rota específica para os estrangeiros que passa longe da vivência de ser brasiliense: suas tradições e ritos. Seria uma rota para os patrícios e também para a plebe?

Metodologia

As análises semióticas do discurso partem dos entendimentos de Martin Heidegger (1999, 2000, 2001, 2003), que realiza uma busca histórica da construção dos significados da linguagem no período que ele considera mais importante, por ter definido durante muito tempo o mundo ocidental, impactando-o até hoje: a Grécia Antiga.

Desta forma foi realizada, para o primeiro capítulo, uma discussão sobre os significados que palavras como “estrangeiro” e “viajante” possuem para a linguagem e seu reflexo na sociedade. Para Heidegger (2009) a linguagem não são apenas as palavras, mas toda a construção social que carrega esta palavra de sentido e significados. De forma que descobrir o uso inicial da palavra e sua transformação pela sociedade revela as transformações do mundo e da sociedade. Este conceito serviu de orientação para a análise das políticas públicas de turismo em dois momentos.

O primeiro capítulo analisa e compara a construção da cidade antiga na Grécia, suas regras de hospitalidade e acolhimento de estrangeiros com a construção de Brasília enquanto nova capital do país, suas regras de acolhimento de migrantes e qual o lugar do estrangeiro a partir dos seus mitos fundadores e discursos oficiais. O segundo capítulo analisa como a nomeação de coisas e seres auxilia a percepção e construção do espaço por parte da sociedade brasiliense. No terceiro capítulo, é realizada a análise e comparação da localização dos atrativos turísticos com os hábitos de utilização de serviços de lazer e turismo da sociedade frente à definição das políticas públicas por parte do Governo do Distrito Federal.

Para realizar o levantamento dos atrativos turísticos definidos pelo Governo do Distrito Federal, esta dissertação realizou uma pesquisa quantitativa e uma análise qualitativa, utilizando fontes de informações secundárias, e concentrando a análise dos dados entre 2014 a 2018, fornecidos pelas Secretarias de Estado de Cultura do Distrito Federal (SECULT) e pela Secretaria Adjunta de Turismo (SETUR).

Estes atrativos deveriam estar distribuídos entre as 31 Regiões Administrativas (RAs) que compõem o Distrito Federal, abrangidas pela a área de 5.779 km². Para realizar essa análise, os documentos da SECULT e SETUR foram comparados com

os decretos e orientações que constam em documentos e pesquisas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

Durante o levantamento dos dados foi observada uma precariedade de compilação e organização das informações por parte das Secretarias de Cultura e Secretaria de Turismo dificultando possíveis análises no período que abrange os anos de 1970 a 2014. A CODEPLAN possui uma organização documental bem mais elaborada, mas os dados e pesquisas consolidadas e publicados pela companhia só ocorrem a partir de 2013. Coincidência ou não os órgãos e instituições começaram publicações periódicas um ano antes da realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014, que teve jogos sediados em Brasília.

A partir da identificação desses atrativos turísticos, foi realizada, no segundo capítulo, a análise semiótica do discurso proposta por Heidegger (1999, 2000, 2003, 2007) para observar se os textos e imagens do Governo do Distrito Federal podem ser consideradas ferramentas para que os indivíduos consigam ter uma noção sobre a diversidade de atrativos turísticos e como os diversos pontos ao longo do território manifestam o uso para o turismo.

Teorias semióticas costumam levar a pensadores como Charles Peirce, ou Ferdinand de Saussure. Asserções destes pensadores poderiam ser utilizadas para análises das figuras, imagens, símbolos de produtos turísticos, o que não é o caso. Roland Barthes, Jacques Durrand, Martyne Jolye poderiam ser utilizados para a análise semióticas das peças publicitárias e materiais gráficos sobre o turismo, Algirdas Greimas e Louis Hjelmslev poderiam ser utilizados para uma análise textual dos documentos.

Estas teorias sobre semiótica não atendem a especificidade desta dissertação. A filosofia prática de Martin Heidegger, se mostra mais adequada por se preocupar com o modo como as interpretações se manifestam nas ações do dia a dia e nas pessoas. O ser pode agir de forma alienada ao mundo ou se perceber em um espaço e tempo, entender a construção dos significados pela historicidade e descobrir o mundo através da linguagem.

Para discutir as políticas de turismo do Distrito Federal, foram analisados as leis, decretos e diretrizes da Secretaria Adjunta do Turismo (SETUR), e as informações divulgadas na ferramenta oficial de gestão, planejamento e

monitoramento na internet, o Observatório do Turismo. De acordo com esses dados, os atrativos turísticos da cidade estão divididos em seis segmentos de rotas turísticas que se concentram, grosso modo, em duas frações de território.

A primeira fração é uma faixa contínua que se concentra na área de preservação urbanística, sendo o suporte para os segmentos de turismo histórico, cívico, de lazer, arquitetônico e religioso. Os limites dessa área estão no Decreto n.º 10.829²⁰ de 1987. O discurso oficial ainda se baseia na decisão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de incluir Brasília na lista de patrimônios culturais da humanidade, em 1987²¹, e na portaria nº 314, de 1992, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²² que determina e tomba o Conjunto Urbanístico de Brasília.

A segunda fração de território é composta pelos segmentos turismo religioso e turismo “de natureza”, que sugerem outras regiões administrativas como Planaltina e Brazlândia e cidades circunvizinhas que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno²³ (RIDE), com municípios de Goiás e Minas Gerais, como Abadiânia, Alto Paraíso, Formosa e Pirenópolis.

Para o terceiro capítulo, esta dissertação utiliza os entendimentos de Aldo Paviani (2010), José William Vesentini (1986) e Neio Campos (1991), para os quais a construção de Brasília e sua divisão em cidades-satélites, agora chamadas de “Regiões Administrativas” (RAs), foram excludentes desde o início. De modo que, ao afastar os trabalhadores do centro comercial e da concentração de equipamentos públicos, também dificultou o acesso às políticas públicas, a ponto de algumas não constarem nessas regiões, como aparenta ser o caso do turismo no DF.

Desta forma, a investigação dos documentos oficiais pretende verificar se, deste ponto de vista, os documentos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Planejamento (SEGPLAN), as leis complementares que aprovam os planos da região das RAs citadas, bem como mapas e memória técnica confirmam esses entendimentos.

²⁰ (DISTRITO FEDERAL, 1987)

²¹ (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1987)

²² (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1992)

²³ (BRASIL, 2017)

Estes documentos permitem analisar, através dos entendimentos de Marília Steinberger (2009), se essas Regiões Administrativas criaram seus pontos turísticos, suas áreas de lazer, e ainda se existem ou existiram infraestruturas implantadas pelo governo e se aconteceram mudanças no uso ou se tornaram o que Milton Santos chama de rugosidades²⁴.

Essas infraestruturas são, no dizer de Milton Santos²⁵, sistema de objetos e estão listadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e disponibilizada no Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas Automatizado (SIGA).

Como o turismo abarca a idéia de lazer e manifestações culturais, se fez necessário buscar informações complementares junto a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), e foram investigados os resultados e avaliações e estatísticas dos projetos culturais apoiados pelos fomentos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC).

Há de se salientar que houve uma duplicidade de denominação da RA I nos documentos governamentais, sendo possível encontrar a denominação Brasília e Plano Piloto. Esta dissertação assume que os documentos utilizam a denominação “Brasília” quando se referem à delimitação territorial do “Distrito Federal” usando-a como referência da capital do país e a utilizam a denominação “Plano Piloto” quando a administração se refere à fração do território delimitada para a RA I. Este entendimento tem o objetivo de facilitar a compreensão para as pessoas pouco familiarizadas com a divisão territorial do Distrito Federal e que possam vir a ler este texto.

Relevância do estudo

Esta dissertação é uma ampliação do trabalho que este autor desenvolveu na defesa da especialização sobre comunicação para a divulgação de eventos culturais

²⁴ (SANTOS, 2006)

²⁵ (SANTOS, 2006)

no DF ²⁶, visando contribuir com o acesso à informação, o incentivo à cultura, atendendo inicialmente a população de baixa renda e posteriormente a turistas.

Em seguida, ao realizar um trabalho junto a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) desenvolvendo conteúdos interativos referentes aos serviços oferecidos pelas secretarias de governo do estado e ministérios para o atendimento do Programa Bolsa Família, a percepção do trabalho anterior foi reforçada: há dificuldade de interação entre os órgãos ²⁷ estaduais e federais, mesmo quando trabalham com a mesma política pública ou, pelo menos, com o mesmo objetivo.

Desta forma, esta dissertação está inserida no debate sobre a administração do Governo do Distrito Federal, o desenvolvimento de políticas públicas e sobre o turismo no Distrito Federal, pensando sobre os pontos frágeis atuais e uma possível coesão entre os órgãos administrativos que vá além de aspectos econômicos e de interesses políticos de grupos restritos.

E propõe uma análise mais filosófica sobre o turismo pode auxiliar na avaliação e melhoria das ações do governo, já que causam tanto impacto na percepção e nas ações da sociedade.

Dentro das discussões sobre turismo, acredita-se que a superestrutura, a infraestrutura e a responsabilidade são compartilhadas com a população a partir de apropriação dos lugares. A natureza e a mudança dos usos do território definem para eles, a possibilidade de construção de novos pontos ao longo dos territórios. Apesar desta pactuação o resultado da análise e os documentos comprovam que a política não verticalizada desestimula ou ainda, impede a participação de outros agentes e atores.

Entretanto, o discurso oficial da Secretaria Adjunta de Turismo privilegia os atrativos turísticos de apenas uma entre as trinta e uma (31) regiões administrativas do Distrito Federal: a RA I - Brasília ²⁸, também utilizada pelo governo com a expressão Plano Piloto ²⁹. O discurso do governo faz mais do que apontar os lugares, ele determina, influencia o discurso de outros atores e agentes da sociedade, cria

²⁶ (IRERÊ, 2013)

²⁷ (IRERÊ, 2018)(No prelo)

²⁸ (SECRETARIA DO ESPORTE TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, 2018)

²⁹ (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO)

impacto na percepção e produção da imagem da cidade e nos modos em como os espaços são construídos, qual é o espaço permitido às pessoas.

Nesse percurso discurso-espaço, os entendimentos de Heidegger sobre a verdade através linguagem e o papel da “poesia” orientam a análise de documentos do governo e da Secretaria Adjunta de Turismo para deixar claro o não-dito dos documentos.

Esta dissertação contribui para os entendimentos críticos sobre a cidade, ao “retirar do encobrimento” a parcela alijada do mundo que não consta nos mapas. Perceber esse dinamismo da construção do espaço da sociedade permite compreender quais são as formas de incentivo e fomento aos aspectos turísticos e culturais referentes não somente ao território como um todo, como também, permite repensar ações voltadas às suas frações pensando na multiplicidade da realidade de sua população.

1. CAPÍTULO 1 – A CIDADE E OS ESTRANHOS

1.1. Os sem proteção não pertencem à cidade

Fustel de Coulanges (1961) escreve sobre as cidades antigas na Grécia e Roma e alguns aspectos são pertinentes para entender a concepção de turismo.

O primeiro deles diz respeito à religião e como ela constituiu a cidade. O entendimento de que a alma ficaria enterrada junto ao corpo após a morte é o fio condutor do entendimento de pertencimento, de lugar e de família. Sepultar o corpo permitia oferecer uma moradia e tranquilidade eterna à alma³⁰, que assim não iria para um lugar de sofrimentos, como o tártaro, ou de benesses, como os campos Elíseos, não sofreria castigos ou receberia recompensas e ainda precisaria, assim como os vivos, de alimentos. Desta forma, também o corpo estava ligado a sua terra natal e a seus familiares, auxiliando com proteção e com bênçãos ou atormentando-os quando não estivesse em paz.

Como era uma obrigação dos vivos satisfazer aos mortos, os túmulos ficavam perto das residências. Cada morto era uma divindade com poderes, independente de sua índole ou seu comportamento, seus túmulos eram altares e recebiam libações. Conhecidos como *daemons*, eram guias para os momentos difíceis, propiciavam colheitas ou traziam o infortúnio.

Essas divindades exigiam um culto diário, que não era feito no túmulo, mas em casa. Um altar com o fogo sagrado³¹ mantinha acesa a chama da memória dos antepassados e permitia o contato direto com os vivos. Essas divindades cuidavam, contudo, só dos seus e o culto era feito exclusivamente para os antepassados da família, de forma que não havia divindade universal³².

Ademais, não eram onipresentes, se limitavam ao território demarcado por uma marcação sagrada³³ realizada por cada família, por isso estavam presos ao solo e as famílias presas a sua obrigação com as divindades. As pessoas sob a proteção

³⁰ (COULANGES, 1961) livro I cap I

³¹ (COULANGES, 1961) Livro I, cap. II

³² (COULANGES, 1961) Livro I, cap. III

³³ (COULANGES, 1961) Livro I, cap. VI

de um mesmo *daemon* e dependentes de um mesmo genitor eram parte de uma *omília* [ὄμιλία]. Os parentes, irmãos, primos, ou seja, outros genitores ligados pelo sangue constituíam uma *génos*.

Então sair de casa era um risco, pois a pessoa não teria mais a proteção divina. Por outro lado, aceitar a proteção de outra divindade seria impiedade, um crime. Permitir pessoas estranhas à família entrarem em casa imporia o risco de tornar o lar impuro. Por isso, uma possibilidade remota de hospitalidade envolvia um compromisso de respeito não só em relação aos vivos, mas uma relação também divina com os mortos de cada família envolvida.

O segundo aspecto levantado por Fustel de Coulanges envolvia a cidade: não era permitida a participação de estranhos. Além disso, a perda da proteção divina ao se passar dos limites de suas terras tornou necessária³⁴ a prática de um culto que fosse comum a várias famílias, ou a vários *génos*. Uma das divindades era escolhida para ser a protetora das famílias. Iniciando uma relação de poder e prestígio, afinal a família mais bem aventurada era a que tinha a divindade mais forte e, assim todos, queriam os seus favores.

Assim as famílias, *génos*, se reuniam em fratrias ou cúrias, posteriormente em tribos, e, depois, em cidades. De forma que existia uma divindade para a família, uma para a *génos*, uma para a fratria, uma para a tribo e uma para cidade. Essas divindades em comum reforçavam os laços da sociedade e, por consequência, sua hierarquia, seus poderes e seus territórios.

A cidade era construída em um lugar diferente das casas originais, por orientação da divindade principal e com maior prestígio. Após o estabelecimento do lugar central, cada família trazia um punhado de sua terra natal e as juntava. Ali, na reunião das divindades, seria o altar principal chamado de *prytaneíon*, os limites da cidade eram marcados e eram sagrados.

Assim como a casa era uma espécie de templo de uma família, para uma divindade particular, os limites da cidade traçavam o território que limitava até onde a proteção das divindades alcançava e quais as pessoas estavam sob sua proteção.

³⁴ COULANGES, 1961, Livro II, cap. I

A cidade era, ao mesmo tempo, o lugar para a ligação religiosa e política, já o domicílio, mais afastado, era o santuário particular, e ambos compunham porções diferentes do território. Um para uso público, outro para uso privado. E, justamente por isso, a cidade não era para todos, apenas para as famílias que possuíam deuses e que forjavam suas alianças pelo compromisso das divindades particulares com as divindades comuns.

“Facultar o direito de entrar na cidade a um estrangeiro era verdadeira violação dos princípios fundamentais do culto nacional, e é por isso que a cidade, a princípio, se mostrou tão avara”³⁵. Isso incluía a população marginalizada, os trabalhadores, os que construíram a cidade e os que produziam para ela, os que não possuíam a organização baseada nas divindades e aquelas pessoas que estavam próximas a cidade em aglomerados e aldeias.

Revelar os ritos a estranhos era entregar a fidelidade e proteção da divindade. A hospitalidade só era oferecida a quem também tivesse o mesmo risco a correr. Um laço era formalizado através da *tessera*³⁶, um osso, pedra ou outro objeto que era dividido entre os interessados e essa hospitalidade poderia ser reclamada e deveria ser atendida, mesmo em tempos de guerra.

A aliança entre cidades seguia o mesmo princípio: deveria ser escolhida uma divindade em comum e qual cidade sediaria o culto, então deveria haver um culto (específico e restrito a apenas esse) que fosse compartilhado e, por obrigação, a cidade aliada deveria enviar alguns representantes até a cidade sede para esse culto. Um dos maiores cultos de cidades aliadas foi o culto no Santuário de Zeus em Olympia quando ocorriam os jogos olímpicos.

A partir dessas considerações, temos que o estrangeiro era todo aquele que não comungava a mesma fé da família, *génos*, fratria, tribo ou cidade. Nessa categoria se incluem cidadãos de outra cidade e aquelas pessoas que não eram consideradas como cidadãs: os thetas para os eupátridas gregos ou a plebe para os patrícios romanos.

³⁵ (COULANGES, 1961)

³⁶ *tessera hospitalis* in: (WILLIAM SMITH, 1875)

Os estranhos, as pessoas de fora, eram potenciais inimigos. Não faziam parte da religião e, por conseqüência, suas formações familiares não eram reconhecidas e tampouco possuíam direito algum. Ainda assim, caso possuíssem uma relação de codependência com as cidades, pedaços do território distantes das moradas seriam as únicas instalações nas quais sua presença não seria proibida.

As maiores punições da cidade consistiam no isolamento ao culto; no impedimento ao sepultamento e no exílio. Isolados de sua terra, de seus antepassados e sem previsão de que a sua memória se perpetuaria através dos seus descendentes, seriam condenados ao esquecimento das pessoas e das divindades. Mas ainda assim existiam os viajantes.

1.2. Os que se movem não são todos

No tratado “Geografia” do historiador grego Strévon³⁷, a expressão em grego utilizada é algo próximo a “aquele que viaja” ou “aquele que está em movimento” utilizando o termo *odévo* [ὄδεύω]³⁸. Ainda encontramos a expressão *xenios* [ξένιος] (estranho) com relação a quem é tanto o “inimigo” como um “convidado”. Estranhos [ξένιος], os outros vindos de fora [αλλοδαπός³⁹/*alloadapós*] não possuíam direitos nas cidades gregas.

A recomendação de Platão⁴⁰, sobre a cidade ideal, refletia sobre as melhores práticas comparando Atenas, Lacedaemonia e Creta. Uma de suas concepções particulares é que nem os artistas deveriam receber boa recepção sempre, pois aqueles que construíam peças fúteis como as comédias não deveriam ser incentivados, nem como criação, nem para os cidadãos de uma cidade.

Já os que utilizavam os temas sérios da tragédia, que elevam a moral e os bons costumes, deviam ser incentivados entre os cidadãos, entretanto as tragédias criadas por artistas vindos de fora não seriam bem vindas.

³⁷ Estrabo ou Estrabão em português, Strabo em Inglês e *Strábōn em grego*

³⁸ (STRABO, 1924) 2.5

³⁹ Formado pelas palavras ἄλλος (állōs) outro / δάπος (dápos) exo, de fora

⁴⁰ (PLATÃO, 2010) Livro VII

Caso artistas estrangeiros falassem de coisas diferentes, deveriam realizar uma apresentação para os magistrados que decidiriam se poderiam acrescentar algo novo, belo e justo (segundo a concepção dos magistrados) e ganhariam o espaço; caso não acrescentassem algo novo poderiam receber uma chance, com o intuito de evidenciar que o grupo local era melhor, mas caso trouxessem conceitos muito diferentes ou contrários aos da cidade, seriam impedidos de realizar a apresentação.

Platão comentou sobre o entendimento mais comum a essas cidades: um contrato realizado com um estrangeiro é sagrado e as falhas serão cobradas não só por uma divindade vingativa que seria a do estrangeiro, mas pela própria divindade local ou familiar. Esta divindade tomaria partido da pessoa que está privada da família ou amigos, em terra estranha e, caso o acordo fosse quebrado, as divindades acabariam sendo enganadas e buscariam retaliação e indenização. Talvez por conta disso, Platão aumentou as recomendações de cuidado em relação ao comércio exterior.

Recomendou leis rígidas que limitavam a quantidade do que podia ser comprado ou vendido para aqueles que vinham de fora e que possuíam autorização para estar na cidade. Apesar de que as pessoas de fora poderiam conseguir um terreno na cidade, seguindo fortes exigências, só poderiam permanecer por um período de vinte anos. Caso essas pessoas estranhas tivessem alguma relevância para a cidade, poderiam ficar por um período um pouco maior, a ser decidido pelos magistrados.

Platão considera pernicioso o intercâmbio entre povos e miscigenação de uma população com estranhos⁴¹, pois os costumes de outro lugar podem corromper o costume local. Apesar disso, ele recomendava cautela aos legisladores em relação às proibições pois poderiam ser mal vistas por outras cidades.

A reputação pública de quem pretendia sair de sua terra natal para outra era o quesito mais importante, a motivação de sua viagem também. Ninguém com menos de 40 anos teria tempo de demonstrar a reputação necessária para poder sair da cidade e só sairia como representante público. Basicamente eram duas as maneiras

⁴¹ (PLATÃO, 2010) livro XII pg. 484

recomendadas: a primeira visava cumprir os deveres políticos e religiosos com outras cidades, fossem os jogos ou para realizar os sacrifícios nos *prytáneis*.

A segunda seria para aprender valores, técnicas ou práticas notadamente reconhecidas e que pudessem acrescentar algo de novo à cidade, para esse serviço, os homens acima de 50 anos com um notório conhecimento em mais de uma área iriam acompanhados de um jovem secretário, porém os dois deveriam voltar. Caberia ainda, a esse homem de 50 anos, se reportar aos magistrados e ensinar aos rapazes de sua cidade natal o que aprendera fora.

Em contrapartida, quatro tipos de estranhos⁴² eram reconhecidos e deveriam ser tratados de forma amigável. Os que escolhiam o verão e assim como os pássaros, iam de cidade em cidade vendendo ou comprando mercadorias que deviam trazer algo novo - deviam ser recebidos fora da cidade nos mercados, portos ou prédios públicos. Os que eram educados pela Musa e iam apreciar espetáculos com os olhos e os ouvidos, deveriam ficar nos templos e serem guiados pelos sacerdotes.

Aqueles que iam divulgar informações públicas de outros lugares deveriam ficar nos *prytáneis* sob a responsabilidade de um general, cavaleiro ou com um oficial⁴³. Aquele que procurava encontrar belezas superiores às que encontrava em lugares além da cidade, deveria ficar com quem fosse abastado e sábio, trocariam informações e o estranho partiria com presentes adequados e distinções concedidas a ele como seria se fosse feita por amigos.

Em outros textos⁴⁴, ainda encontramos descrições de quem exercia o papel de *presvís* [πρέσβης], algo como um emissário especial enviado a outro lugar, e *próxenos* [πρόξενος] um cidadão voluntário, ou por vezes designado, para ser o representante da cidade em outro lugar, que costumava ser recebido pelo *próxenos* local que seria seu cicerone e também o responsável pelos atos do estranho. A hospitalidade derivada de obrigações do *próxenos* era de caráter estatal e identificada por *xénia ou proxenia* [ξενία ou προξενία].

⁴² (PLATÃO, 2010) 12:952d – 953e

⁴³ Aqui, sugerimos uma outra interpretação dos textos de forma um pouco diferente da que O’Gorman, Kevin D. (2007) realizou sobre o mesmo livro.

⁴⁴ (STRABO, 1924). 8.6; (APOLLODORUS, 1921) E.4; (ARISTÓTELES, 1935) 2.1352b, (ARISTÓTELES, 1952) 37 entre outros

1.3. Para quem são os lugares além e como os descrevem

Além da relação política, as outras descrições que temos sobre as viagens são os hinos e dentre estes muitos tratam sobre a mitologia. A viagem dos heróis é recorrente, como exemplo temos Odisseu, Heracles ou mesmo Teseu.

Odisseu foi enviado para a luta de Tróia, mas ao retornar desagradou Poseidon e enfrentou sua ira, como se arriscam todos que saem da proteção da divindade de sua cidade. Entretanto, Odisseu recebeu apoio como oficial militar, ao mesmo tempo em que sofria a perseguição divina. Recebeu de presente os ventos na ilha de Éolo, contudo, seus marinheiros não souberam usar e voltaram ao ponto de partida. Circe, a filha de Hélio, após quase matar parte da tripulação, acabou hospedando a todos e teve um filho com Odisseu.

Na ilha de Ogigia, Calipso mata o restante da tripulação que sobrevivera até ali, entretanto acolhe Odisseu e se apaixona por ele. Em Esqueria, foi auxiliado pela Princesa Nausicaa e pelo rei. Porém, ao retornar a Ítaca não recebeu a *xénia* devida a um estrangeiro, por estar disfarçado como mendigo.

Heracles⁴⁵, um semideus filho de Zeus, realizou os famosos 12 trabalhos⁴⁶ livrando as regiões selvagens de Nemea, Lerna, Erimanto, Estinfalo, Troya das bestas que as assolavam, como emissário (*presvís*) para a cidade de Micenas. Dos trabalhos, um deles chama atenção: a viagem que faz até os jardins das ninfas Hespérides. Pois dessa vez, apesar de ser a representação do ordenamento, a metáfora para um agente do *kósmos*⁴⁷ que coloca as coisas em seu devido lugar, parte sem rumo. Como um viajante sem destino certo, enfrentou ainda na Grécia o filho de Ares, o deus da guerra que atacava as pessoas na estrada.

Depois na Líbia, Heracles enfrentou o filho de Gaia, a Deusa Terra, pois ele obrigava os estrangeiros que chegassem em seu país a um duelo. Na Ibéria, liderou um exército e acabou com o vício daquele lugar de matar os estrangeiros. Recebeu a hospitalidade em Roma. No Egito, um dos filhos de Poseidon sacrificava os

⁴⁵ Heracles, [do grego: Hēraklēs] ou para romanos, Hércules

⁴⁶ (APOLLODORUS, 1921) Livro II e (SICULUS, 1946) livro IV

⁴⁷ Kósmos é um termo que designa o universo, a ordem e a harmonia, por vezes o Artífice Divino (PLATÃO, 2011)

estrangeiros para evitar a seca no reino. Até conseguir chegar ao jardim e pegar os pomos dourados para Eristeu.

Outro agente do *kósmos* é Teseu e serve de alerta aos viajantes, pois seu caminho até Atenas é cheio de percalços. Em Epidauro enfrenta o portador da clava de bronze que matava transeuntes. No golfo de Corinto, os viajantes eram obrigados por um gigante a tentarem manter um pinheiro dobrado, os que falhassem eram lançados pelo ar por cima das árvores e morriam. Teseu arremessa o gigante de um pinheiro. Em Crómion, um javali selvagem era usado para roubar e matar os que passavam.

Em Megara, Teseu empurra um corinto de um penhasco, pois ele obrigava os transeuntes a lavar seus pés e os empurrava de um penhasco para alimentar uma enorme tartaruga. Em Elêusis, enfrenta um lutador que obrigava quem passasse por ali a lutar com ele. Em Coridaló, deu fim ao sofrimento dos hóspedes que eram forçados a caber na cama: cortavam-lhes os pés caso fossem maiores ou os esticavam até caberem, caso fossem menores que as camas.

Podemos tirar alguns entendimentos dessas narrativas: primeiro, quem viaja está correndo perigo, seja por provocar a ira de um deus que não o seu, seja pela falta de ordenamento do *kósmos* que existe fora dos muros abençoados da cidade. Segundo, a maioria dos perigos é sobrenatural: gigantes, feras, homens de força sobre-humana, além do mundo desconhecido, detalhe importante é que cada ser mítico ficava próximo a uma cidade.

Terceiro, somente uma sociedade estranha (ou estrangeira) poderia ter uma divindade (daemons, heróis, lares⁴⁸) tão mesquinha e vil que permitisse o ataque ou o sofrimento das pessoas, visto que isso não acontecia nem em sua cidade natal nem, na cidade de seu pai. Quarto, os heróis, que são aquelas divindades de uma *génos* com maior prestígio, recuperaram a honra das cidades e de seus compatriotas. Percebe-se que essas narrativas permitiam um uso político. Exemplo é Teseu, que se tornou o herói unificador da Attica.

⁴⁸ (COULANGES, 1961)

Anteriormente foi mencionado que o isolamento ao culto era uma das maiores punições e o exílio, o agravamento dessa pena. Plutarco⁴⁹ escreve para consolar um amigo que está no exílio e tenta argumentar para diminuir-lhe o sofrimento.

Por isso discute o conceito de que os deuses não se ofenderiam por ele não estar mais na sua terra natal, pois, na verdade, o mundo inteiro seria sua pátria e que os contatos que a família dele possuía em outra cidade aliviariam o peso da punição, dado que, apesar de desterrado, ele teria as benesses que o dinheiro pode oferecer.

As poesias descrevem os caminhos e as cidades gregas, mas existem alguns escritores que se dedicaram a descrever também os lugares. Antipater⁵⁰ descreveu lugares na Grécia, Turquia, Iraque e Egito, no que ficou conhecido como a descrição das sete maravilhas do mundo antigo:

I have set eyes on the wall of lofty Babylon on which is a road for chariots, and the statue of Zeus by the Alpheus, and the hanging gardens, and the Colossus of the Sun, and the huge labour of the high pyramids, and the vast tomb of Mausolus; but when I saw the house of Artemis that mounted to the clouds, those other marvels lost their brilliancy, and I said, 'Lo, apart from Olympus, the Sun never looked on aught so grand'⁵¹.

— Antipater, Greek Anthology IX. 58⁵².

Strevón escreveu “Geografia” por volta de 10 D.C., “voltado para as pessoas nos principais cargos dos departamentos administrativos, contém informação tanto geográfica quanto histórica”⁵³, no entanto a descrição que ele faz das cidades se atém a alguns prédios públicos e se detém nas informações sobre rios, istmos, baías, montanhas, planícies, etc. Um dos poucos lugares descritos com destaque é Attica, devido a sua história ou por sua beleza:

⁴⁹ (PLUTARCHUS, 1874)

⁵⁰ (ANTIPHATER, 1917)

⁵¹ “Eu pus os olhos nas paredes sublimes da Babilônia e sua estrada para carruagens, e a estátua brilhante de Zeus às margens do Rio Alfeu, e os jardins suspensos, e o Colosso do e Hélios, e o enorme trabalho das altas pirâmides, e o vasto memorial de Mausolus; Mas quando vi a casa de Artemis que se aproximava das nuvens, aquelas outras maravilhas perderam o brilho e eu disse: “Ei, além do Olimpo, o Sol nunca olhou para nada tão grande”. - Tradução livre do autor

⁵² (ANTIPHATER, 1917)

⁵³ (STRABO, 1924), Preface

When, however, I consider the multitude of objects, so celebrated and far-famed, belonging to this city, I am reluctant to enlarge upon them, lest what I write should depart too far from the proposed design of this work. For the words of Hegesias occur to me; 'I behold the acropolis, there is the symbol of the great trident: I see Eleusis; I am initiated in the sacred mysteries; that is Leocorium; this the Theseium. To describe all is beyond my power, for Attica is the chosen residence of the gods; and the possession of heroes its progenitors.⁵⁴

Também é a partir da Attica que Pausanias⁵⁵ começou a descrever as cidades da Grécia, mas ele destacou os detalhes da arquitetura e obras de arte. A obra foi escrita por volta de 140 d.C. e contém uma série de descrições: o recinto de Atenas e Zeus no porto de Peiraeus, monumentos e ruínas, em Atenas, todos os templos, estátuas e pinturas das divindades e os diversos tribunais, realizando um passeio pela cidade e contando as histórias dos lugares. Entre as cidades de Pellana e Belemina⁵⁶, descreveu as ruínas de uma cidade no caminho e comentou sobre qual é a melhor região ali com córregos e nascentes. Entre as cidades de Aegiae e Gythium⁵⁷ ele encontrou os melhores mariscos para a produção de corantes. Na acrópolis de Esparta⁵⁸, ele descreveu o templo da cidade e falou das melhores estátuas para se ver.

A maioria das suas recomendações são os templos e as estátuas das divindades, e, quanto maior fosse sua quantidade, mais tempo ele se detinha na descrição. Assim como Strevón, Pausanias também estava a trabalho de Roma, ainda nessa época, Roma estava próximo ao conceito Grego das relações entre as cidades e as divindades: a entrada nos templos ainda era proibida aos de fora, aos não-cidadãos.

Destacam-se alguns fatos na tentativa de realizar um resumo dos discursos sobre que o acontecia na Grécia e em Roma até por volta de 180 d.C.:

⁵⁴ Quando, no entanto, considero a variedade de objetos, tão célebres e famosos, pertencentes a esta cidade, reluto explicar sobre eles, para que o que eu escreva não se afaste muito do projeto proposto desta dissertação. Porque as palavras de Hegesias me ocorrem; "Eu vejo a acrópole, há o símbolo do grande tridente: vejo Eleusis; Eu sou iniciado nos mistérios sagrados; isso é Leocorium; Este é o Thisium. Para descrever tudo está além do meu poder, pois a Ática é a residência escolhida dos deuses; e a posse de heróis, seus progenitores (tradução livre).

⁵⁵ (PAUSANIAS, 1918)

⁵⁶ (PAUSANIAS, 1918) 3.21.3

⁵⁷ (PAUSANIAS, 1918). 3.21.6

⁵⁸ (PAUSANIAS, 1918). 3.17.3

A religião era um dos fatores centrais da vida. Os deuses familiares não poderiam oferecer proteção para além dos muros da residência e posteriormente os deuses olímpianos, além de não oferecerem proteção para qualquer pessoa, ainda poderiam ficar ofendidos e colocar as pessoas em perigo caso estivessem em território desprotegido e demarcado. Os deuses poderiam ser vingativos.

A poesia épica e os hinos narravam o que acontecia àqueles que se aventuravam fora dos limites das cidades. Caso o aventureiro não fosse um semi-deus, como Heracles e Teseu, e até descendente de semi deuses, como Odisseu⁵⁹, deveria ao menos possuir proteção divina, pois contrariar os deuses em uma viagem seria um risco enorme. Se sua linhagem não fosse merecedora de honrar esses feitos, o risco era dobrado.

A filosofia, a política e o comércio determinavam quem poderia ser aceito e onde deveriam ficar na cidade. Eram apenas pessoas com um objetivo nobre – como o comércio, a diplomacia ou ainda as belas artes – e, por conseqüência, pessoas de destaque dentre os seus. Também era preciso que possuíssem uma divindade, demonstrando seu caráter. Não ficariam próximos aos deuses familiares, tampouco teriam acesso aos deuses da cidade, teriam uma pessoa que os receberia e seria sua tutora.

Os estabelecimentos de hospedagem eram direcionados aos peregrinos que iam cumprir as obrigações das cidades com as divindades ou em sua rota de comércio. Quem não fosse cidadão não tinha permissão para sair do território que pertencia à cidade⁶⁰, ou mesmo, não teria o dinheiro necessário para se hospedar em algum lugar⁶¹.

Os lugares para visitar estavam nos limites da cidade, a *urbs* romana ou *citè* grega, dentro dos limites físicos de uma fração de sua configuração territorial: as infraestruturas construídas como o panteão, a tribuna, os templos, o mercado. As moradias dos cidadãos e sua *génos*, de sua clientela e seus escravos estavam em

⁵⁹ Condenado pelo deus Poseidon a vagar errantemente por 20 anos Odisseu [ou Ulisses] é tataraneto do deus Hermes.

⁶⁰ Cidadãos, na Grécia Antiga são as pessoas que possuem pleno poder de decisão na família e na *pólis*: os homens chefes do culto doméstico, isto é, possuem uma propriedade ou eram os responsáveis pela economia doméstica [οικονομία (οἶκος, *oikos*, 'propriedade' + νόμος, *nomos*, 'administração')]. Mulheres e crianças não são possuem esse poder. (COULANGES, 1961)

⁶¹ (COULANGES, 1961)

outra fração do território. Os visitantes, sob tutela constante, não possuíam permissão para andar livremente nessa fração mais íntima.

Ainda mais distante estava a plebe que não possuía culto, nem direitos, pagavam impostos, prestavam serviço militar, realizavam um pequeno comércio, artesanato e trabalhos agrícolas e possuíam um domicílio em uma pátria que não os reconhecia. Os povos das províncias e das regiões afastadas dessa cidade principal, como Atenas ou Roma, que vinham de longe eram chamados de *peregrinus* e faziam parte da plebe, mais próximos ao que entendemos como migrantes. Não eram os bem nascidos eupátridas ou patrícios, seu lugar de origem não recebia o reconhecimento e distinção, também lhes era negado o acesso à cidade e à proteção das leis.

Por volta do séc IV, no período do governo de Sólon, usava-se o termo *metoikos*⁶² para imigrantes de outras regiões administrativas da Grécia Antiga ou de outros países, convidados por um cidadão ou mesmo pelo governo (como é o caso de Atenas e Corinto)⁶³ ou *peregrini* que conseguissem um patrono (*prostates*) e tinham o objetivo de trabalhar como artesãos, artífices, professores ou comerciantes.

“By this I mean not the de facto presence of Xenoi in Athens but the formalization of their status as permanent residents with obligations and limited rights: to pay the metoikon (tax levied on migrants, non-citizens residents), to have access to certain festivals, to be registered with polemarch and to be liable for military service, and to be excluded from political process and from property-owning.”⁶⁴ (RHODES 2004. Pg 32)

Dentre os *metoikos* estavam as mulheres independentes estrangeiras, sem um parente masculino para lhes representar, que ainda não haviam casado ou viúvas. Eram consideradas suas próprias mestras, consideradas economicamente ativas para poder pagar a taxa comum a estrangeiros, *metoikos* e *peregrini* e a taxa como “potenciais portadoras de crianças com cidadania”⁶⁵ e por isso a quantidade dessas

⁶² Meta [μετά] (“ao lado, adjacente”) + Oikos[οἶκος] (unidade familiar) Unidade familiar entendida a partir da unidade de manutenção econômica do grupo (Gen, patria ou polis). Desta forma, Metoiko são aqueles que vivem próximos às cidades

⁶³ (KENNEDY, 2014)

⁶⁴ Por isso, não é a presença de fato de Xenoi em Atenas, mas a formalização de seu status como residentes permanentes com obrigações e direitos limitados: pagar o metoikon (imposto cobrado sobre migrantes, não-cidadãos residentes) para ter acesso a determinados festivais, ser registrado junto a um polemarcho e ser alistado no serviço militar, e ser excluído do processo político e da posse de propriedade (tradução livre).

⁶⁵ (KENNEDY, 2014)

mulheres na cidade, deveria ser controlada e as ações mais vigiadas, muitas vezes expostas a um escrutínio e a uma situação mais humilhante que os homens *metoikos*.

Os *metoikos* viviam em uma espécie de vassalagem para com seu patrono, e, apesar dessa tutela, possuíam grandes limitações legais na cidade. Devido interesses puramente financeiros, eles foram aos poucos conseguindo maiores direitos à cidade⁶⁶, posteriormente foram chamados de *parokoi*⁶⁷ (o que vive próximo).

1.4. Rotas monumentais para patrícios e caminhos-satélites para a plebe

As estradas da Grécia Antiga não possuíam uma boa pavimentação devido à natureza do terreno, por vezes muito íngreme, que exigia ajudantes (como servos ou animais) para carregar as bagagens. Não havia arborização ladeando o caminho, nem sinalização. Entretanto, as estradas que levavam aos templos e lugares de festivais sagrados eram bem cuidadas ao ponto de grandes carroças poderem andar. Ainda assim, todas elas estavam sujeitas ao perigo de assaltantes⁶⁸.

Então, caso a viagem fosse para um festival religioso, comércio ou campanhas de guerra, a pessoa deveria ser um cidadão, pois só eles tinham acesso aos direitos e deveres que essas atividades representam. Deve-se levar em conta que as viagens de lazer só vão se tornar mais comuns por volta do período helenístico, quando os Jogos Olímpicos atingem seu apogeu por volta do século V a.C. e quando surgem as categorias sociais como *metekoi* e *peregrinus*, por volta do século IV a.C. Também eram restritos aos cidadãos, pois a *pólis* onde ficam as termas, o *coliseum*, o *prytaneion* não eram permitidos aos não cidadãos.

Além de caras e perigosas, as maravilhas do mundo e outros lugares de interesse seriam conhecidos mais facilmente por quem soubesse ler ou tivesse acesso à informação, o que, mais uma vez, ressalta a existência de distinção de

⁶⁶ (RHODES, 2004)

⁶⁷ Origem do termo paróquia

⁶⁸ (CASSON, 1994)

classe. E desses livros, o que não estivesse em grego estaria em latim, pois Roma já dominava a Grécia quando surgiram a maioria dos geógrafos e mapas indicando rotas por volta do século I a.C. e alguns estavam a serviço do Império Romano.

As estalagens e hospedarias que existiam ao longo do caminho ou próximas às cidades apesar de conhecidas eram poucas e possuíam má fama, principalmente porque não eram geridas por algum cidadão. Bordéis e tabernas eram muito freqüentados e, por vezes, colocavam mais água no vinho e outros serviços que fogem à regra conhecida da hospitalidade⁶⁹. As que existiam do muro pra dentro, possuíam o suporte dos *proxenos* e infraestrutura, mas novamente eram restritas às pessoas indicadas.

Dessa forma, a não ser que existisse algo extramuros, os *thetas* não teriam a mesma sorte que os eupátridas, a menos que o ponto de interesse tivesse a algum nível de exigência menor. O lugar da plebe era fora dos muros da cidade, essas pessoas se instalaram no *ásylo*, lugar que inicialmente era destinado a um refúgio para escravos ou para estrangeiros cidadãos e que foi aos poucos sendo ocupado por não-cidadãos, que construíram as casas em volta e seus pequenos templos e suas pequenas representações divinas. Conforme apareciam outras ocupações além de cultivo da terra, os agora comerciantes, artesãos e artífices iam aos poucos se diferenciando por conta do trabalho e da renda⁷⁰.

Conforme essa enorme população foi adquirindo direitos e participando da política, e por serem o grosso do exército os plebeus, agora eram uma mistura de estrangeiros, pobres, escravos libertos, cidadãos de uma cidade conquistada, havia também entre eles⁷¹ uma diferenciação entre ricos e pobres. As vilas que orbitavam a cidade foram adquirindo a importância necessária para poder construir a infraestrutura para receber outros viajantes e se tornarem pontos de interesse por motivos e conseqüências próprios de sua construção de espaço.

A troca entre os agentes da cidade torna-se mais intensa, a diminuição das obrigações religiosas tornou-se mais presente, já que esses novos agentes não possuíam direitos às leis que eram originadas e dependentes dos deuses. Desta

⁶⁹ (FIREBAUGH, 1994)

⁷⁰ (COULANGES, 1961, p. 260)

⁷¹ (COULANGES, 1961, p. 270)

forma, novas leis puderam ser elaboradas com a sua colaboração e as ambições das classes se aproximaram⁷².

“No fundo, tudo estava mudado. Nem as instituições, nem o direito, nem as crenças, nem os costumes desse novo período foram o que haviam sido no período anterior. O antigo regime desapareceu, levando consigo as regras rigorosas que havia estabelecido em todas as coisas; fundou-se novo regime, e a vida humana mudou de feição.” (Coulanges. pg. 286)

Enfim, do século II em diante, as pousadas e tavernas se estabeleceram, os serviços de transporte e proteção em viagens se tornaram freqüentes, inclusive o registro da gastronomia encontrada nas regiões passou a ser feito, mas se manteve a distinção principal entre o que era digno da aristocracia e o que era do povo. As viagens aumentaram com a ascensão de Roma e a construção de estradas. Aliás, os itinerários registrados que datam dessa época, os mapas cobrem a região conhecida e suas estradas, inclusive como uma espécie de manutenção da memória.

Essa rápida análise da Grécia Antiga chama atenção para alguns pontos: primeiro, os atrativos para os cidadãos eram ligados principalmente às festividades religiosas como as olimpíadas; segundo, os atrativos turísticos estavam em uma rota de monumentos públicos onde acontecem os eventos sazonais; terceiro, a rota oficial se encontrava em uma determinada fração do território, e era a região reconhecida como legítima para receber o nome indicativo da *pólis*.

Quarto ponto, os discursos direcionavam quem podia e como podia ser feito o uso do território desses atrativos. Quinto, o planejamento da cidade era excludente e, mesmo após a inclusão dos plebeus, não direcionava uma política pública com visão na melhoria das frações periféricas do território. Sexto, a plebe produzia o seu próprio ponto de interesse, reconfigurando as expressões religiosas e os costumes.

⁷² (COULANGES, 1961, p. 272)

2. CAPÍTULO 2 – O NÃO-DITO DES-COBERTO

A verdade, para Heidegger⁷³, se encontra no que está descoberto e no não-descoberto, o dito e o não-dito, ou ainda em uma possibilidade de interpretação, nas más interpretações e no que não foi interpretado, de modo que todas as faces fazem parte da verdade.

Entretanto, aquilo que ainda está não-descoberto se relaciona mais como um disfarce do que como uma falsidade. Sendo planejado ou não, o encobrimento oculta parte da realidade, muitas vezes por não mostrar, por não falar, relega ao esquecimento ou à naturalização, mas nem todo encobrimento será uma mentira arquitetada como uma espécie de teoria da conspiração.

A verdade é expressa pela linguagem e essa, por sua vez, não é algo que apenas faz parte de um conjunto de significados construídos pela sociedade, mas é própria da atividade humana⁷⁴, pois envolve quem fala e quem escuta. Neste diálogo, os sons além das palavras podem significar aprovação, repreensão, tédio e várias formas de complementação do discurso, assim como o silêncio, o não expressado e o que foi omitido. O silêncio permite o ouvir e, dessa forma, a compreensão.

A linguagem é o que direciona o falar, ela é o mostrar de entendimentos que a humanidade altera historicamente. Ela possibilita o desencobrimento do mundo e o organiza de tal forma que seu corpo, alma e espírito (o audível/visível, a entonação e a intenção) revelam aspectos que a maioria das pessoas não tem consciência⁷⁵.

Essa alteração histórica, que pode provocar a perda de sentido original e as más interpretações, ao mesmo tempo revela como o cotidiano redireciona e determina a interpretação e influencia o ser. A linguagem expressada por mera reprodução seja uma conversa, um texto ou mesmo uma imagem é, até certo ponto, uma construção impensada ou, ainda, mal cuidada, que não produz e não gera novas criatividades.

⁷³ (HEIDEGGER, 2005)

⁷⁴ (INWOOD, 2002, p. 63)

⁷⁵ (INWOOD, 2002, p. 137)

O que pode ser utilizado para resgatar o sentido original da linguagem, para Heidegger, é a poesia. Estando relacionada a um fazer criativo não limitado somente a versos, ela é quem nomeia, é ela que descobre. A imaginação produtiva poética (*dichtend*) desse fazer criativo é o que produz o “sentido” da produção poética (*dichtung*) a partir de formas estruturantes dentro do âmbito das determinações do ser e sua correlação com os processos de compreensão⁷⁶.

Essa produção poética cria na obra de arte (seja texto, imagem ou som) uma presença inédita de primeira ordem condicionada pela tensão entre a verdade (*alethea*) e as instâncias de manifestação e retração de sentido colocando a representação da verdade em obra⁷⁷.

A linguagem é um ato complexo. É uma análise da co-existência do ser, um ser com o outro, para além das trocas de dados ou ainda de uma consideração sobre a transmissão de algo privado de um sujeito a outro, a “comunicação tem de ser compreendida a partir da estrutura do ser-aí (*Daesin*) como ser-com o outro⁷⁸”.

“Heidegger também anuncia que a linguagem não pode ser corretamente compreendida em seu ser por meio de análises puramente formais ou lógicas de seu sistema de signos, concebidos exclusivamente como objetos subsistentes ou simplesmente dados, isto é, como significantes puros aos quais se acrescentariam, posteriormente, significações. Na medida em que a linguagem está fundamentalmente relacionada ao fenômeno ontológico primário do ser-no-mundo ocupado e preocupado com os outros, o que se dá é sempre o contrário, pois é apenas porque o todo das relações de significância já se encontra sempre aberto à compreensão disposta do ser-aí coexistente, que algo como o emprego de palavras na comunicação lingüística se faz possível” (DUARTE, 2005)⁷⁹

A essência da linguagem é o que envolve, permeia e acolhe a humanidade, ao mesmo tempo a limita, pois também esconde e não-diz, a partir daquilo que mostra com o dizer: “Como mostraçã, a linguagem fala na medida em que abarca toda a “dimensão do que se apresenta” (*Gegenden des Anwesens*) e, a partir daí, deixa que algo se apresente ao aparecer ou desaparecer.”⁸⁰

⁷⁶ (RUBIO, 2013)

⁷⁷ (RUBIO, 2013)

⁷⁸ (HEIDEGGER, 2005)

⁷⁹ (DUARTE, 2005)

⁸⁰ (DUARTE, 2005, p. 13)

Deste ponto podemos dizer que o “falatório” (e por extensão da construção desta palavra poderia dizer “escritatório” e “imagenatório”⁸¹) não processa esse recurso originário reproduzindo sons, palavras e imagens. Pois apenas reproduz, apenas passa a fala adiante sem se apropriar de seu conteúdo, em uma repetição vazia, sendo um indicativo do que está sendo escondido, disfarçado, não-dito.

Heidegger, ao pensar sobre a poesia de Hölderlin, afirma que “somos um colóquio⁸²” o que nos traz um alerta sobre a aproximação entre os entendimentos de linguagem e verdade:

“Só onde há linguagem, há mundo, ou seja, o círculo em constante transformação da decisão e do trabalho, do ato e da responsabilidade, mas também [na transformação] da arbitrariedade e do ruído, da decadência e da confusão. Só há história onde o mundo governa” (Heidegger, 2013)⁸³

Partindo do entendimento de que o mundo só existe onde existe a linguagem, e que a linguagem é o que descobre e organiza o mundo por meio da nomeação, é possível concluir que as coisas do mundo não ditas e não nomeadas não estão só encobertas, apesar de existirem fisicamente, estão disfarçadas e fora do alcance da consciência das pessoas. Menos dos poetas.

O poeta de Heidegger é o encarregado de perceber e sofrer o mundo, de vivenciar o destino de seu povo, de ouvir as contradições da *Physis*⁸⁴, deve nominar as coisas e desvelar o mundo aos outros. Estar-no-mundo não é uma mediação feita pelo poeta, mas cabe a ele ter a consciência de que ocorreram mudanças na falação do cotidiano e o distanciamento da linguagem original.

Deste ponto de vista, teremos o poeta como uma pessoa que se destaca das outras, pois somente poeticamente a humanidade pode verdadeiramente habitar a

⁸¹ A falta de autenticidade, uma repetição vazia e sem apropriação, da fala (falatório) da escrita (escritatório) e da imagem (imagenatório) entram aqui apenas como uma referência à construção de neologismos de Heidegger como um alerta que as outras formas da linguagem podem também ser parte do “falatório”.

⁸² (HEIDEGGER, 2013, p. 49)

⁸³ (HEIDEGGER, 2013, p. 48)

⁸⁴ No sentido pré-socrático usado por Heidegger é uma expressão que remete a natureza das coisas e seres, a força inicial de sua origem e a expressão de do vigor de sua transformação ao longo do tempo de forma persistente.

Terra⁸⁵. Desde que a humanidade é um colóquio e nomeia as divindades, somente aos poetas está carregada a poetização desse habitar.

Mas diferente do papel do filósofo para Platão – que traria a verdade para a caverna e, por consequência lógica, seria o único com a melhor competência para governar –, o poeta de Heidegger não possui mais esse encargo. O papel do poeta é perceber-se como ser-no-mundo e alcançar a verdade e deixá-la de forma mais disponível para todos.

Ao alcançar a verdade, o poeta acessa o dito e o não-dito, percebe entre os ecos do falatório as nuances da realidade e tem em mãos a possibilidade de ferramentalizar a humanidade após vivenciar o “descobrimento”.

2.1. Sonhos e discursos sobre a capital

Avea sott'occhio le ricchezze incomparabili di questi paesi che un giorno verranno scoperte. Vedevo miniera numerose di metalli preziosi, cave inesauribili di carbon fossile, depositi di petrolio così abbondanti quali mai finora si trovarono Li altri luoghi. Ma questo non era tutto. Tra il grado 15 e il 20 vi era un seno assai largo e assai lungo che partiva dà un punto dove formasi un lago. Allora una voce disse ripetutamente: "Quando si verranno a scavare le minere nascoste in mezzo a questi monti apparirà che la terra promessa fluente in latte e miele. Sarà una ricchezza inconcepibile."⁸⁶

(85 a 394 do volume XVI das “Memorie Biografiche” de Dom Bosco, cuja primeira edição veio a público em 1935

(E. CERIA, Memorie Biografiche di S. Giovanni Bosco, vol. 16, Societa Editrice Internazionale (Torino, 1935).)

Assim como a cidade antiga, Brasília foi indicada pela divindade no sonho de Dom Bosco, em 1883, e essa premonição faz parte do imaginário e narração da história da construção da capital. Na explicação de seu sonho visionário, Dom Bosco narra que apenas após 70 anos a capital seria fundada, de forma que seu relato se tornou profético. Um ponto normalmente omitido da narrativa, descrevendo que milhares de almas seriam salvas através do suor e sangue, demonstra que nem em

⁸⁵ (HEIDEGGER, 2013, p. 46)

⁸⁶ “Dê uma olhada na riqueza incomparável desses países que um dia serão descobertos. Veja essa série de metais preciosos, pedreiras inesgotáveis de combustível fóssil e tantos depósitos de petróleo como em outros lugares. Mas isso não era tudo. Entre as gravações 15 e 20 houve uma brisa muito larga e o tempo suficiente para deixá-lo dá um ponto em que forma um lago. Então uma voz dizia repetidamente: "Quando desenterram as minas escondidas no meio dessas montanhas, parecerá que a terra prometida que flui no leite e no mel será uma riqueza inconcebível.”

previsões divinas a terra onde jorraria leite e mel seria alcançada e partilhada de maneira tranqüila.

Além do surgimento de um padroeiro da cidade, heróis nacionais ou pessoas de grande destaque realizaram uma validação da idéia da cidade utilizando argumentos baseados em uma coesão territorial e uma proteção eugênica; uma questão geopolítica como proteção territorial de possíveis ameaças internacionais; e um equilíbrio entre as forças políticas locais entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Uma construção de uma cidade que foi pensada em território e não no povo⁸⁷.

Em 1816, Hipólito José da Costa⁸⁸ é um dos primeiros a elaborar a idéia de transferir a capital do país para o interior do território nacional por motivos de defesa e de comunicação com as cidades. Dentro dessa preocupação, ele levanta a importância do tipo de estrangeiro que vem para o país: deve-se evitar o tipo que se aproveita da ignorância dos naturais, que se enriquece e vai embora. O tipo ideal consiste em agricultores, artistas, mineiros, pescadores que tivessem assegurado seu direito à propriedade. Recomenda ainda a necessidade de tolerância frente às diferentes religiões.

O “patriarca da independência” Bonifácio de Andrada e Silva escreve, em 1821, uma recomendação: “Parece-nos também muito útil que se levante huma Cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum tipo de rio”⁸⁹.

Recomenda que a colonização deva ser feita por europeus pobres, por sua característica de conhecimentos sobre agricultura e manufatura, além de índios, mulatos e negros forros como força de trabalho necessária para auxiliar esses europeus pobres.

Em outro texto ele escreve: “No centro do Brazil entre as nascentes dos rios confluentes ao Paraguay, e Amasonas fundar-se-á a Capital deste Reino com a denominação – Brasília – ou outra qualquer”.

⁸⁷ (VESENTINI, 1986)

⁸⁸ (COSTA, 2001)

⁸⁹ (ANDRADA E SILVA, 1821)

Em 1849, Varnhagen pública o Memorial Orgânico⁹⁰ no qual cita que o melhor lugar para a capital é o interior, tendo em vista que uma capital litorânea é mais suscetível a ataques. Ademais defende que deve ser deslocada e ficar mais próxima às cidades mais distantes do país. Sua recomendação é de que fique entre 15º e 16º latitude devido ao clima, qualidade do ar e altitude.

Outro ponto que chama atenção é sua preocupação com a heterogeneidade da população, a miscigenação com nativos e africanos e sua proposta de solução. A preocupação de Varnhagen era de o Brasil seguir o exemplo da Europa⁹¹.

A solução seria diminuir a influência africana na população proibindo que trabalhasse em departamentos fronteiriços e que entrasse em cidades com menos de 10 mil habitantes, desta forma, fariam com que as pessoas da cidade tivessem de realizar o trabalho existente. “Os escravos iriam, pois todos trabalhar na roça, e com eles teriam que ir os que alegassem não poder passar sem eles”⁹².

Segundo o que ele mesmo afirma, a motivação não é por achar infame o tráfico, mas para proteger o país. Sendo mais barato, saudável e piedoso escravizar indígenas, em sua concepção, afirma veementemente que por serem nômades, os indígenas não possuem uma terra. Recomenda ainda que a imigração venha da Europa, mas só “gente útil em ciências, artes e ofícios, e esses bem afiançados e recomendados antes de se engajarem”.

A Constituição brasileira em 1891 dá a orientação para a fundação da cidade:

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

(Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1891)

⁹⁰ (LIMA, 2016)

⁹¹ (VARNHAGEN, 2016, p. 160)

⁹² (VARNHAGEN, 2016, p. 162)

A Comissão Exploradora Do Planalto Central vai atender, em 1892, essa demanda constitucional no que ficou conhecido como a Missão Cruls. Já a pedra fundamental do que viria a ser a cidade é colocada às pressas, em 1922, a 40 quilômetros de onde seria o Plano Piloto, na região do povoado de Mestre D'Armas que se tornaria a Região Administrativa VI, Planaltina.

Em 1955, a Comissão de Localização da Nova Capital recomenda em seu relatório que a colonização da futura capital ocorra com a mescla com os “colonos holandeses”⁹³ pois teriam uma necessidade de fugir da guerra e habilidade de agropecuária, necessária para a nova capital. Em 1956, ocorre a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) para premiar no ano seguinte, em 1957, o projeto de Lúcio Costa.

Assim, os marcos sagrados que delimitam a nova capital do retângulo Cruls foram abençoados por um sonho profético e projetados a partir do sinal de representação da divindade mais influente. Uma cidade construída do nada para ser o centro de poder político do país era o “sonho arqui-secular do patriarca”⁹⁴. Na primeira missa realizada em Brasília, a “epopéia”, o líder político pede as bênçãos das divindades, o líder religioso reforça as bênçãos e os laços político-divinos entre as nações:⁹⁵

“É a marcha para o Interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso”.⁹⁶

Afastando a modéstia para manter o discurso de integração do país, de destino manifesto, a construção da nova capital deveria manter-se enquanto epopéia⁹⁷ tanto em seus discursos quanto em entrevistas, como a cedida a Marcelo Coimbra, em 1960, por exemplo :

“- Quê fêz V. Exa. ao Brasil, Presidente Juscelino?”

“- Sacudi-o de Norte a Sul. Acordei o Gigante.”

(...)

⁹³ (ALBUQUERQUE, 1955, p. 126)

⁹⁴ (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991)

⁹⁵ (COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, 1957a)

⁹⁶ (COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, 1957b)

⁹⁷ (OLIVEIRA, 2006)

“- Considera que tenha sido vertiginoso o ritmo de construção de Brasília?”

“- Os Estados Unidos, que realizaram neste século a mais esplêndida obra civilizadora, consideram que, construindo Brasília, no tempo recorde em que foi feita, o Brasil realizou o impossível”. Malraux, que definiu Brasília como a “Capital da Esperança”, proferiu esta admirável sentença: “Se voltar à humanidade o gosto pela inscrição nos monumentos, gravar-se-á nos que aqui se vão erguer as palavras: AUDÁCIA, ENERGIA, CONFIANÇA. Esta não é vossa legenda oficial - acrescentou - mas, será, certamente, a que vos dará a posteridade.”⁹⁸

A nova capital estaria ‘acima de pressões sociais’, num ‘clima de tranqüilidade’, afastado do ‘caos e da anarquia dos grandes centros urbanos’⁹⁹ mas os pioneiros tiveram que se atentar à realidade que não fez parte do plano da construção: o que fazer com essas pessoas enquanto constroem? Onde colocá-las? E os candangos foram a primeira pressão social, caos e anarquia no canteiro de obras que era Brasília.

Juscelino costumava se referir aos candangos como um grupo devotado e alheio ao corpo técnico e de funcionários¹⁰⁰, que chegam em levas¹⁰¹ como um formigueiro humano e anônimo¹⁰². O surgimento da Cidade Livre¹⁰³, do nada como uma cidade do velho oeste¹⁰⁴, foi aceito a contra gosto:

No início, eu temia que a construção da Cidade Livre viesse favorecer a criação de um aglomerado de favelas, de difícil erradicação. Entretanto, com a intensificação das obras de Brasília, impusera-se a ampliação do Núcleo. (...) Seria necessário criar um comércio provisório, e daí a minha concordância em que fosse ampliado o inicial Núcleo Bandeirante. (...) Contemplei aquela massa humana; avaliei o volume dos sem-casas; e respondi também à feição dos pioneiros: ‘Está bem, pessoal. Que cada um faça sua casa, mas nada de invadir o Plano Piloto.’”

Situação semelhante acontece para o surgimento de Taguatinga. Com o diferencial de que, para lá, não foram deslocados os trabalhadores, mas pessoas

⁹⁸ (TAVARES, 1960)

⁹⁹ (VESENTINI, 1986, p. 99)

¹⁰⁰ (KUBITSCHEK, 2000, p. 45)

¹⁰¹ (KUBITSCHEK, 2000, p. 61)

¹⁰² (KUBITSCHEK, 2000, p. 95)

¹⁰³ Nome da ocupação que se tornou o Núcleo Bandeirante

¹⁰⁴ (KUBITSCHEK, 2000, p. 217)

que chegaram a Brasília fugindo da seca do Nordeste. “Formaram a primeira favela de Brasília e, já sem recursos, exigiam comida das autoridades da Novacap, de forma ameaçadora”¹⁰⁵: precisavam ser assistidos pelo governo e foram removidos:

A cidade-satélite organizou-se, pois, como Brasília. Saiu do nada, e abriu os olhos para a existência, contemplando o cenário desolado do Planalto Central. (...) Em seis meses, Taguatinga já era uma realidade. (...) Surgira, assim, a primeira cidade-satélite de Brasília.

James Holston afirma que Lúcio Costa, durante o preâmbulo do seu relatório do Plano Piloto de Brasília, trabalha em desistoricizar as origens brasileiras da cidade¹⁰⁶, mas os motivos que Holston apresenta são justamente os que dão um caráter histórico-mítico para a cidade: assinalar o lugar e tomar posse, com o sinal da cruz o gesto primário que é o signo cósmico e o cruzamento dos dois eixos como a marcação dos limites de cidade¹⁰⁷.

Ao ler o texto, entretanto, as aproximações com a cidade antiga aumentam quando Lúcio Costa alude ao ancestral patriarca José Bonifácio e seu sonho arqui-secular, que propõe a transferência da capital e sugere o nome da nova cidade. Pode ser dito que Lúcio Costa alça o patriarca ao status de uma divindade da cidade antiga grega aconselhadora e guardiã.

O planejamento de colocar a ágora próxima ao *prytaneion* e ao *buleutérion*, ou seja, o setor de diversões próximo à catedral e ao conselho dos representantes dos cidadãos; os ministérios, os estabelecimentos comerciais seguem uma idéia aproximada de manter o local de visitaçao da cidade um pouco mais afastado das residências dos eupátridas.

Na busca pela informação sobre quem poderia usar o território, aparecem algumas indicações no próprio relatório de Lúcio Costa:

“A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras (...) No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as

¹⁰⁵ (KUBITSCHKE, 2000, p. 219)

¹⁰⁶ (HOLSTON, 1993)

¹⁰⁷ (HOLSTON, 1993, p. 41)

quadras internas,(...) Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.”

Lúcio Costa¹⁰⁸

Depois, em carta ao presidente da Novacap, Lúcio Costa alerta que o problema de habitação foi permitir a divisão da cidade em bairros ricos e pobres e coloca a culpa na venda indiscriminada e no equívoco de se considerar as “super-quadras áreas destinadas apenas a determinada categoria de inquilinos”¹⁰⁹. Nesta carta, reitera que na elaboração do plano urbanístico da construção da capital eram previstas ações para evitar essa situação e ainda recomendava que nenhum funcionário público morasse fora do Plano Piloto.

Seja com o intuito geopolítico de 1810 ou com o intuito desenvolvimentista de 1955, os discursos utilizados para defender a criação de uma nova capital brasileira foram recheados de figuras míticas de heróis do mais alto escol da sociedade imbuídos dos sentimentos mais nobres e de sonhos visionários abençoados pela divindade, que permitiram construir um mito fundador para a cidade. A epopéia da qual se gabava Juscelino.

Como Κέκροψ [Cecrópe] o mítico primeiro rei da antiga Atenas grega, meio homem meio peixe, que unifica os povos da região e divide a Attica em doze comunidades e é o autor dos primeiros elementos de uma vida civilizada, Juscelino o presidente que canta o peixe-vivo é tratado como o herói mítico que unifica os povos da região com a fundação da capital, trazendo grandes elementos cívicos para o país.

Nos dois contos, tanto o Άσυλο do Monte Lycabettus, onde se reúnem a plebe (thetas), quanto a Cidade Livre, onde se reúnem os candangos, ficam fora dos limites da *pólis* e só entram no discurso da cidade quando se tornam um problema, aos poucos vão adquirindo direitos e participando da política. As vilas gregas e as

¹⁰⁸ (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 28 - 30)

¹⁰⁹ (COSTA, 1969)

idades-satélites que orbitavam a cidade foram construindo sua infraestrutura e importância.

Os mitos fundadores da nova capital possuem um paralelo com os mitos da cidade antiga grega, constroem uma ligação religiosa e política “intramuros”. A *pólis* Brasília tem a sua própria *génos*, os pioneiros, e quem não faz parte dela é estranho à cidade, de forma que candangos podem ser considerados o Outro e, de certa forma, não foram considerados cidadãos. Fundamentais para a construção da cidade, fazem parte da mitologia, como os marinheiros de Odisseu, servem para contar a história, fazem o serviço pesado e morrem enfrentando os perigos e salvando o herói mas, no final da história, Odisseu triunfa sozinho.

A linguagem constrói a epopéia, organiza o mundo e o funcionamento da co-existência do ser, formaliza a estrutura do ser-aí (Daesin) como ser-com o outro. Os discursos da nova capital indicam um possível distanciamento da linguagem original, pois mudam os sentidos de pioneiros, alçando-os ao status de heróis, e possuem o não-dito da necessária segregação entre os seres. A reprodução sem apropriação - o falatório, sendo um indicativo do que está sendo escondido, disfarçado, não-dito - dificulta a vivência do descobrindo do mundo.

2.2 Responsabilidades e repercussões da fala

A vivência desse descobrimento a que o poeta conduz a humanidade é a poematização de nosso destino “quer saibamos ou não, quer estejamos prontos ou não, para nele nos lançar ou não”¹¹⁰. E caso o poeta queira, contudo, ser “infiel à sua vocação de poeta”¹¹¹ e não compartilhar a informação com a humanidade?

Caso a indicação do modo de experiência, da conservação e do conhecimento não forem partilhadas, irá se perpetuar a sombra da caverna. “O nome dá a conhecer. Quem tem nome é amplamente conhecido. O nomear é um dizer, isto é uma indicação do quê e como o quê algo deve ser experienciado e conservado”¹¹².

¹¹⁰ (HEIDEGGER, 2013, p. 204)

¹¹¹ (HEIDEGGER, 2013, p. 211)

¹¹² (HEIDEGGER, 2013, p. 210)

O discurso é feito de fala e silêncio. Quem silencia pode não ter o que dizer, pode não saber se expressar por falta de palavras ou ainda pode querer dizer algo com o silêncio. Agora, se uma fala força o outro a calar, se o discurso não dá voz a todos, o silêncio acontece por constrangimento, por coerção de maneira consciente ou não.

“Nomear é evocar para a palavra. Nomear evoca. Nomear aproxima o que se evoca. (...) A evocação convoca. Desse modo, traz para uma proximidade a vigência do que antes não havia sido convocado.”¹¹³

O que não é nomeado, o não-dito, não é convocado: é mantido oculto. E assim vai ocorrendo uma distanciação dos entes e dos seres, vai ocorrendo o esquecimento e o tempo-espaço, criado pelo vigor da linguagem, vai acabar por criar barreiras e estranhamento ao que deveria fazer parte da consciência do ser-no-mundo.

“O ser humano não seria humano se lhe fosse recusado falar incessantemente e por toda parte, variadamente e a cada vez, no modo de um "isso é", na maior parte das vezes, impronunciado.”¹¹⁴

Ao pensar a relação do espaço-tempo com a linguagem, Heidegger afirma que o tempo é o deixar surgir pela simultaneidade de já ser, de fazer-se ser e do aguardar ser. O espaço concede acesso a lugares e localidades¹¹⁵.

A simultaneidade de construção do “ser-aí turista em Brasília” passa pelo entendimento da construção da fala sobre candango e pioneiro, o que é dito e o que é o não-dito de cada grupo. Como cada grupo fez-se ser e foi obrigado a aguardar ser, demonstra que a fala determinou quem poderia ter acesso a lugares e localidades.

Desta forma os apontamentos do primeiro capítulo retornam: o discurso oficial para o turismo privilegia o “cidadão” em detrimento da “plebe”, como na cidade

¹¹³ (HEIDEGGER, 2003)

¹¹⁴ (HEIDEGGER, 2003, p. 191)

¹¹⁵ (HEIDEGGER, 2003, p. 169)

antiga? Os atrativos turísticos estão concentrados em uma determinada fração de território que é a reconhecida como legítima para receber o nome indicativo da *pólis*?

Para responder isso serão realizadas duas análises sobre possíveis repercussões da fala. A primeira repercussão pretende buscar a relação entre os mitos fundadores da cidade e a construção de identificação dos moradores; a segunda pretende discutir as primeiras impressões sobre as indicações de rotas turísticas no imaginário da *pólis*.

2.2.1 Primeira repercussão da fala - Brasiliense, entre o “cidadão” pioneiro e o “plebeu” candango?

O primeiro ponto de partida para analisar a repercussão da fala que é o mito fundador, é a palavra candango. De acordo com Roque Laraia¹¹⁶, foram utilizadas duas denominações para as pessoas que trabalharam durante a construção de Brasília: pioneiros e candangos. A característica estratificadora da sociedade levou a uma diferença aludindo caráter desbravador aos pioneiros, diferenciando-os dos trabalhadores braçais, que seriam os candangos.

A origem (controversa) da palavra candango advém da nação africana quimbundu. Direcionada aos portugueses, significava indivíduo desprezível, abjeto. Tornou-se a nomeação do indivíduo pobre e, por isso, desprezível. Podemos encontrar uma alusão mais contemporânea nos dicionários:

pi:o.nei.ro adj.

Que abre caminho em regiões desconhecidas: uma expedição pioneira.

Que lança novas idéias, novos hábitos: uma escola pioneira.

Pessoa ou empresa que são as primeiras numa realização ou num estudo ou pesquisa: Os Curies foram os pioneiros no estúdio do rádio.

can.dan.go, s.m. adj.

Trabalhador que ajudou na construção de Brasília

Habitante de Brasília nos primeiros anos da cidade.

¹¹⁶ (LARAIA, 1996)

pi.o.nei.ro

adj.

diz-se de pessoa que dá os primeiros passos em alguma ciência ou atividade

s.m.

pessoa que explora ou coloniza regiões desconhecidas
por extensão, aquele que primeiro pratica certa atividade

can.dan.go,

adj.

diz-se de migrante ou novos moradores, oriundos de outro estado, para Brasília

s.m.

operário que veio trabalhar na construção de Brasília, capital do Brasil
por extensão, pessoa que veio trabalhar, fixar residência, estudar em Brasília

usado, também por extensão, para designar nativo da cidade de Brasília

Wickcionário¹¹⁸

Nas palavras de Juscelino os candangos vieram “dar uma mão”.

“Operários chegavam de todas as regiões do país em busca de trabalho. Eram os candangos, que derivavam do Nordeste, do interior de Goiás e dos municípios das fronteiras de Minas e de Mato Grosso, a fim de “dar uma mão” na obra de desbravamento do Planalto. Surgiam sem bagagem, apenas com a roupa do corpo. Acertavam as condições com os mestres-de-obra e, depois de alojados num barracão de madeira, faziam sua aparição nas frentes de trabalho. No rastro dos candangos surgiram as atividades comerciais pioneiras”.

Juscelino Kubitschek¹¹⁹

Enquanto os pioneiros eram um símbolo da estrutura de uma civilização:

“Há quem confunda pioneiro com bandeirante, já que ambos fazem do desbravamento sua atividade habitual. Entretanto, uma diferença enorme os distancia. O bandeirante descobre e passa à frente. Sua sina é avançar.

¹¹⁷ (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2011)

¹¹⁸ (WIKCIONÁRIO, o dicionário livre, 2015)

¹¹⁹ (KUBITSCHEK, 2000, p. 98)

Finca um marco. Poda uma árvore. Faz um monte de pedras. É tudo que deixa, como sinal da sua passagem. Trata-se de uma imagem fugidia. Brilha, e desaparece.

Já o pioneiro é influenciado pela atração da terra. Descobre e fica. É um símbolo que se projeta através de um ânimo de permanência. A jornada pode ser longa, mas a parada - quando ocorre - é quase sempre mais longa ainda. Planta e espera pela colheita. Não deixa sinal de sua passagem, porque ele próprio se detém. E do seu rastro, que por algum tempo foi efêmero, brotam valores duradouros: povoados, que se transformam em vilas; vilas que se convertem em cidades; e cidades, que armam a estrutura de uma civilização.”

Juscelino Kubitschek¹²⁰

Aqueles que abrem caminho, que trazem novas idéias, que realizam a coisa pela primeira vez não são meros trabalhadores, são pessoas com características distintivas das demais, seja a tenacidade de ir ao desconhecido, a sensibilidade para as novidades ou ainda para a oportunidade e dotação de técnica para a pesquisa: um exemplo para a nação e estrutura da civilização.

Em contrapartida, o operário - migrante, estranho ao lugar, quase como uma aparição que deixa rastro - possui o trabalho na construção ou está à procura de emprego, ou ainda, está em busca de melhores estudos. Trabalhadores que, no início da construção da cidade, moraram em invasões e foram realocados para pontos distantes do centro, do lugar onde trabalhavam¹²¹.

A primeira impressão é a de que este ponto de vista seja pouco exagerado e dramático, mas durante a construção do Plano Piloto a moradia de técnicos, políticos e operários era muito próxima às obras e, conforme estas iam terminando, os operários eram removidos para acampamentos distantes¹²².

Em 1958, foi implantada Taguatinga, com a transferência da Vila Amauri, localizada na área que seria inundada pelo Lago Paranoá, e Sobradinho, em maio de 1960, construída para alojar os moradores dos acampamentos das empresas empreiteiras do DNOCS e populações residuais da Vila Amauri. Em seguida, foi implantada a cidade do Gama, em outubro de 1960, para abrigar os moradores dos acampamentos do Paranoá, Vila Planalto e remanescentes da Vila Amauri. Em 1961, é fixada a “Cidade Livre” – que servia de apoio à construção de Brasília e deveria desaparecer após sua

¹²⁰ (KUBITSCHKEK, 2000, p. 98)

¹²¹ (VESENTINI, 1986)

¹²² (OLIVEIRA, 2006)

inauguração –, surgindo o Núcleo Bandeirante. Planaltina e Brazlândia¹²³ seguiram com sua estrutura original, e permaneceram distanciadadas das dinâmicas da Capital Federal.¹²⁴

A seletivização territorial destinou o Plano Piloto prioritariamente para pioneiros enquanto os candangos lutaram pelo direito à moradia¹²⁵. Percebe-se que os candangos foram alijados do centro, destinados para casas cedidas pelo governo, e que, ao longo dos anos, são quem sofrem com as dificuldades de direcionamento de infraestrutura, se comparados com aqueles que habitam “Brasília”.

Essa ação gerou um espaço urbano “constituído pelo espaço dos excluídos”¹²⁶. A produção de unidades habitacionais em um custo mais baixo implica em baixo investimento de infraestruturas e equipamentos públicos além de um submercado imobiliário que reforça a segregação¹²⁷.

É compreensível que a repreensão sobre o uso da expressão candango que recebi seja parte da repreensão sobre o lugar de residência. O símbolo de Brasília é o pioneiro, como uma referência a quem mora no Plano Piloto, mas o símbolo do Distrito Federal é o operário, como uma referência a pessoas que trabalham para Brasília.

Essa distinção social baseada na relação de trabalho e no modo de produção é reafirmada por uma diferenciação geográfica¹²⁸, que pode impactar na percepção de migrantes e de moradores sobre Brasília.

Pois a percepção que os seres possuem do mundo à sua volta é construída por valores e significados construídos historicamente no espaço-tempo¹²⁹ e demonstra o “ser-aí” (*Daesin*) em situação, em ação ao longo do tempo, o “ser-no-mundo” em relação com o espaço que habita.

¹²³ É importante salientar que Planaltina (Planaltina (GO)). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 36. p. 363-366. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_36.pdf. Acesso em: ago. 2015) e Brazlândia (CET/UnB/Brasiliatur/Projeto Caminhos - Inventário Diagnóstico - Brazlândia) existiam antes da construção de Brasília pela Lei nº 4.545 de 10/12/1964 foram integradas às Regiões Administrativas de Brasília, junto com “Taguatinga, Sobradinho, Gama, Jardim, Paranoá” (Lei nº 4.545 de 10/12/1964 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4545.htm).

¹²⁴ (SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, 2009)

¹²⁵ (CAMPOS, 1991, p. 102)

¹²⁶ (CAMPOS, 1991, p. 103)

¹²⁷ (CAMPOS, 1991, p. 108).

¹²⁸ (CAMPOS, 1991, p. 113)

¹²⁹ (HEIDEGGER, 2005)

A linguagem orienta a relação do ser-aí com o espaço, sua percepção de ser-no-mundo não é construída somente pelo que é dito, também é construída pelo não-dito, aquilo que está encoberto. Se o que é dito reforça o mito de pioneiros e candangos como construtores de Brasília, o não-dito parece indicar qual é o lugar de cada um, tanto geograficamente quanto socialmente, e reforçar a exclusão social. O mito de pioneiros e candangos é construído a partir da linguagem e ela define o que é permitido, organiza o mundo e direciona a relação entre os entes¹³⁰.

Essa impressão levanta alguns questionamentos que dialogam com as asserções levantadas no capítulo anterior. Quando se fala em turismo, o que se diz da cidade? Como ela é mostrada? É uma ode aos desbravadores? Ou é aquilo que conquistou quem estava no canteiro de obras? O uso do território para o turismo atende a todos?

2.2.2 Segunda repercussão da fala - Visitar Brasília ou visitar o Distrito Federal?

Como na cidade antiga grega, os lugares para visitar da cidade modernista estão dentro dos limites da *citè*? Estariam dentro de limites físicos de uma fração territorial específica e que detêm a legitimação de ostentar o nome da *pólis*? Para essas respostas é necessário buscar as descrições da cidade modernista e identificar se há a poesia ou se são apenas falatório.

As poesias e os estudos geográficos descrevem os caminhos e as cidades gregas. E, logicamente, as descrições se davam também pelas conversas gerando por si mesmas um “falatório” sobre as cidades, os monumentos e as divindades.

A reprodução de informação sem apropriação parece estar presente na nossa expressão tecnológica atual, por meio da internet e de redes sociais. A internet, portanto, parece ser instrumento para o entendimento do falatório da humanidade e para compreender como a sociedade se manifesta, pois além de ser um instrumento que serve aos propósitos da humanidade, a internet pode revelar como a

¹³⁰ (HEIDEGGER, 2003)

humanidade se organiza no mundo, conforme o conceito de *technik* para Heidegger¹³¹.

Para identificar a fala da sociedade a respeito de si mesma e verificar se existem indicativos de um desvelamento da verdade sobre o turismo ou, ao contrário, se predomina o falatório, foi realizada uma pesquisa dos mapas turísticos de Brasília disponibilizados na internet.

A intenção aqui é poder levantar as possíveis primeiras impressões sobre a cidade. A partir dessa observação, é possível supor o que faculdades e empresas de turismo elaboram sobre o tema. E desta forma, traçar o primeiro passo de investigação para um possível cenário de base informacional que pode servir de subsídio para o que é dito, perceber o não-dito e compreender o que é formulado sobre a cidade.

¹³¹ (HEIDEGGER, 2007) p. 24

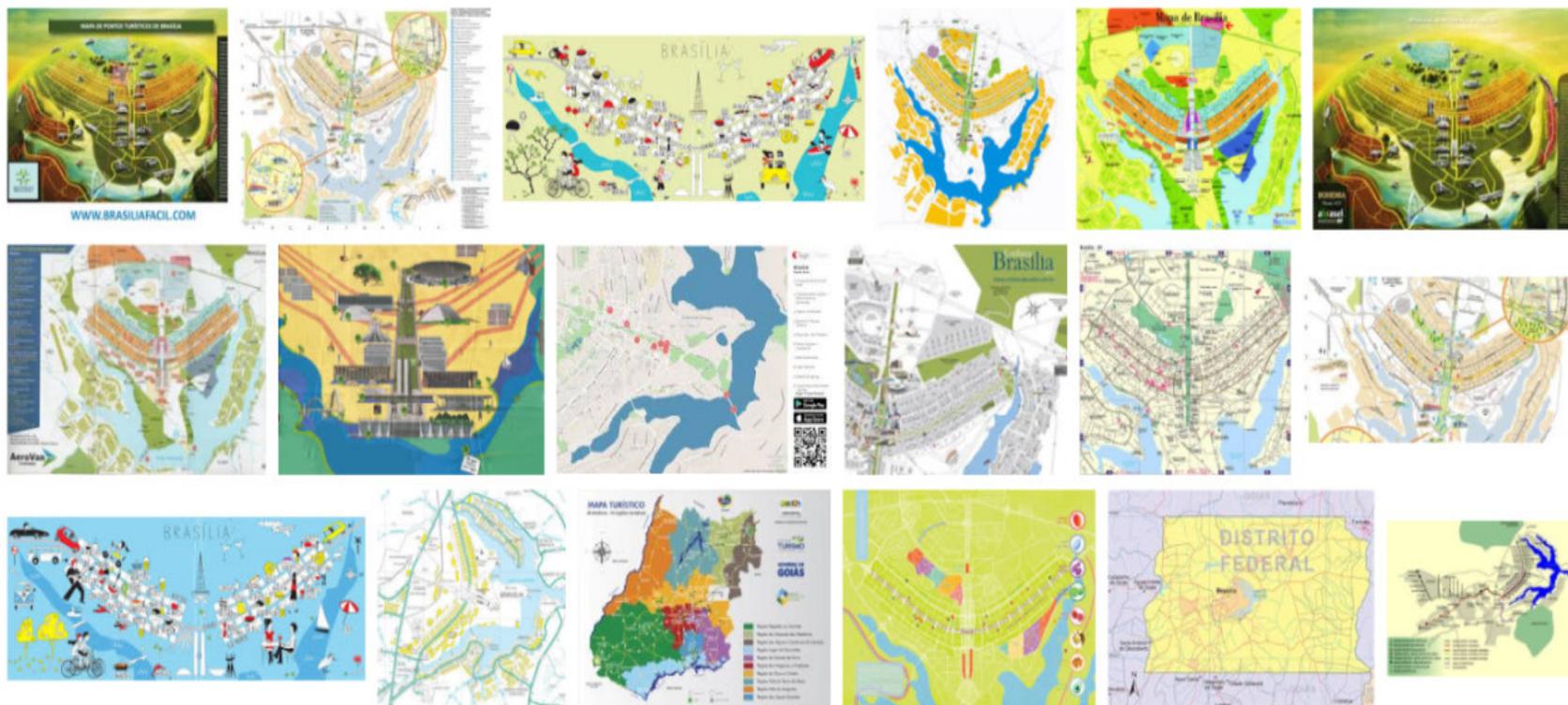


Figura 2 - Resultado da pesquisa por imagens sobre Mapa turístico de Brasília¹³²

O que se encontra são mapas turísticos novos e antigos, a maioria mostrando uma fração específica do território do Distrito Federal, com concepções artísticas variadas, mas nenhum mostrando para além da área conhecida como Plano Piloto ou Brasília. Alguns chamaram a atenção:

¹³² (GOOGLE)

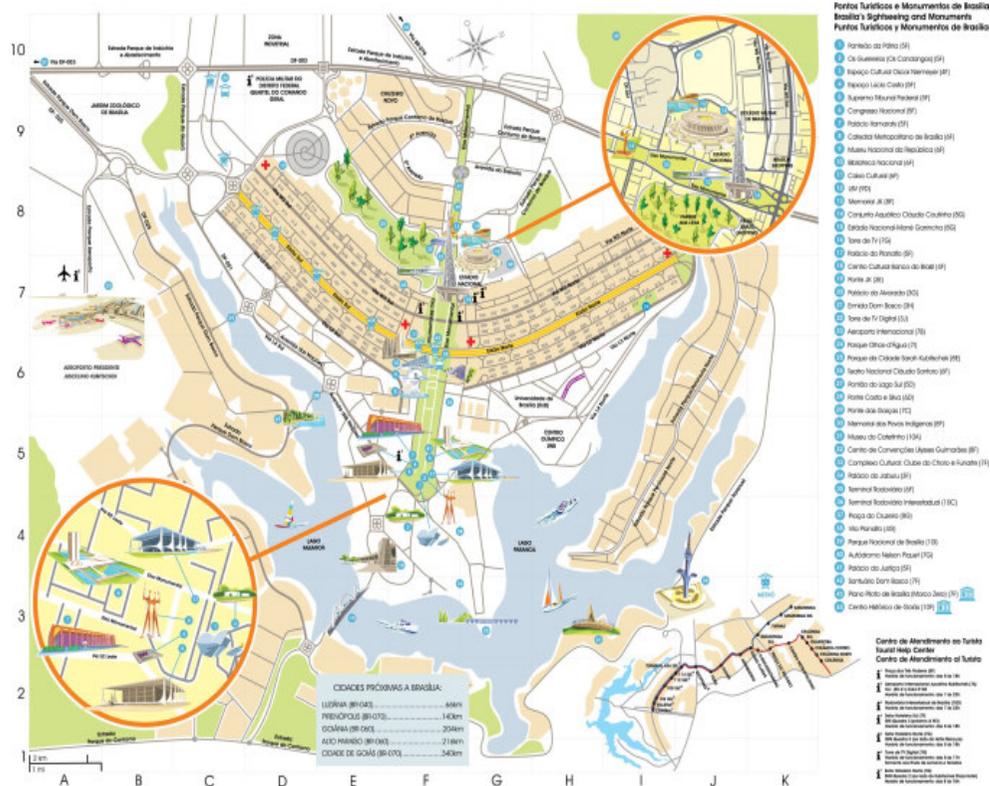


Figura 3 - Principais pontos turísticos de Brasília - Copa 2014¹³³



Figura 4 - IX Encontro Nacional de Farmacovigilância das Américas 2011¹³⁴

¹³³ (I Love Trip)

¹³⁴ (IX Encontro Internacional de Farmacovigilância das Américas, 2012)



Figura 5 - Itinerário do Passeio Brasília Monumental Fonte: Aerovan Turismo. Brasília Monumental. Folder impresso 2012¹³⁵



Figura 6 - Brasília Carta Turística - Revista Quatro Rodas 1980 Fonte: Mercado Livre¹³⁶.

Nesta primeira impressão, alguns lugares se destacam nos mapas turísticos, entre eles a inclusão de shoppings como atrativos turísticos e de lazer. Os atrativos se concentram em uma determinada área de pouco mais de 13,5 km de extensão, se considerarmos os extremos de uma ponta a outra das “Asas do Avião”¹³⁷.

¹³⁵ (GEO 06371, 2013)

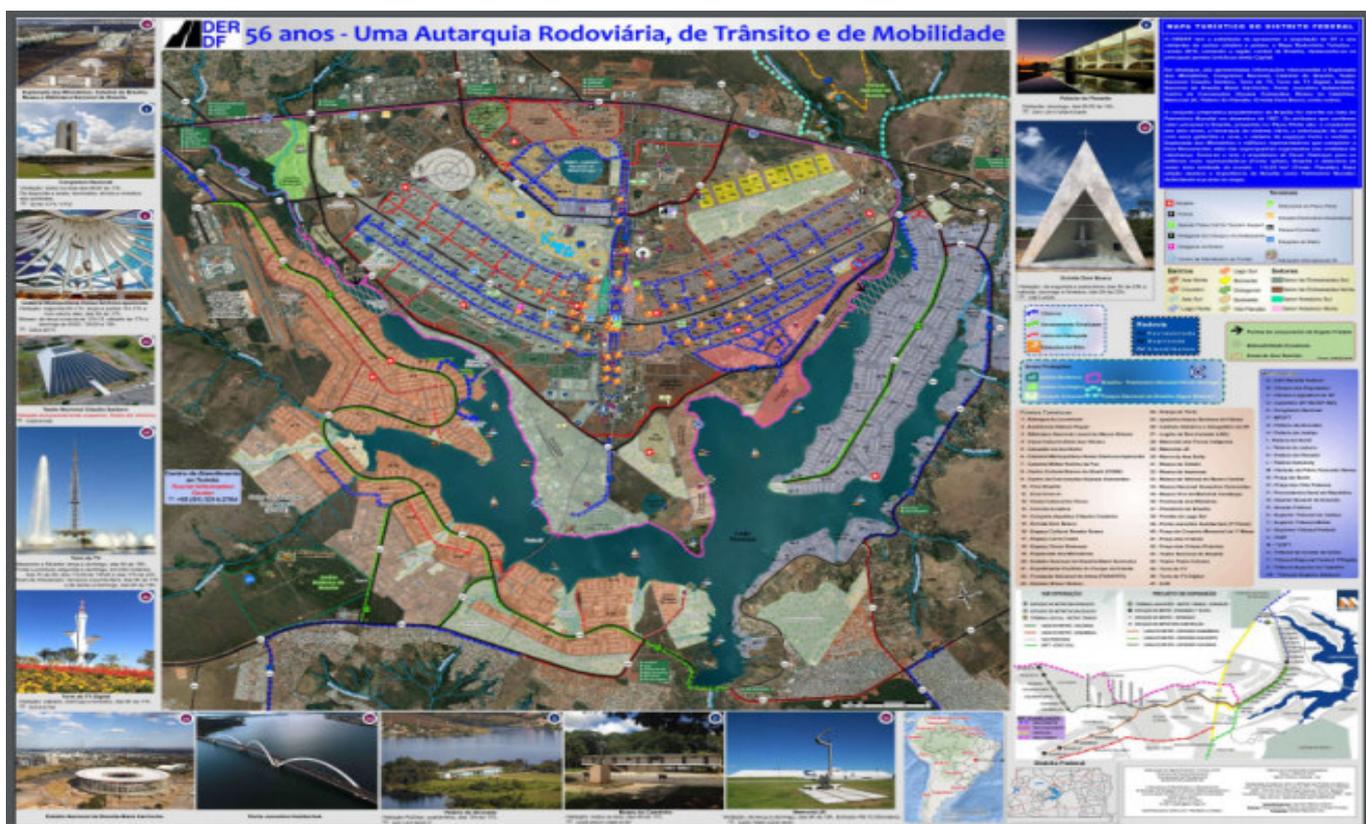
¹³⁶ (Mercado Livre)

¹³⁷ Asas do Avião é uma referência à percepção popular, sobre o formato do Plano Piloto lembrar um avião. Na época, o próprio Lúcio Costa tentou explicar que a referência do desenho era uma borboleta, mas não adiantou. A nomenclatura do conjunto urbanístico como Asa Norte e Asa Sul e o Plano Piloto, podem ter contribuído para a perpetuação da referência.

É possível supor inicialmente que, devido à diversidade do Distrito Federal, os mapas de propaganda são resumidos enquanto o mapa turístico oficial pode ser mais abrangente, incluindo outras regiões do Distrito Federal e, conseqüentemente, outros atrativos turísticos.

O Mapa Turístico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) demonstra, entretanto, uma possível incongruência, tanto por que se restringe à mesma porção territorial que os mapas de propaganda, quanto por que, entre as secretarias e órgãos do Governo do Distrito Federal, tratava-se da única instância do governo a ter um mapa disponibilizado na internet, até 2017.

Este mapa turístico está no Mapa 1, a seguir, e apresenta os pontos turísticos apenas na RA Plano Piloto:



Mapa 1 - Edição Especial - Mapa Turístico 2016 Fonte: DER-DF¹³⁸

Em 2018, as páginas na internet dos órgãos e secretarias do Governo do Distrito Federal passam por uma atualização e alguns conteúdos são retirados,

¹³⁸ (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL)

dificultando a pesquisa para esta dissertação, porém em meados do mesmo ano a Secretaria Adjunta de Turismo divulga na internet o mapa que foi disponibilizado nos Centros de Apoio ao Turista (CAT):



Mapa 2 - Mapa Centro de Apoio ao Turista 2018¹³⁹

Muito próximo do mapa do DER (Mapa 1), o Mapa do CAT (mapa 2) possui menos informações. Não apresenta, por exemplo, as estradas principais e exibe um menor número de atrativos turísticos.

Ao realizar a pesquisa sobre os mapas em perfis oficiais dos órgãos de governo e secretarias em outras mídias, foi possível identificar que a página do Governo de Brasília na rede social Facebook publica em 2015, em comemoração ao dia do turista, uma lista com os pontos turísticos, museus e parques através das localizações marcadas no aplicativo Google Maps:

¹³⁹ (SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO)

Museus

- Memorial dos Povos Indígenas
- Memorial JK
- Museu da Cidade
- Museu da Imprensa Nacional
- Museu de Valores do Banco Central
- Museu Histórico Senador Itamar Franco
- Museu do Catetinho
- Museu Nacional
- Museu Vivo da História Candonga
- Museu Nacional dos Correios

Parques do DF

- Parque Ermida Dom Bosco
- Parque Águas Claras
- Parque Olhos D'Água
- Parque da Asa Sul
- Parque Ezequias Heringer
- Parque dos Jequitibás
- Parque Verdeinha
- Parque Lago do Cortado
- Parque Três Meninas
- Parque Saburo Onoyama
- Parque das Garças
- Parque dos Pequizeiros
- Parque Natural do Lago Sul/Vivencial...
- Parque Urbano Bosque do Sudoeste
- Parque Península Sul
- Parque do Tororó
- Parque Recanto das Emas
- Jardim Botânico de Brasília
- Jardim Zoológico de Brasília
- Parque da Cidade Dona Sarah Kubits...
- Parque Nacional de Brasília

Pontos Turísticos

- Biblioteca Nacional de Brasília
- Calçadão da Asa Norte
- Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Igrejinha Nossa Senhora de Fátima
- Catedral Metropolitana Nossa Senhora...
- Catedral Militar Rainha da Paz
- CCBB - Centro Cultural Banco do Brasil
- Centro de Convenções Ulisses Guim...
- Centro Poliesportivo Ayrton Senna
- Clube do Choro
- Cine Brasília
- Concha Acústica
- Congresso Nacional
- Quartel General do Exército Militar
- Estádio Nacional Mané Garrincha
- Instituto Histórico e Geográfico do DL...
- Lago Paranoá
- Palácio do Buriti
- Universidade de Brasília
- TCU - Tribunal de Contas da União
- Torre de TV
- Torre de TV Digital
- Templo da Boa Vontade
- Teatro Nacional Cláudio Santoro
- Supremo Tribunal Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Santuário Dom Bosco
- Pontão do Lago Sul
- Ponte JK
- Procuradoria Geral da República
- Praça do Cruzeiro
- Praça dos Três Poderes
- Planetário de Brasília
- Panteão da Pátria
- Palácio do Planalto
- Palácio da Alvorada
- Palácio da Justiça
- Palácio do Jaburu
- Palácio do Itamaraty

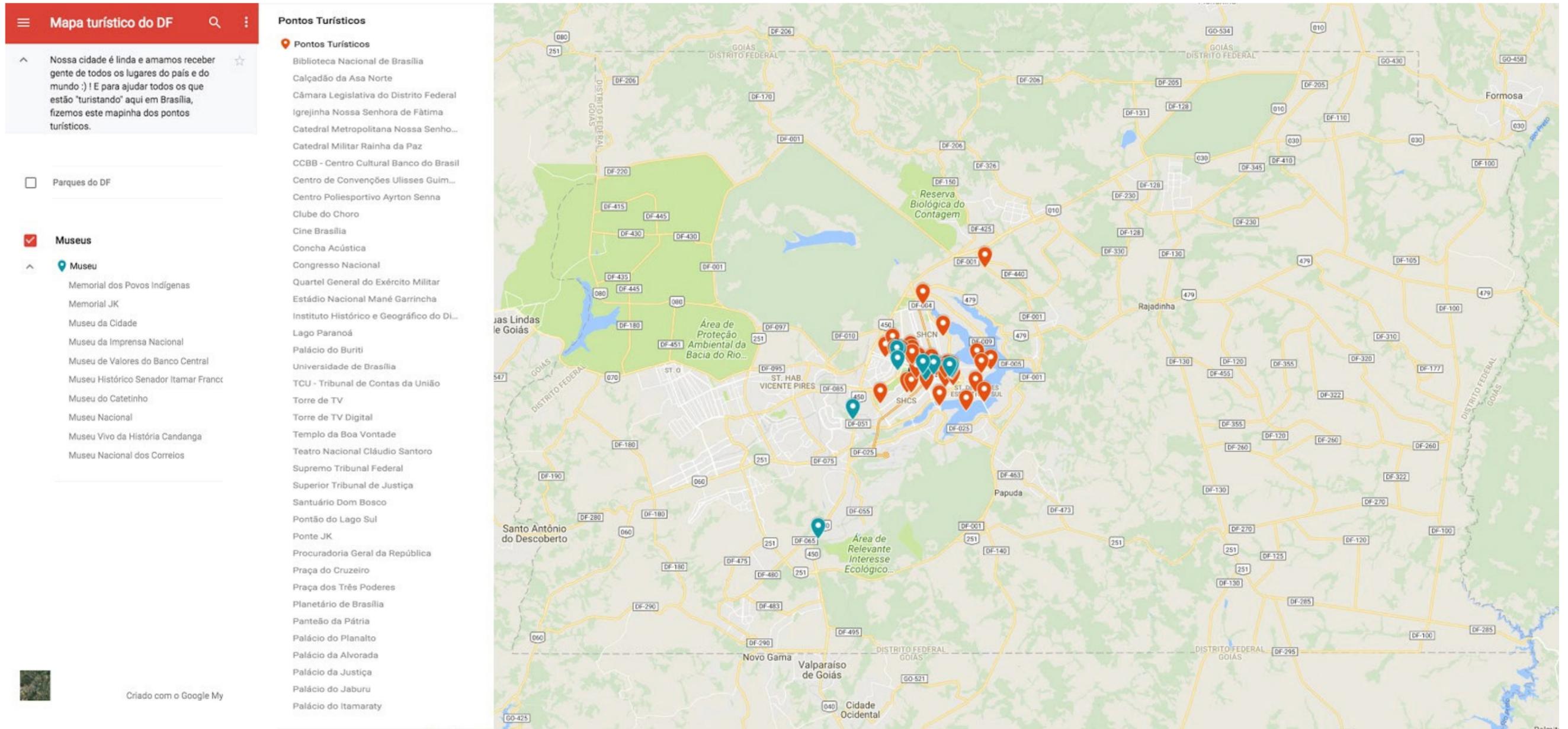
Mapa turístico do DF

Nossa cidade é linda e amamos receber gente de todos os lugares do país e do mundo :) E para ajudar todos os que estão "turistando" aqui em Brasília, fizemos este mapinha dos pontos turísticos.

Mapa 3 - Mapa turísticos do DF¹⁴⁰

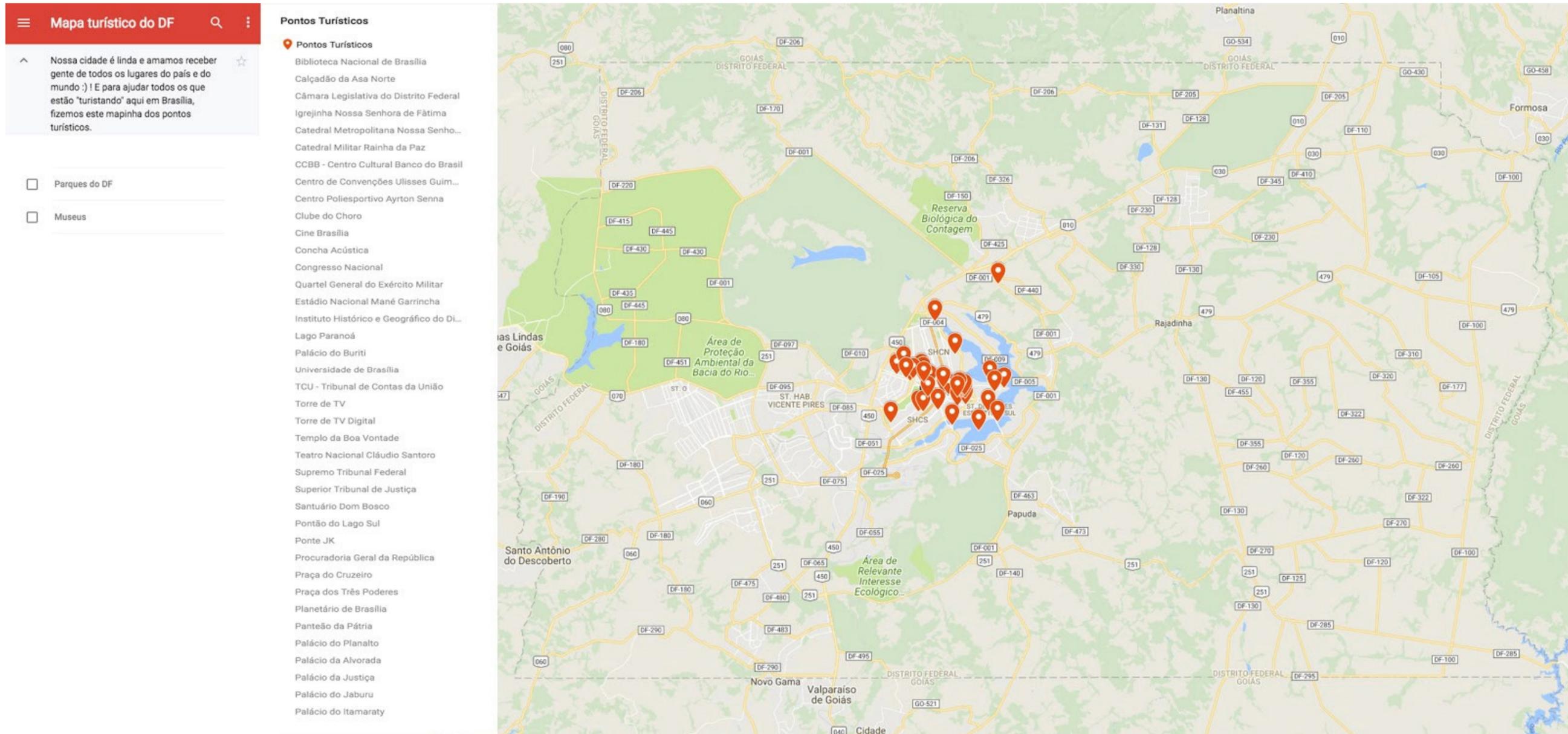
Entretanto, apesar de parecer que existem mais atrativos fora do Plano Piloto que os mapas turísticos anteriores (Mapa 1 e Mapa 2), deve-se atentar ao fato de que a coluna à esquerda contém uma separação: "Pontos Turísticos", "Parque do DF" e "Museus" como uma lista selecionável das marcações no mapa. Apesar do Mapa 3 ter sido divulgado na página oficial do Governo do Distrito Federal no Facebook, não foram encontradas explicações do motivo desta separação.

O próximo passo foi identificar em que regiões administrativas do DF se localizavam os atrativos turísticos elencados pelo GDF. Para tanto, no menu à esquerda foi retirada a seleção "Parque do DF" (Mapa 3.1) e em seguida a opção "Museus" (Mapa 3.2). E foi verificado que existe uma concordância no discurso dos órgãos e secretarias de governo: a maior parte dos atrativos turísticos está concentrada em uma fração do território do Distrito Federal.



Mapa 3.1 - Mapa turísticos do DF¹⁴¹

¹⁴¹ (GOVERNO DE BRASÍLIA)



Mapa 3.22 - Mapa turísticos do DF¹⁴²

Algumas asserções parecem ter a necessidade de serem colocadas: a primeira é que os mapas sobre Brasília (Mapa 1, Mapa 2 e Mapa 3.2) estão de acordo com um discurso sobre os atrativos turísticos no DF. A segunda é que o não nomear do restante do território do Distrito Federal representa a não existência no discurso oficial de outros atrativos para o turismo.

Seria possível supor, de acordo com Heidegger, que essa fala cria significações e valores sobre o turismo, indicando qual o lugar geográfico permitido e organizado para isso, impactando assim a percepção dos moradores e visitantes.

Teria o “falatório” dos mapas um caráter que é parte do fenômeno apresentado pela população? Desta forma, estariam empresas e órgãos públicos presos a um imaginário forjado na própria sociedade, de que não existe turismo fora do Plano Piloto? Ou estaria a população lutando com um falatório que tomou o controle do que é deles?

Se considerar isso, as responsabilidades recaem ou em poetas que, em seu processo criativo, limitam propositadamente a percepção de mundo agindo contra a sua “natureza de poeta”, ou na própria sociedade brasileira que, além de estar tão longe da percepção do ser-aí (*Daesin*), não aceita (ou não consegue conceber) um mapa turístico mais elaborado e compele outras forças a não agir.

O sentido do discurso de órgãos e secretarias de governo é de afastamento, de esquecimento. Apesar desse entendimento, seria possível chamar os mapas e a página da internet de obras primas e considerá-las poesia, já que são frutos de pensadores e poetas que trabalham na Secretaria Adjunta de Turismo? Se assim fosse seria forçoso assumir que essa poesia não descobre a realidade. E qual seria o motivo?

Os mapas, sendo um “falatório”, afastam-se da possibilidade de serem poesia, por terem um conteúdo reproduzido sem realmente se apropriar dele, por reproduzir o senso comum, por não revelar o não-dito, por demonstrar que parte da população do Distrito Federal não possui um lugar, não está no discurso, não tem fala, não habita a cidade.

Esse discurso está a serviço de quem? Do poeta? Da população? Heidegger não se aprofunda nesses conceitos, ele realiza sua investigação considerando um

poeta produzindo criativamente e de forma ideal. Os traços desses discursos podem, contudo, ser perceptíveis enquanto fenômeno. De forma que é preciso pensar sobre quem detém o poder de falar e como tal pessoa, ou grupo, obriga o outro a aguardar a possibilidade de fala ou a ficar em silêncio.

Aparentemente, até aqui, o paralelo com a cidade antiga de que a rota de atrativos turísticos, tanto a oficial, quanto a reprodução sem apropriação, se encontra em uma determinada fração do território, o Plano Piloto. A região reconhecida como legítima para receber o nome indicativo da *pólis* leva à necessidade de uma análise mais profunda para investigar como o discurso oficial verdadeiramente se manifesta.

2.3. Políticas públicas, políticas de turismo e o não-dito

2.3.1. Planos Nacionais de Turismo

No debate sobre as intervenções estatais no turismo, Suellen Fernandes divide as ações realizadas pelos Planos Nacionais de Turismo em três períodos¹⁴³ distintos pelos direcionamentos que cada deu às políticas públicas de turismo.

No primeiro período¹⁴⁴, foram realizadas ações muito mais de fiscalização de agências turísticas, organização de transportes e normatizações, a autora considera a criação da Companhia Brasileira de Turismo (COMBRATUR) como o mais próximo a uma política pública nacional enquanto ela existiu, de 1960 a 1962.

A interiorização realizada por Juscelino Kubitschek gerou a necessidade de malhas rodoviárias e uma ampliação da indústria automobilística, mas foi no período de Jânio Quadros que aconteceu a primeira divisão turística do território nacional¹⁴⁵.

Durante o segundo período, no qual está inserida a criação EMBRATUR e a promulgação da Constituição Federal em 1988 (no período entre 1966-1988), destaca-se o decreto-lei nº 55/1966, do governo de Castello Branco. O texto define que as atividades de uma política nacional de turismo devem se ater ao que for

¹⁴³ (FERNANDES, 2007)

¹⁴⁴ (FERNANDES, 2013)

¹⁴⁵ (BRASIL, 1961)

reconhecidamente interessante ao desenvolvimento econômico do país e, para isso, cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo.

Uma alteração do entendimento de política nacional de turismo também desse governo, foi o decreto nº 60.224/1967 que trata de diretrizes e normas do turismo para seu “equacionamento como fonte de renda nacional”, conforme lido no decreto.

A lei nº 6.513/1977 no governo de Ernesto Geisel e o decreto nº 86.176/1981 no governo de João Figueiredo, que a regulamenta, propõem a criação de áreas especiais de interesse turístico e os locais de interesse turístico, que devem ser preservados, valorizados e destinados ao desenvolvimento de atividades turísticas¹⁴⁶.

O terceiro período proposto por Suellen Fernandes compreende 1989 até hoje. A autora destaca¹⁴⁷ que o decreto nº 448, de 1992, mantém a idéia de equacionamento do turismo como fonte de renda nacional e destaca o trecho:

“possibilitar o acesso das classes mais baixas ao turismo; aumentar a oferta de emprego, reduzindo as disparidades regionais; estimular o aumento da entrada de turistas estrangeiros; difundir novos pontos turísticos e; estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais, valorizando-os e conservando-os”.¹⁴⁸

No governo de Fernando Collor, apesar do lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT), a política nacional de turismo não foi implementada e, por isso, não foi adiante. Sob o governo de Itamar Franco, em 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) “baseia-se na idéia da participação da comunidade local no desenvolvimento do turismo”¹⁴⁹.

A Política Nacional de Turismo no governo de Fernando Henrique, em 1996, é baseada na mesma lei do Plano Nacional de Collor e mantém o Plano de Municipalização de Itamar.

¹⁴⁶ (BRASIL, 1981)

¹⁴⁷ (FERNANDES, 2007, p. 41)

¹⁴⁸ (FERNANDES, 2007, p. 42)

¹⁴⁹ (FERNANDES, 2007, p. 42)

O Ministério do Turismo (MTur) só é criado em 2003, no governo Lula da Silva. A instância realizou um Plano Nacional de Turismo (PNT) em 2003-2007 e, no segundo mandato presidencial de Lula, desenvolveu outro abrangendo o quadriênio 2007-2010. O PNT no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) só apareceu no meio do primeiro mandato e abarca o intervalo temporal 2013-2016. O governo de Michel Temer (2014 -2018) lançou o PNT em março de 2018, impossibilitando uma análise em tempo hábil para esta dissertação.

Ao analisar os Planos Nacionais de Turismo, Suellen Fernandes afirma que o plano de 1992-1994 possui uma marcante preocupação com o papel e impacto econômico do turismo: “fica claro que é função do Estado planejar e, à iniciativa privada, cabe agir conforme orientações estatais. Há que se ressaltar que a Comunidade local e os próprios turistas não são citados”¹⁵⁰.

Parece possível inferir que, assim como os relatos geográficos gregos, os planos de turismo indicam que os atrativos da cidade são apenas os que se encontram na fração do território que representa a *pólis*.

Voltando ao entendimento de Heidegger de que só existe o mundo onde existe a linguagem¹⁵¹, e de que a linguagem é o que aproxima, não citar nem a comunidade local nem os turistas representa um afastamento do fenômeno turístico.

O plano se afasta, inclusive, da definição da OMT que fala sobre a atividade dos visitantes fora de seu ambiente usual¹⁵², de forma que se trata de um plano para atividades de empresários, dado que diz respeito a empregos, comércio e serviços prestados.

No plano de 1996-1999 o desenvolvimento do turismo assumirá, segundo Suellen Fernandes, uma maior participação na renda nacional, gerando empregos, e será um instrumento de inserção competitiva internacional e terceirização de atividades para o setor privado. O plano menciona que os atores envolvidos podem

¹⁵⁰ (FERNANDES, 2007, p. 49)

¹⁵¹ (HEIDEGGER, 2013, p. 48)

¹⁵² Para facilitar a leitura repito a notada página 19: Um visitante é um viajante que faz uma viagem para um destino principal fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano, para qualquer objetivo principal (negócios, lazer ou outros fins pessoais), desde que não seja empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado. Essas viagens realizadas pelos visitantes se qualificam como viagens de turismo. O turismo refere-se à atividade dos visitantes.

ser públicos e privados, mas não especifica quem são e não os envolve na elaboração¹⁵³.

No discurso no PNT de 2003-2007, os impactos do turismo além de econômicos são sociais, ambientais, políticos e culturais. Suellen Fernandes, alerta que o plano também não especifica quem são outros atores do turismo além do governo, mas propõe um fórum nacional. No plano de 2007-2010, os discursos são de “transformar em cidadania o direito de conhecer nosso país e nossa identidade”¹⁵⁴.

O PNT 2013-2016 afirma em seu discurso que “resulta do esforço integrado do governo federal, iniciativa privada e terceiro setor”¹⁵⁵. Muito preocupado com os mega eventos (Copa do Mundo de Futebol FIFA, 2014, e Jogos Olímpicos no Rio, 2016), alia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁵⁶ aos investimentos de infraestrutura e os direcionamentos para um mercado competitivo e que atenda às exigências estrangeiras de consumo.

Turistas e lugares, ainda que mencionados em todos os PNT, são ligados à competitividade do mercado, à geração de renda, ao fomento do trabalho. Já os moradores desses lugares são ligados ao trabalho e à resolução da desigualdade de renda. Contraditoriamente, nem a turistas nem a moradores é oferecido o diálogo ou a voz, pois, mesmo que tenham participado de reuniões do Conselho Nacional de Turismo, os PNTs evidenciam que não são nem atores nem agentes.

2.3.2. Plano de Turismo do Governo do Distrito Federal

A Lei 3751/1960¹⁵⁷, no artigo 38, define que qualquer alteração no Plano Piloto de Brasília depende de autorização federal. Em 1987, o Plano Piloto entra para a lista de patrimônio histórico da humanidade¹⁵⁸.

¹⁵³ (FERNANDES, 2007, p. 51)

¹⁵⁴ (FERNANDES, 2007, p. 59)

¹⁵⁵ (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013)

¹⁵⁶ O PAC foi criado em 2007 para o planejamento e execução obras nacionais de infraestrutura social, urbana, logística e energética.

¹⁵⁷ (BRASIL, 1960)

Lúcio Costa realiza uma complementação sobre a preservação e expansão do Plano Piloto¹⁵⁹ e define quatro escalas urbanas: a monumental, que compreende o conjunto urbanístico que representa a capital do país; a gregária, que visa um espaço mais utilizado pelas pessoas; a residencial, que compreende as residências e os comércios locais; e a bucólica, que compreende as áreas verdes, os vãos livres que trazem o caráter de cidade-parque.

No mesmo ano, o Decreto nº 10.829/1987¹⁶⁰ regulamenta a preservação deste Conjunto Urbanístico. E define as escalas:

Art. 3º — A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti (...)

Art. 4º — A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário-Residencial (...)

Art. 7º — A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária, e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte (...)

Art. 9º — A escala bucólica, que confere à Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer. (...)

Decreto nº 10.829/1987

O Primeiro Plano de Turismo do Governo do Distrito Federal só ocorreu em 1974, aprovado pelo decreto nº2542 de 12 de fevereiro daquele ano. Este documento considera como área de abrangência a denominada “Área Metropolitana de Brasília”, que compreende basicamente o Plano Piloto, e o perímetro urbano das cidades satélites, que são delimitados pelo Plano Diretor de cada cidade e pelos códigos de edificações que já definem os setores *a priori* que são permitidos para o uso turístico¹⁶¹.

¹⁵⁸ (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1987)

¹⁵⁹ (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991)

¹⁶⁰ (DISTRITO FEDERAL, 1987)

¹⁶¹ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 1974).

Depois de 1974, Brasília só veio a conhecer outro plano de turismo em 2018. Deve-se, contudo, destacar algumas ações da Câmara Legislativa e de instituições privadas.

A gestão da Secretaria de Turismo de 2012 a 2014¹⁶² ficou focada em resultados que pudessem ser sentidos durante a Copa do Mundo da FIFA, de 2014, com ações voltadas para regulação do setor de hospedagem, transporte, fomento à indústria do turismo, financiamento, incentivos fiscais e monitoramento.

Ações como a promoção do destino, eventos captados e infraestruturas foram voltadas para o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o Estádio Mané Garrincha, a Esplanada dos Ministérios e a Chapada dos Veadeiros (GO).

O mais importante é que, neste período, a Secretaria definiu os dez atrativos prioritários: Torre de TV; Catedral Metropolitana; Ponte JK; Praça dos Três Poderes (principalmente o Panteão, o Espaço Lúcio Costa, o Museu da Cidade e o Congresso Nacional); Memorial JK; Palácio da Alvorada; Palácio Catetinho; Palácio Itamaraty; Palácio do Planalto e Torre de TV Digital.

Foram desenvolvidos roteiros integrados com outros municípios e roteiros específicos para a Copa. Dois projetos merecem destaque devido a possibilidade de aproximação com o tema aqui estudado, pois ambos parecem dialogar com a lei 1.358/96, que cria o Programa de Turismo Social - Protur, visando “proporcionar à população de baixa renda o acesso aos pontos turísticos e históricos do distrito federal”¹⁶³.

O primeiro projeto, denominado Turismo Cidadão, lançado em 2014 “visa promover o turismo cívico pedagógico, prioritariamente, nas escolas de ensino médio e grupos de risco e idosos”¹⁶⁴. O segundo projeto, chamado de Turismo Cívico, iniciou em 2015 e “promove a educação patrimonial, como forma de conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do contexto histórico, cultural e turístico da cidade”¹⁶⁵.

¹⁶² (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, 2014)

¹⁶³ (DISTRITO FEDERAL, 1996)

¹⁶⁴ (SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO)

¹⁶⁵ (SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO)

Esse projeto de visitas guiadas para alunos e alunas de escolas públicas se concentrou na Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Câmara Legislativa, Memorial JK e Museu da Imprensa, prioritariamente.

Entretanto, o termo “turismo social” costuma se referir às iniciativas de instituições como o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI), de acordo com os trabalhos de Carlos Falcão¹⁶⁶ e Marcelo Vilela¹⁶⁷. São direcionadas, prioritariamente, a trabalhadores associados a essas entidades e fornecem pacotes de turismo para algumas cidades, mas não são, necessariamente, responsáveis por rotas turísticas. Em Brasília, o “Guia SESC de Férias” recomenda:

“Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República, o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo brasileiro, a Praça dos Três Poderes, a Catedral, o Catetinho, a Torre de TV, o Memorial JK, o Panteão da Pátria, o Teatro Nacional Cláudio Santoro, o Santuário Dom Bosco e o Museu Vivo da Memória Candanga.”¹⁶⁸ (SESC, 2014)

A lei nº 4.883, de 11 de julho de 2012, define alguns conceitos, princípios e estrutura da política de turismo no Distrito Federal. O documento usa o termo “destino Brasília” para definir “conjunto de regiões administrativas e municípios do entorno pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE”¹⁶⁹ (esta região foi definida pela Lei Complementar 94/1998¹⁷⁰ e define como uma das estratégias “promover os destinos turísticos do Distrito Federal e entorno”).

Apesar dessa definição, as propostas de ações que o relatório de gestão 2011-2014 sugere para os anos seguintes¹⁷¹ se mantêm prioritariamente no conjunto

¹⁶⁶ (FALCÃO e ET_ALL, 2006)

¹⁶⁷ (DE ALMEIDA, 2001).

¹⁶⁸ (SESC, 2014, p. 25)

¹⁶⁹ (DISTRITO FEDERAL, 2012)

¹⁷⁰ (BRASIL, 1998) o § 1º sofreu alteração em fevereiro de 2018: A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais.

¹⁷¹ (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 106 a 108)

urbanístico do Plano Piloto e os dez (10) atrativos prioritários. Fora a análise do evento FIFA Fan Fest, ligado à Copa, a única alusão às Regiões Administrativas é:

“Criar e promover o turismo solidário para beneficiar a população mais carente das RAs, a partir da integração do turista com o patrimônio natural e cultural.

Justificativa: O turismo solidário é uma alternativa para a criação de emprego e renda em áreas de fragilidade socioeconômica. Por meio da aplicação de programas específicos, a intenção é viabilizar a realização de oficinas, bem como de trocas culturais e comerciais entre os visitantes e a comunidade local”¹⁷²

Pode-se inferir que as ações desenvolvidas pela Secretaria de Turismo ao longo dos anos e até o momento presente indicam que os próprios moradores das regiões administrativas são o Outro, aqueles que não pertencem à cidade e que tampouco se movem. Parece que esse moradores não conseguem entrar nem na categoria de estrangeiros. A política de turismo não os enxerga, portanto, não os inclui.

Desta forma, são forasteiros em sua própria cidade. Não é direcionado a eles o mesmo tratamento dado ao estrangeiro, considerado turista. Nem como moradores, que por vezes podem ser observados como turistas ocasionais, locais. O Outro não existe, portanto nada é feito pensando nele. Esse posicionamento muda um pouco com o Planejamento Estratégico da Secretaria Adjunta de Turismo 2015-2019¹⁷³.

É importante ressaltar que o trabalho da consultoria que auxiliou a Secretaria Adjunta de Turismo (SETUR) a elaborar esse planejamento não encontrou a visão¹⁷⁴ da secretaria em governos anteriores, o que corrobora o diagnóstico de falta de planos de turismo de 1974 a 2018. De acordo com a definição do Planejamento, a missão da SETUR é: “promover Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade”.

As propostas de ações para a SETUR evidenciam a concentração de esforços para o Parque da Cidade, Torre de TV, Centro de Convenções Ulisses Guimarães, e priorizam os segmentos turísticos de eventos e negócios, cívico, arquitetônico e de

¹⁷² (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 106)

¹⁷³ (SAUTEC CONSULTORIA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, 2015)

¹⁷⁴ A consultoria não encontrou a visão da empresa, que era o objetivo principal que a secretaria deseja alcançar. Para mais informações consultar: (SAUTEC CONSULTORIA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, 2015, p. 7)

artesanato. A única menção a outra região administrativa é Planaltina, em trecho em que o texto elabora metas e ações para o Turismo Rural.

Entre as ações tomadas por órgãos do governo estão a criação e execução dos roteiros como a Rota do Cavalo¹⁷⁵, em Planaltina, ou o Circuito Rajadinha¹⁷⁶, a Rota de Turismo Rural da Agricultura Familiar¹⁷⁷ e o Circuito Colhe e Pague de Morango¹⁷⁸, esses três em Brazlândia. Entretanto, não constam no Planejamento Estratégico e não são facilmente encontrados junto à SETUR, mas sim junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF).

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) elabora o “Plano Diretor do Turismo e Hospitalidade da Fecomércio 2016-2026” no qual propõe diretrizes, estratégias e objetivos para Brasília, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE) e Brasil Central (composta por municípios de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato grosso do Sul), sendo que um dos documentos que orienta esse plano é o Programa de Regionalização do Turismo, oriundo da diretriz ministerial de 2013.

O programa identifica como destino turístico no Distrito Federal apenas a Região Administrativa de Brasília (que corresponde ao Plano Piloto), por ser patrimônio cultural da humanidade, e o Plano da Fecomércio segue essa orientação.

Plano de Turismo Criativo de Brasília foi elaborado pela SETUR para compreender os anos de 2016 a 2019 e tem como missão “promover Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, como destino turístico reconhecido”¹⁷⁹. Essa delimitação territorial de Brasília também se encontra na propositura da cooperação entre as Secretarias de Turismo e de Cultura¹⁸⁰

Dentre os objetivos de “Promoção, marketing e comunicação” a proposta do plano é “vender” o “destino Brasília”:

¹⁷⁵ (FREITAS, 2014)

¹⁷⁶ (MARTIMON, 2016)

¹⁷⁷ (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006)

¹⁷⁸ (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, 2017)

¹⁷⁹ (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 36)

¹⁸⁰ (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 40)

“Vender Brasília é enaltecer suas potencialidades quanto ao patrimônio material e imaterial, sua diversidade cultural e atrativos naturais, mitos fundadores, arte, cultura, urbanismo e arquitetura, design, música, poesia, clima, logística, estrutura, equipamentos turísticos. É, essencialmente, provocar encantamento.”¹⁸¹

É importante ressaltar que o questionamento desta dissertação não é sobre vender Brasília como um destino turístico, mas qual fração do território a Secretaria Adjunta de Turismo entende como concentradora desses atributos, para isso é importante pensar o que a lei 4.883/12, já citada, definia como destino Brasília e o que é efetivamente utilizado.

O primeiro ponto que pode elucidar essa questão se encontra na proposta seguinte, deste mesmo Plano Criativo, sobre “Infraestrutura turística”¹⁸² que propõe ações para a orla do Lago Paranoá, Torre de TV e o conjunto urbanístico do Plano Piloto.

A propositura de “*hub* criativo” pretende a criação de um espaço para empreendedores e espaços para eventos e reuniões, que apesar de não orientar o local desta estrutura, pode passar a impressão de se manter próximo ao Plano Piloto, já que Brasília é reconhecida como um dos cinco principais destinos nacionais para o turismo de eventos e negócios¹⁸³.

O Plano ainda propõe produtos e serviços turísticos para o segmento de Turismo Rural, em propriedades em áreas rurais, e para o segmento urbano com roteiros autoguiados centrados na idéia de cidade-parque de Lúcio Costa ou priorizando a arquitetura e monumentos do Eixo monumental.

O plano propõe ainda “intervenções criativas” que pretendem explorar, grosso modo, os ícones arquitetônicos da cidade, utilizar a escala bucólica como ponto-chave para lazer, contemplação ou atrativo, mas nenhuma proposta criativa parece ir além do conjunto urbanístico do Plano Piloto.

¹⁸¹ (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 46)

¹⁸² (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 54 - 60)

¹⁸³ (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018, p. 66)

Ao final do plano são apresentados os mapas mentais¹⁸⁴ produzidos nas oficinas que guiaram o Plano do Turismo Criativo que foram construídos em volta de imagens que representam a Torre de TV, tesourinhas, passarelas subterrâneas, torre de TV Digital e Parque da Cidade; também foram reunidas palavras e torno das idéias de segmentos de turismo: cultural, rural & aventura, náutico, lazer & eventos e gastronômico.

Também são criados mapas mentais em torno de conceitos: ícones e símbolos e comunicação. Nesses mapas, os termos “muito além do avião”, “integrar as satélites” e “intercâmbio entre moradores de Taguá”¹⁸⁵ e “Clube do Choro” se encontram no que devem ser os “novos olhares” e são utilizados como referência ao turismo fora do Plano Piloto.

As Regiões Administrativas para além do Plano Piloto aparecem em poucos termos: “Taguaparque” (em Taguatinga) aparece no raio-x do turismo de lazer e eventos; “festival de gastronomia nas satélites”¹⁸⁶ e “roteiro nas satélites” está nas idéias de intervenções do turismo gastronômico; “feira permanente das satélites”, “feira do Guará”, “Vila Planalto”, “Casa de chá (Rajadinha)”¹⁸⁷ são relacionados no raio-x do turismo gastronômico.

Esses mapas mentais podem corroborar a percepção de que o discurso sobre turismo é restrito, já que apesar de existirem manifestações de necessidade de ações “fora do plano”¹⁸⁸ essas manifestações não fizeram parte da elaboração de projetos ou metas com esse intuito.

¹⁸⁴ (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 57 - 61)

¹⁸⁵ Referência a cidade Taguatinga

¹⁸⁶ Apesar do termo cidade satélite não ser mais utilizado oficialmente para se referir às cidades ou regiões administrativas o termo ainda é utilizado ainda pela população, por isso na construção do mapa mental ele deve ter sido utilizado conforme foi elaborado pelos participantes das oficinas.

¹⁸⁷ Referência à casa de chá do Sítio Florida no roteiro na Colônia Agrícola Rajadinha em Planaltina, parte do projeto Caminhos Rurais do DF. Esse roteiro é divulgado pela Agência Brasília <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2016/07/24/conheca-o-circuito-rajadinha-em-planaltina/> e pela Emater-DF http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1718:rajadinha-e-opcao-de-lazer-para-o-brasiliense&catid=47:noticias&Itemid=125. Não confundir com a Casa de Chá elaborada por Niemeyer, na Praça dos Três Poderes.

¹⁸⁸ Fora do Plano Piloto

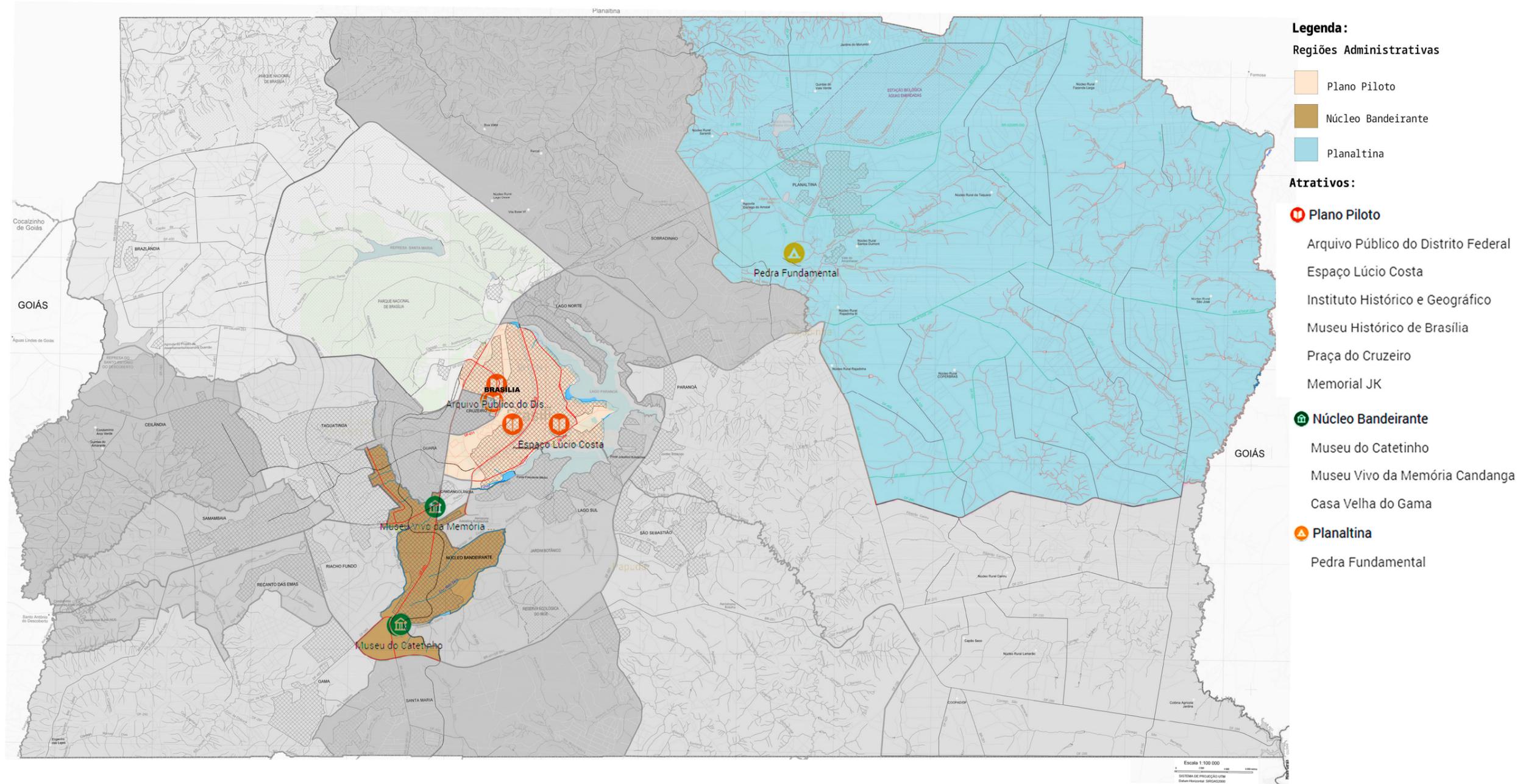
Por fim, o produto mais recente das ações da Secretaria Adjunta de Turismo é o “Guia Turístico da Cidade de Brasília”¹⁹⁰, que é separado em seis segmentos: “Histórico Cultural”, “Arquitetônico”, “Cívico”, “De Natureza”, “Místico e Religioso” e “De Lazer e entretenimento”.

A partir das informações do Guia Turístico 2018, elaborei para esta dissertação, alguns mapas (Mapa 4 até o Mapa 9.3) com as localizações de cada atrativo separado de acordo com os segmentos. A intenção é visualizar como os atrativos turísticos estão geograficamente concentrados ao longo do território.

O Mapa Histórico Cultural (*Mapa 4*) reúne dez (10) atrativos históricos e culturais, sendo seis (6) no Plano Piloto, três (3) no Núcleo Bandeirante e um (1) em Planaltina. O Mapa Arquitetônico (*Mapa 5*) concentra os trinta e três (33) atrativos arquitetônicos tombados como patrimônio histórico, ou seja no Plano Piloto, e um (1) no Lago Norte, que também foi planejado por Niemeyer.

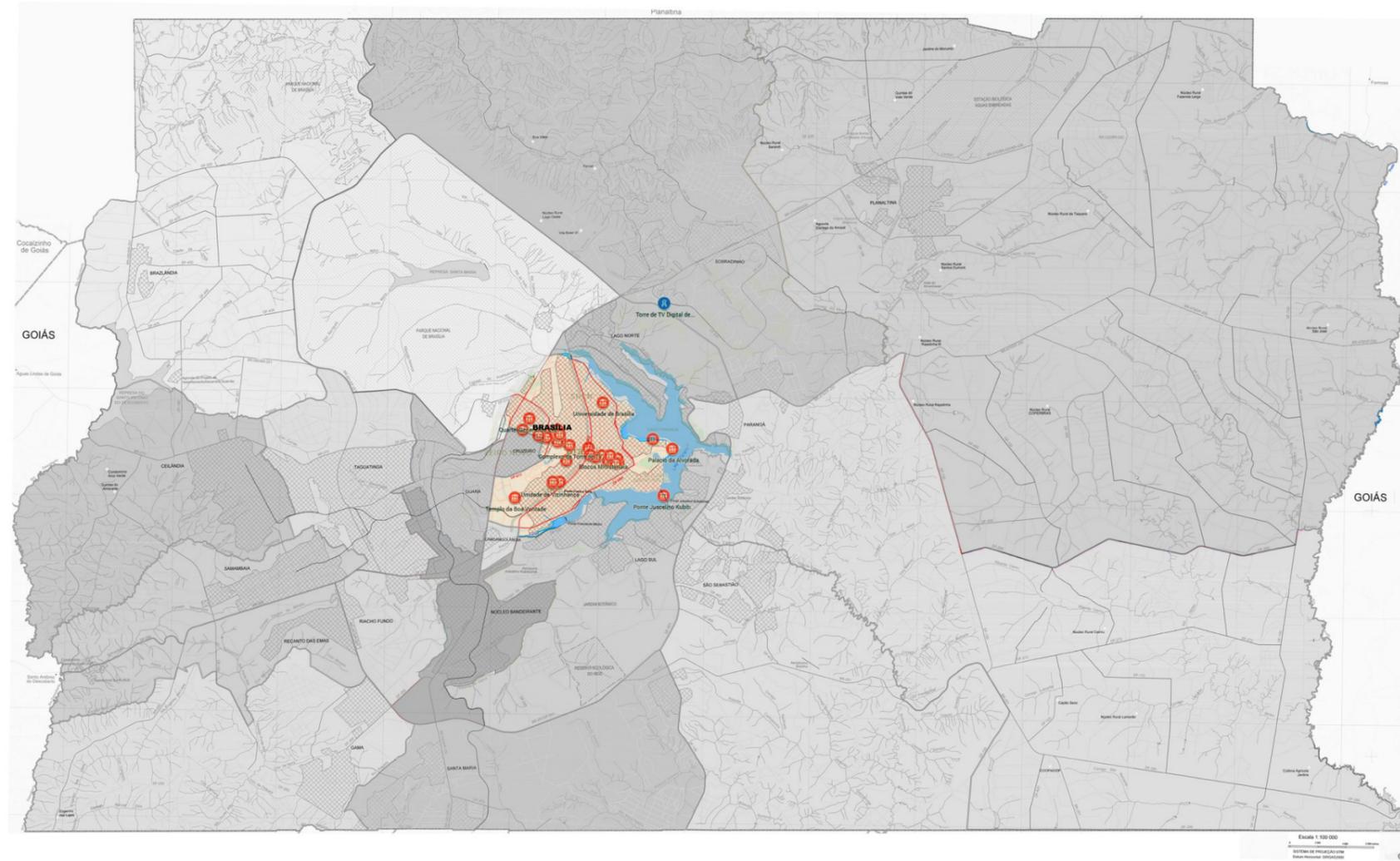
O Mapa Cívico (*Mapa 6*) contém dezenove (19) prédios do Plano Piloto com o caráter cívico e dois (2) museus no Núcleo Bandeirante. O Mapa De Lazer e Entretenimento (*Mapa 7*) possui quinze (15) pontos de lazer e entretenimento no Plano Piloto, os mesmos dois (2) museus dos outros mapas, no Núcleo Bandeirante, e uma (1) área de lazer no Lago Sul.

¹⁹⁰ (SECRETARIA DO ESPORTE TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, 2018)



Mapa 4 - Guia Turístico - Histórico Cultural¹⁹¹

¹⁹¹ Os mapas 4 até o 9.3 foram elaborados pelo autor a partir dos dados contidos no Guia Turístico



Legenda:

Atrativos:

Plano Piloto

- Palacio da Alvorada
- Casa de chá
- Espaço Lúcio Costa
- Museu Histórico de Brasília
- Panteão da Pátria Tancredo Neves
- Blocos Ministeriais
- Catedral Metropolitana Nossa Senhora...
- Palácio Itamaraty
- Teatro Nacional Cláudio Santoro
- Complexo Cultural da República João...
- Complexo da Torre de TV
- Planetário de Brasília
- Centro de Convenções Ulysses Guimarães
- Centro Poliesportivo Ayrton Senna
- Estádio Mané Garrincha
- Memorial dos Povos Indígenas
- Palácio do Congresso Nacional

- Palácio do Planalto
- Palácio do Supremo Tribunal Federal
- Palácio da Justiça
- Palácio do Buriti
- Praça do Buriti
- Catedral Militar Rainha da Paz
- Unidade de Vizinhança Modelo Superior
- Cine Brasília
- Igrejinha Nossa Senhora De Fatima
- Quartel-General do Exército
- Concha Acústica
- Memorial JK
- Ponte Juscelino Kubitschek
- Santuário Dom Bosco
- Templo da Boa Vontade
- Universidade de Brasília

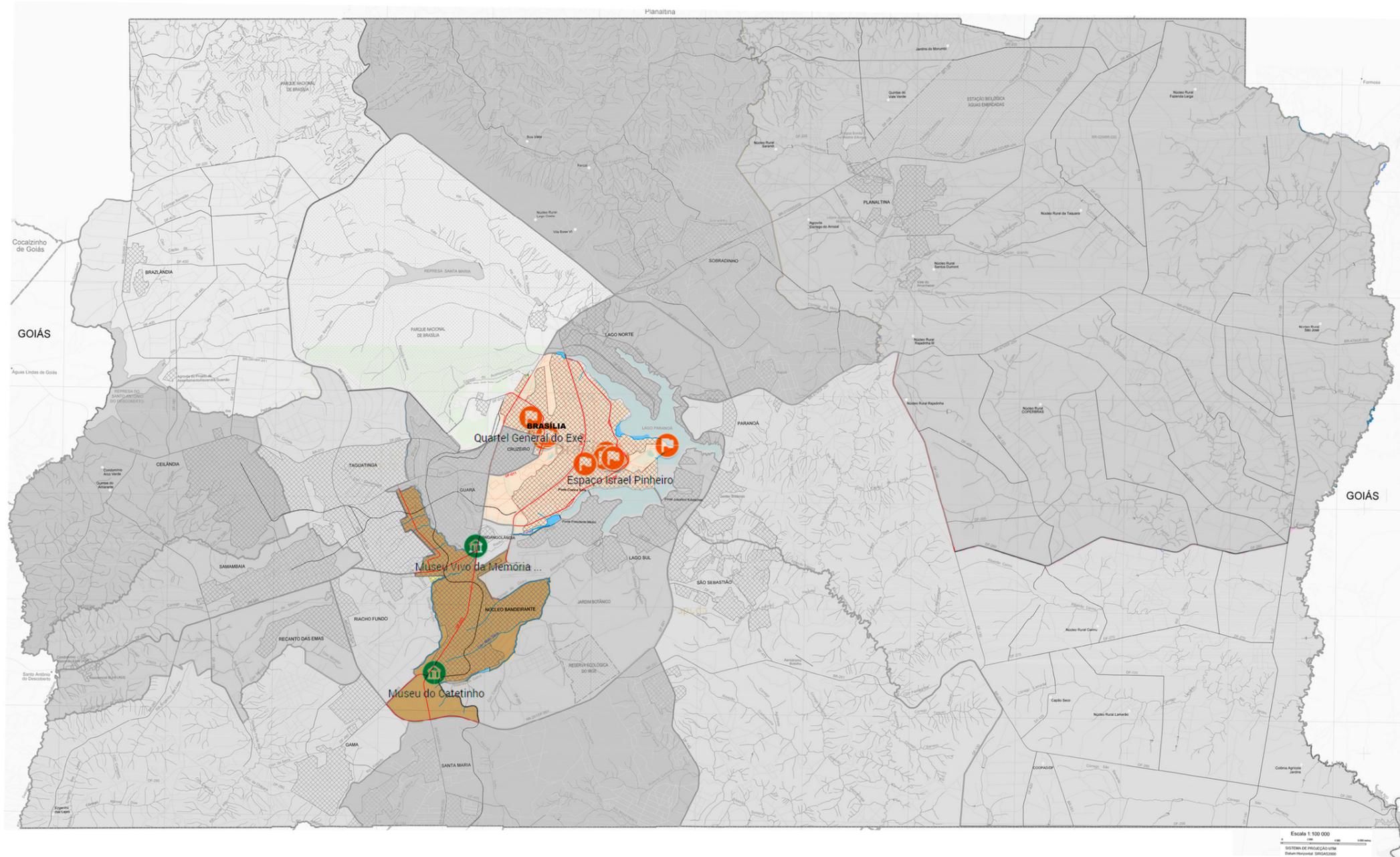
Lago Norte

- Torre de TV Digital de Brasília

Regiões Administrativas

- Plano Piloto

Mapa 5 - Guia Turístico - Arquitetônico



Legenda:

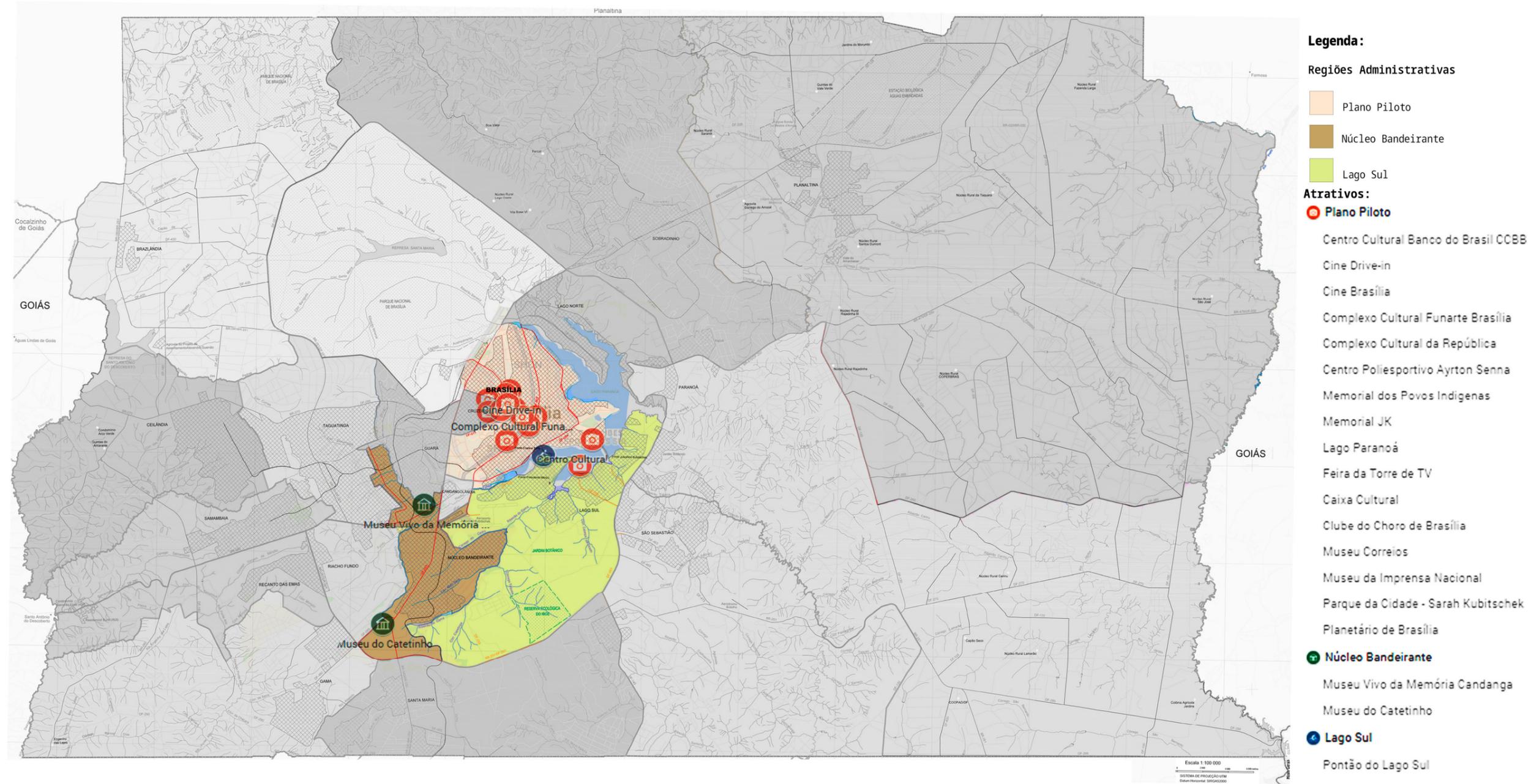
Regiões Administrativas

- Plano Piloto
- Núcleo Bandeirante

Atrativos:

- **Plano Piloto**
- Espaço Israel Pinheiro
- Espaço Lúcio Costa
- Panteão da Pátria Tancredo Neves
- Museu Histórico de Brasília
- Palácio do Planalto
- Palácio do Congresso Nacional
- Palácio da Justiça
- Palácio do Supremo Tribunal Federal
- Palácio do Itamaraty
- Mastro e Pavilhão Nacional
- Praça dos Três Poderes
- Memorial JK
- Memorial dos Povos Indígenas
- Museu Histórico da OAB
- Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Palácio da Alvorada
- Palácio do Buriti
- Praça do Buriti
- Quartel General do Exército
- **Núcleo Bandeirante**
- Museu do Catetinho
- Museu Vivo da Memória Candanga

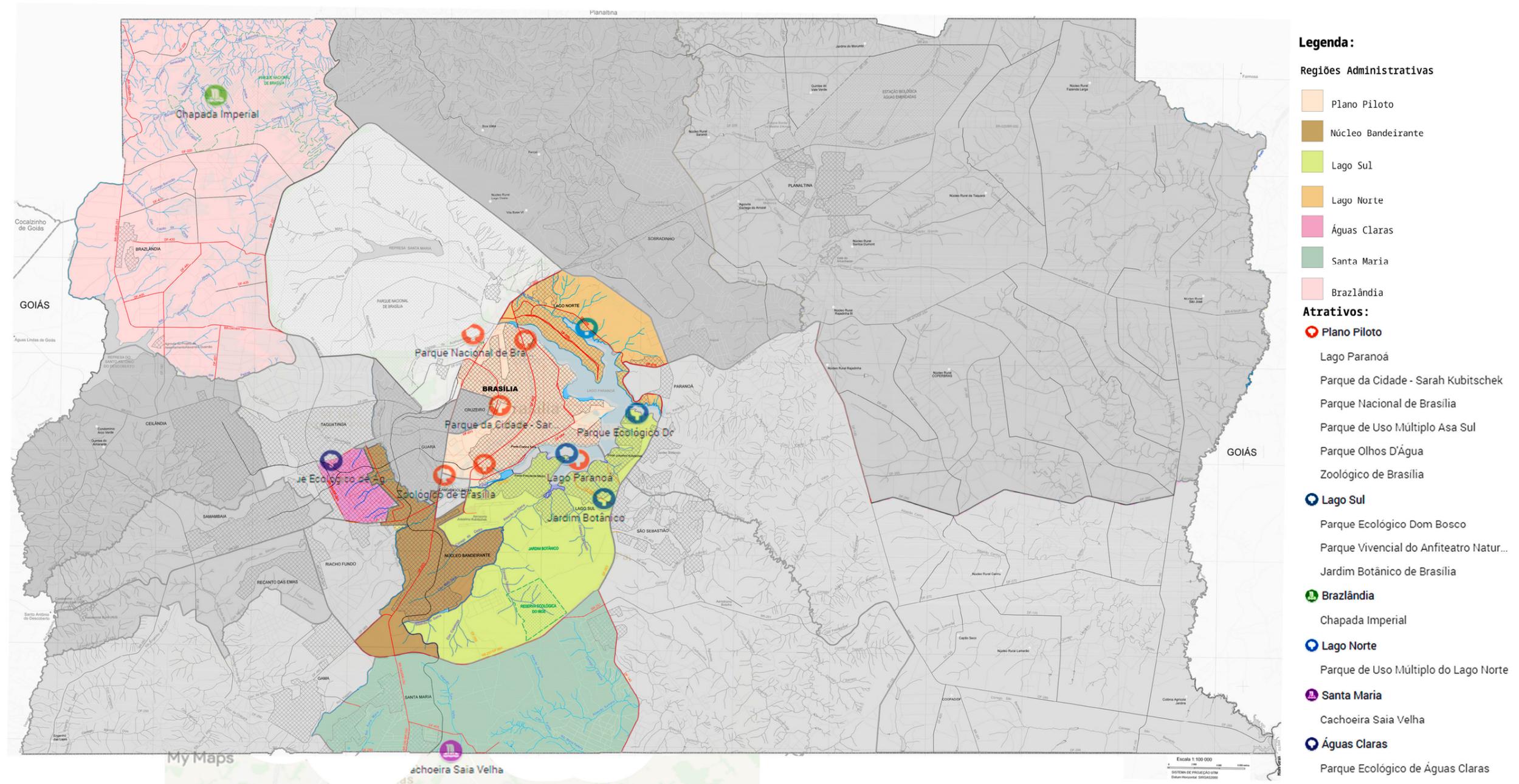
Mapa 6 - Guia Turístico - Cívico



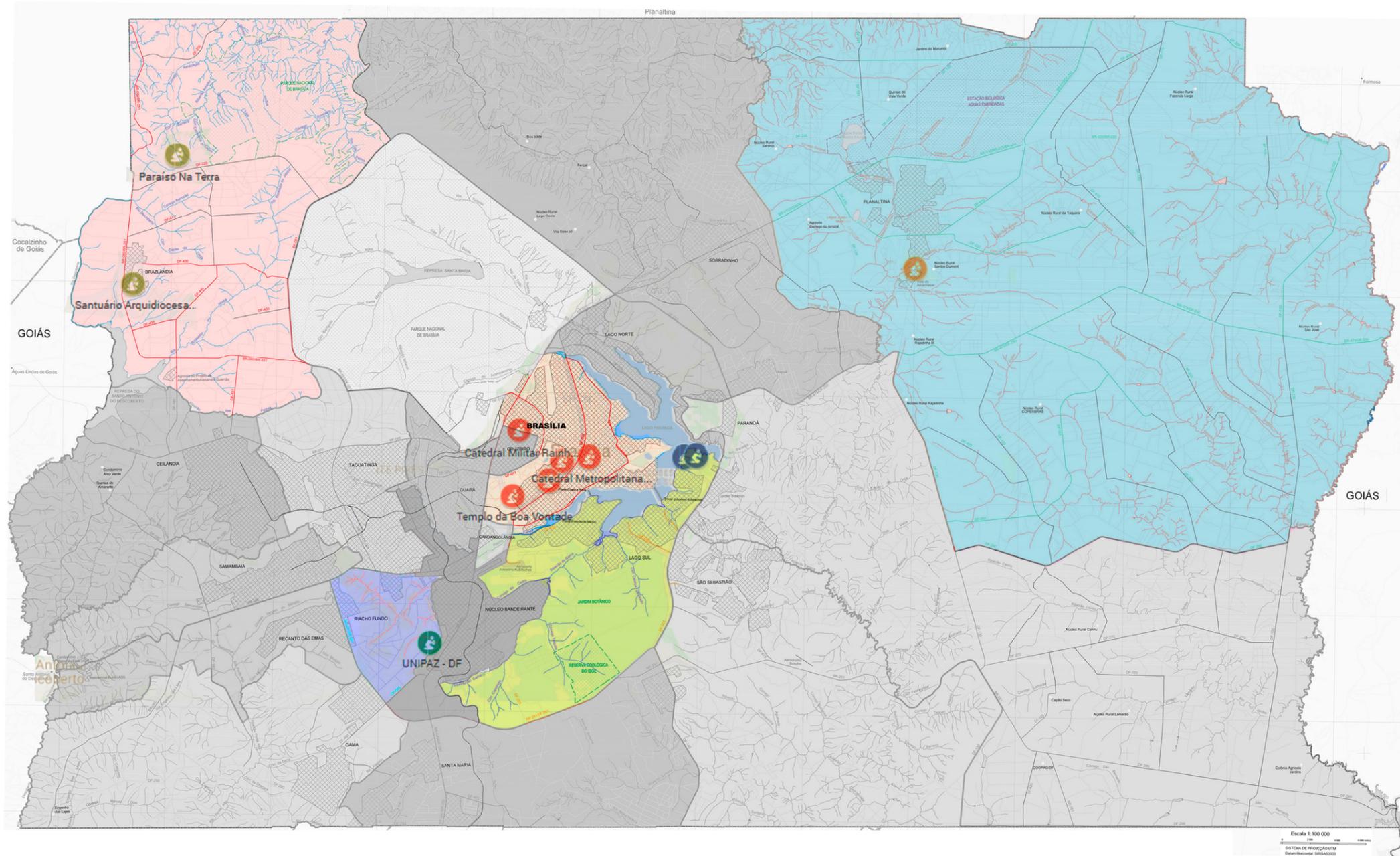
Mapa 7 - Guia Turístico - De Lazer e Entretenimento

O Mapa 8 é o primeiro a registrar mais atrativos em outras regiões administrativas. Esse mapa “De Natureza” seleciona duas (2) cachoeiras, uma em Brazlândia e outra em Santa Maria, e cinco (5) parques, sendo um (1) em Águas Claras, um (1) no Lago Norte e três (3) no Lago Sul, em compensação, no Plano Piloto existem seis (6) atrativos de natureza.

O último mapa é dividido em quatro (4), pois o Guia recomenda os eventos, os templos e as comunidades como atrativos místicos e religiosos, mas os que possuem fotos e descrição são apenas os que estão no Mapa 9.



Mapa 8 - Guia Turístico - De Natureza



Legenda:

Regiões Administrativas

- Plano Piloto
- Planaltina
- Lago Sul
- Setor de Mansões Park Way
- Brazlândia

Atrativos:

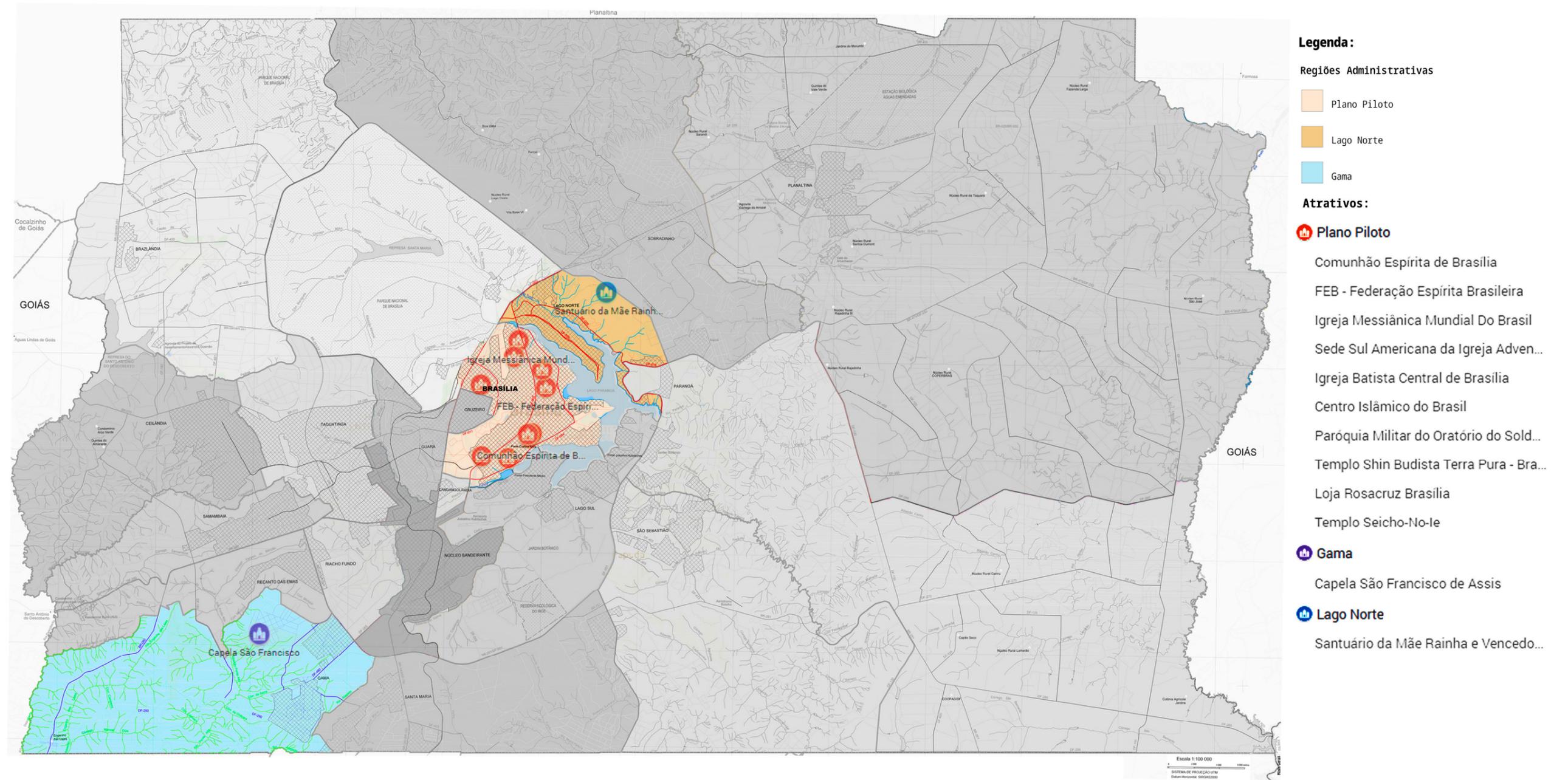
- Ⓢ **Plano Piloto**
 - Catedral Metropolitana Nossa Senho...
 - Catedral Militar Rainha da Paz
 - Santuário Dom Bosco
 - Templo da Boa Vontade
 - Igrejinha Nossa Senhora De Fatima
- Ⓢ **Brazlândia**
 - Paraiso Na Terra
 - Santuário Arquidiocesano Menino J...
- Ⓢ **Lago Sul**
 - Ermida Dom Bosco
 - Mosteiro de São Bento
- Ⓢ **Planaltina**
 - Templo Vale do Amanhecer
- Ⓢ **Setor de Mansões Park Way**
 - UNIPAZ - DF

Mapa 9 - Guia Turístico - Místico e Religioso

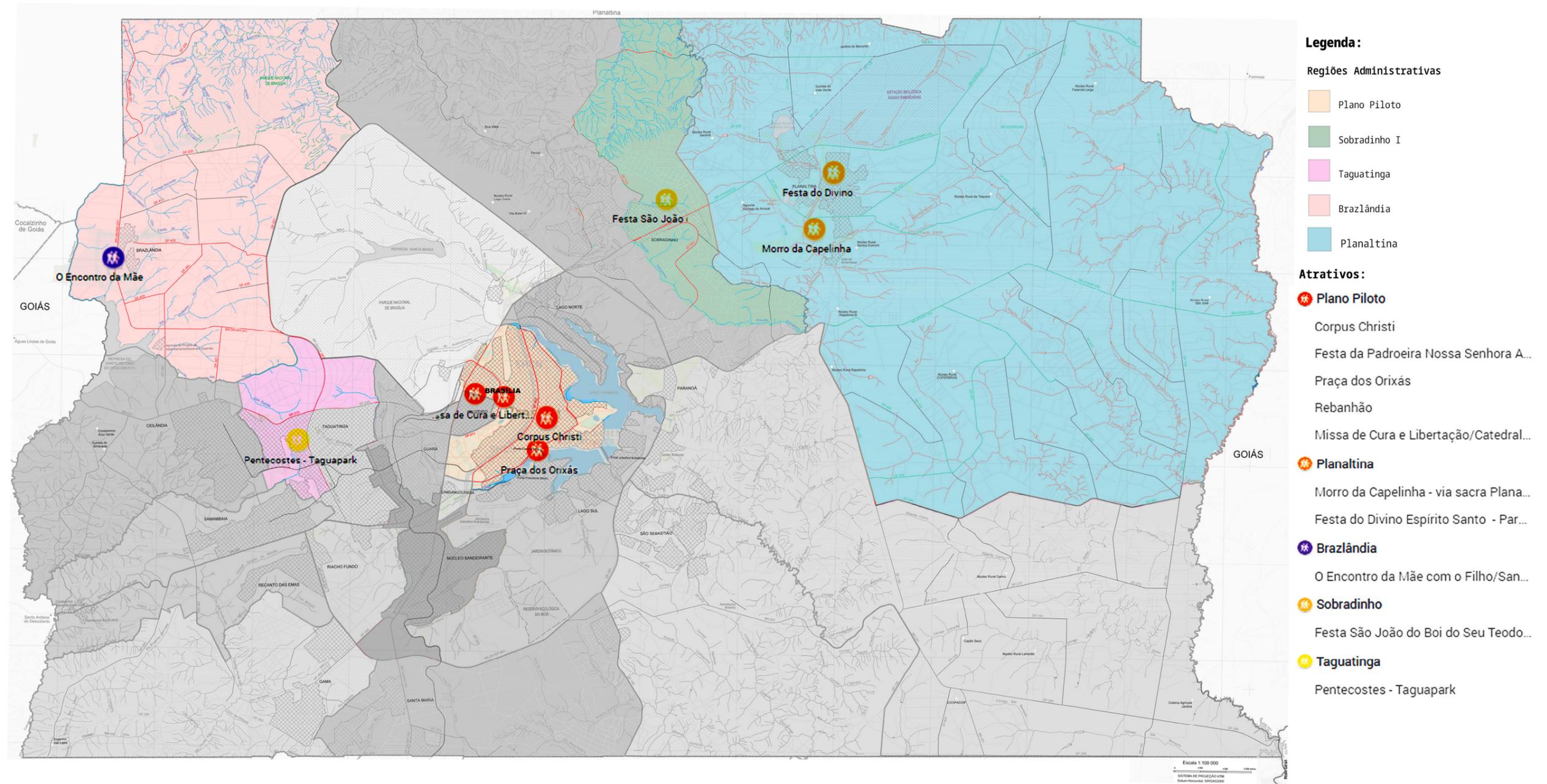
Dos onze (11) atrativos descritos no *Mapa 9*, sete (7) são templos católicos, três (3) se dizem ecumênicos e um (1) possui uma doutrina própria que surgiu junto com a construção da cidade, a Doutrina do Amanhecer. Cinco (5) atrativos ficam no Plano Piloto, dois (2) em Brazlândia, dois (2) no Lago Sul, um (1) em Planaltina e um (1) no Setor de mansões Park Way.

O *Mapa 9.1*, lista doze (12) templos de outras denominações religiosas, destes, dez (10) estão no Plano Piloto, um (1) no Gama e um (1) no Lago Norte. O *Mapa 9.2* lista dez (10) eventos religiosos, desses apenas o Réveillon na Praça dos Orixás não possui uma relação direta com o catolicismo. Desses eventos, cinco (5) acontecem sazonalmente no Plano Piloto, dois (2) ocorrem em Planaltina, um (1) em Brazlândia, um (1) em Taguatinga e um (1) em Sobradinho.

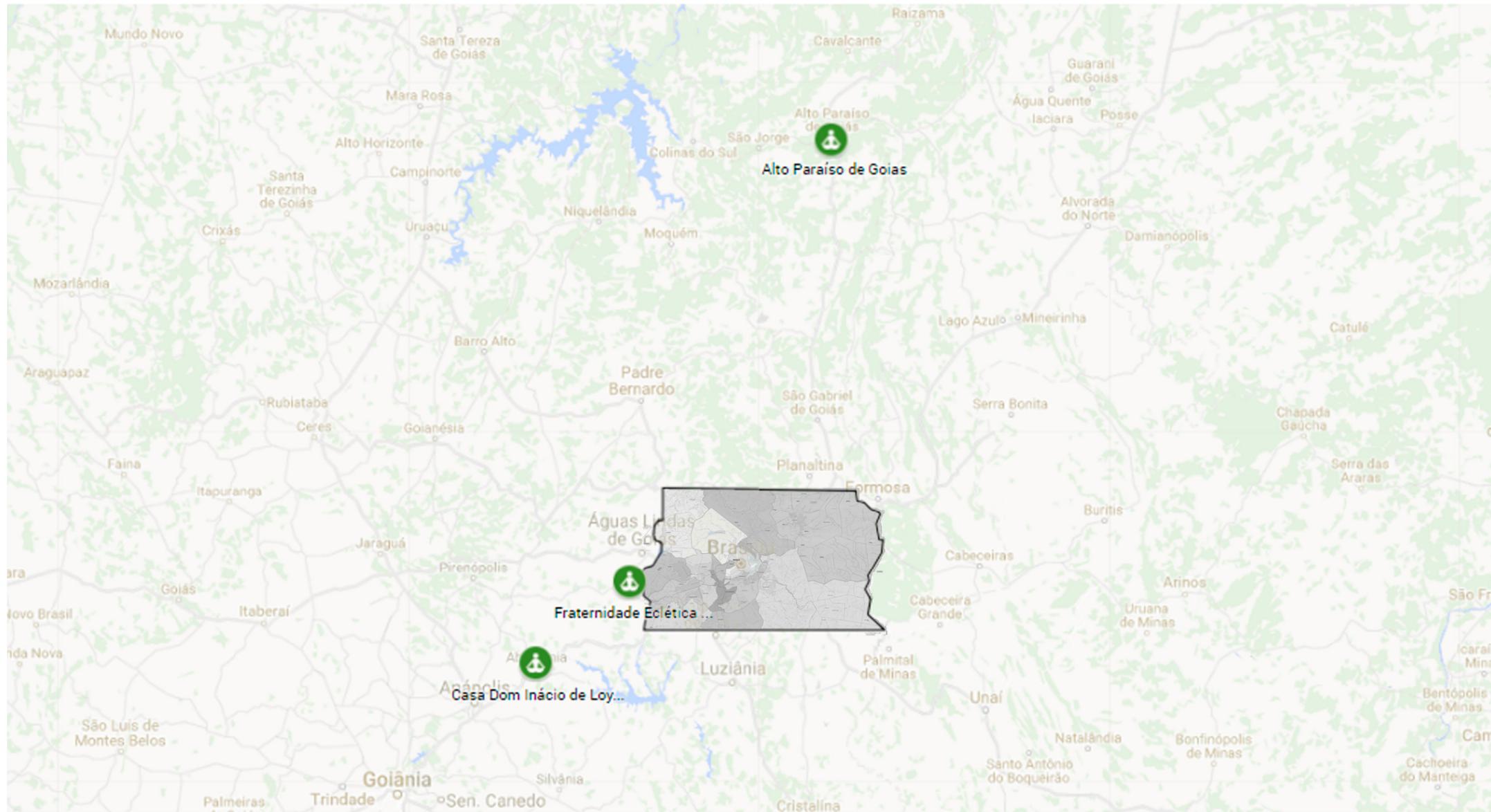
Por último, o *Mapa 9.3* lista três (3) comunidades religiosas da RIDE: o município de Alto Paraíso, o templo ecumênico em Abadiânia e a comunidade Cidade Eclética, próxima a Santo Antônio do Descoberto.



Mapa 9.1 - Guia Turístico - Místico e Religioso (Templos)



Mapa 9.2 - Guia Turístico - Místico e Religioso (Eventos)

**Legenda:****Regiões Administrativas**

 Distrito Federal

 RIDE

Atrativos:

 RIDE

Fraternidade Eclética Espiritualista ...

Casa Dom Inácio de Loyola

Alto Paraíso de Goiás

Mapa 9.3 - Guia Turístico - Místico e Religioso (Comunidades)

Ao somar as indicações diferentes em todos os mapas (Mapas 4 a 9.3) teremos cento e quatro (104) atrativos distintos, dos quais setenta e seis (76) estão no Plano Piloto e vinte e nove (29) dispersos em outras regiões administrativas. Lago Sul possui cinco (5) atrativos¹⁹², em seguida, Brazlândia e Planaltina possuem quatro (4) atrativos cada uma; Lago Norte, Setor de Mansões Park Way e a RIDE possuem três (3) atrativos cada; Núcleo Bandeirante possui dois (2); Santa Maria, Sobradinho, Taguatinga, Gama, Águas Claras possuem um (1) atrativo cada.

¹⁹² O Guia turístico diferencia Ermida Dom Bosco (a capela) do Parque Ecológico Dom Bosco apesar de estarem na mesma localização.

Tabela 1 – Levantamento de atrativos turísticos por Região Administrativa nos guias turísticos

Mapa	Plano Piloto	Lago Sul	Lago Norte	Núcleo Bandeirante	Planaltina	Brazlândia	Santa Maria	Águas Claras	Taguatinga	Gama	Park Way	Sobradinho	Guará	Recanto das Emas	Samambaia	RIDE
GTCB * Histórico Cultural	6	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GTCB Arquitetônico	33	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GTCB Cívico	19	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GTCB De Lazer Entretenimento	16	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GTCB De Natureza	6	3	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GTCB Místico e religioso (1)	5	2	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
GTCB Místico e religioso (Templos)	1-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
GTCB Místico e religioso (Eventos)	5	-	-	-	2	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
GTCB Místico e religioso (Comunidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
GTCB Total **	76	3	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1	-	-	-	3
MTDF ***	53	5	1	1	1	1	1	1	2	-	-	1	1	1	1	-
Mapa CAT****	56	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mapa DER*****	58	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*. GTCB: Guia Turístico da Cidade de Brasília

** . O total de atrativos do Guia Turístico da Cidade de Brasília foi feito retirando a duplicidade de atrativos que aparecem nos diferentes roteiros do guia, contabilizando cada atrativo apenas uma vez.

***. MTDF: Mapa Turístico do DF

****. Mapa CAT: Mapa do Centro de Atendimento ao Turista

*****. MAPA DER: Mapa Turístico do Departamento de Estradas e Rodagens

Fonte: dados compilados pelo autor a partir dos mapas citados

A Tabela 1 mostra que esse levantamento supera o inventário de Brasília que lista trinta e oito (38) atrativos¹⁹³ no Plano Piloto – é necessário salientar que esse valor soma apenas os atrativos naturais e culturais descritos e que o inventário não contabiliza eventos religiosos.

O Mapa 1 traz sessenta e quatro (64) atrativos turísticos os que não estão no Plano Piloto são dois (2) museus no Núcleo Bandeirante (Catetinho e Museu da memória candanga), dois (2) no Lago Norte (Torre de TV Digital e Granja do Torto) e dois (2) no Lago Sul (Pontão do Lago Sul e Ermida Dom Bosco).

No *Mapa 2* são cinqüenta e nove (59) atrativos, entretanto a “Orla Beira do Lago”, “Tribunal de Contas da União”, “Procuradoria Geral da República”, “Palácio do Jaburu”, todos no Plano Piloto, não estão presentes no Guia Turístico 2018.

Supera também os setenta (70) atrativos listados no *Mapa 3*. Nele alguns atrativos também não estão listados no Guia Turístico 2018: “Museu de Valores do Banco Central”, “Museu Histórico Itamar Franco”, “Tribunal de Contas da União”, “Procuradoria Geral da República”, “Palácio do Jaburu” (todos no Plano Piloto), “Parque Ezechias Heringer” (no Guará), “Parque dos Jequitibás” (em Sobradinho), “Parque Veredinha” (em Brazlândia), “Parque Lago do Cortado” e “Parque Saburo Onoyama” (ambos em Taguatinga), “Parque Três Meninas” (Samambaia), “Parque dos Pequizeiros” (em Planaltina), “Parque Península Sul” (no Lago Sul), “Parque do Tororó” (em Santa Maria) “Parque Recanto das Emas” (no Recanto das Emas).

Os discursos da Secretaria Adjunta de Turismo parecem possuir um paralelo com o mito fundador da nova capital: indicações de heroísmo mítico e epopéia são reforçados na seleção dos atrativos turísticos. A cidade-parque, o tombamento arquitetônico a representação política são elementos chaves do discurso turístico, assim como os estudos geográficos da cidade antiga grega que indicavam os monumentos e prédios que vale a pena visitar devido a sua representação mítica.

Os mapas e guias turísticos utilizam elementos que indicam um direcionamento de qual é a fração do território que é permitida para o uso turístico, já que os atrativos validados derivam de um planejamento estratégico, *a priori* realizado pela SETUR, que priorizam os valores que reforçam os significados construídos

¹⁹³ (CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO, 2009)

historicamente no espaço-tempo e indicam como pode ser a relação do ser-aí com o espaço que habita.

A seqüência esse estudo pretende investigar a relação do ser-com o mundo, a relação do ser no espaço-tempo que habita para identificar como o falatório tende a influenciar a organização do mundo.

3. CAPÍTULO 3 - USOS DO TERRITÓRIO - POR UMA OUTRA TURISTIFICAÇÃO

3.1. Território e espaço

3.1.1. O *Dasein* e o uso do território

Para Heidegger o ser-aí, *Dasein*, é a junção de duas palavras o ente (ser - sein) em um espaço (aí - da). Desta forma, a definição da pessoa em si passa necessariamente pela relação com o local que habita, é um ser-no-mundo¹⁹⁴, e para definir o que é o mundo, o que é o habitar e o espaço onde o ser se relaciona, Heidegger recorre à compreensão platônica de espaço.

Platão dedica o discurso de Timeu à explicação da construção do mundo pelo demiurgo, que é uma consciência organizadora do universo que arquiteta o mundo. Neste discurso se encontra a definição do espaço (*Khora [χώρα]*), apesar de Platão inicialmente se referir ao espaço como receptáculo, a metáfora feita é com o útero materno, o local que contém, gera e é transformado pela criatura que se forma¹⁹⁵.

Ao mesmo tempo, o espaço é “aquilo que devém, aquilo em que algo devém e aquilo à semelhança do qual se cria o que devém”¹⁹⁶ e conclui que não estaria errada uma definição de espaço em que seria uma “espécie invisível e amorfa, que tudo recebe, e que participa do inteligível de um modo imperscrutável e difícil de compreender”¹⁹⁷.

É possível inferir do entendimento de Platão que o espaço se transforma, é onde algo se transforma e é um reflexo do que foi e do que é criado. Deste ponto de vista, para Heidegger, o ser-aí faz parte desta transformação do espaço, pois só se reconhece enquanto consciência em sua relação com os outros no lugar que habita¹⁹⁸, é um “já-ser-junto-ao-mundo”¹⁹⁹. Assim, critica o pensamento de

¹⁹⁴ (HEIDEGGER, 2005)

¹⁹⁵ (PLATÃO, 2011, p. 49a - 50a)

¹⁹⁶ (PLATÃO, 2011, p. 50d)

¹⁹⁷ (PLATÃO, 2011, p. 51b)

¹⁹⁸ (HEIDEGGER, 2005)

¹⁹⁹ (HEIDEGGER, 2005, p. 100)

Descartes, pois o “ser” (sum) só acontece em algum lugar em relação a algo e alguém, desta forma é como se Descartes “passasse por cima do fenômeno do mundo”²⁰⁰. A definição de mundo para Heidegger é complexa:

“Mundo não é a simples reunião das coisas existentes, contáveis ou incontáveis, conhecidas ou desconhecidas. Mas mundo também não é uma moldura meramente imaginada, representada em acréscimo à soma das coisas existentes. O mundo mundifica e é algo mais do que o palpável e o apreensível, em que nos julgamos em casa. Mundo nunca é um objeto, que está ante nós e que pode ser intuído. O mundo é o sempre inobjetal a que estamos submetidos enquanto os caminhos do nascimento e da morte, da bênção e da maldição nos mantiverem lançados no Ser. Onde se jogam as decisões essenciais da nossa história, por nós são tomadas e deixadas, onde não são reconhecidas e onde de novo são interrogadas, aí o mundo mundifica.”²⁰¹

Dessa definição é possível entender que o mundo, além das coisas existentes (objetos e configurações geográficas), não é apenas uma delimitação, um palco de acontecimentos como algo na nossa frente que possa ser simplesmente quantificado e discriminado. O mundo é mais do que isso, o mundo “mundifica”, dinamiza, transforma coisas e entes em parte dele por seu movimento.

É onde se apresenta um conjunto de ações e sentimentos diversos do nascer ao morrer, de bendizer e de amaldiçoar (parte de nossas ações e política) enquanto estivermos vivos. O mundo é o lugar aonde historicamente as ações, usos e costumes vêm e vão, são reconfigurados e reconfiguram o mundo de volta.

Sobre essa construção histórica, Heidegger elabora um entendimento em que as próprias construções elaboradas pelos entes precisam ser entendidas por sua relação com as pessoas e não pela construção arquitetônica em si:

“É a obra templo (grego) que primeiramente ajusta e ao mesmo tempo congrega em torno de si a unidade das vias e das relações, nas quais nascimento e morte, infelicidade e prosperidade, vitória e derrota, resistência e ruína, ganham para o ser humano a forma do seu destino. A amplitude dominante dessas relações abertas é o mundo deste povo histórico. A partir dele e nele é que ele é devolvido a si próprio. para o comprimento da vocação a que se destina. (...) Ela abre ao mesmo tempo a clareira daqui do sobre o qual e no qual o homem funda o seu habitar.”²⁰²

²⁰⁰ (HEIDEGGER, 2005, p. 141)

²⁰¹ (HEIDEGGER, 2010, p. 35)

²⁰² (HEIDEGGER, 2010, p. 32)

Então, para Heidegger, as coisas e o templo manifestam-se fenomenologicamente devido a sua relação com as pessoas, como o uso determina o valor da coisa e como ele muda ao longo do tempo. A partir da relação atual das pessoas com o templo, é que ele é ressignificado.

E a junção de significados e valores dessas coisas, dadas pelas pessoas, reconstrói o mundo. Este entendimento sobre o espaço e sua relação com as pessoas de maneira histórica permite uma aproximação com o fenômeno do turismo e com a teoria de Milton Santos.

A primeira é a que a definição e nomeação de uma quantidade de “coisas do mundo”, representadas pelos atrativos turísticos desta dissertação, em relação com as pessoas modifica a percepção do ser-aí do mundo a sua volta, ou seja, a segmentação turística e delimitação de quais são os atrativos turísticos influencia a percepção das pessoas e sua relação com a cidade, pode ser tanto causa quanto consequência de uma sensação de pertencimento à cidade ou de sentir-se e ser estranho a ela.

A segunda é que essa relação pessoas-espaço fundamentada na estrutura da linguagem se aproxima da discussão teórica espacial de Milton Santos, por sua concepção de espaço geográfico estar relacionada com o uso do território e auxiliar a análise discursiva e poética realizada até agora para ampliar o entendimento da fenomenologia turística.

Como já indicado, esta dissertação segue a orientação de Milton Santos de que o território em si não é categoria de análise, visto ser necessário que as definições materiais em que se apresenta o território sejam inseparáveis do uso, ou ainda que as definições do território sejam dependentes da ação das pessoas²⁰³.

O uso do território é resultado de um processo de relações sociais construído ao longo da história e, ao mesmo tempo, é base material e social para a construção de novas relações sociais²⁰⁴.

²⁰³ (SANTOS, 2001, p. 247)

²⁰⁴ (SANTOS, 2000)

De acordo com Milton Santos, essas relações sociais são um conjunto de possibilidades que estão pairando no ar como que esperando quem as realize e as transforme em fatos sociais, em fatos econômicos e fatos geográficos.²⁰⁵

As pessoas que possuem melhores ferramentas de legitimação irão conseguir usar o território como recurso de forma a sobrepujar as pessoas que não possuem nem recursos, nem legitimação e orientar de forma hegemônica a adaptação do seu uso, essa orientação irá acontecer através de investimentos econômicos.²⁰⁶

O espaço é definido por Milton Santos como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (instrumentos do trabalho e configuração territorial) e de sistemas de ações (práticas sociais e leis).

Essa relação entre os instrumentos de trabalho, a configuração territorial (natural e artificial), as práticas sociais e leis se caracteriza a partir dos modos de produção e como eles se alteram, se renovam e se reforçam ao longo do tempo, de forma que “produzir e produzir espaço são sinônimos”²⁰⁷. As orientações do que pode ser produzido, onde será produzido e por quem será produzido está imbricada com a transformação do espaço geográfico.²⁰⁸

A primeira percepção que esse entendimento traz a esta dissertação é que a diferenciação do modo de produção que cabe ao pioneiro e ao candango, por serem díspares, pode ter influenciado na transformação do espaço geográfico do Distrito Federal.

O trabalhar e morar na mesma RA ou o trabalhar em uma RA e morar em outra constroem significados e valores diferentes para cada RA, que vão afetar as relações das pessoas com o lugar em que mora e vão se manifestar na maneira como habitam o espaço que criam.

²⁰⁵ (SANTOS, 1996)

²⁰⁶ (SANTOS, 1999, p. 5)

²⁰⁷ (SANTOS, 1999, p. 7)

²⁰⁸ (SANTOS, 1999, p. 10)

3.1.2. Lugar e valor do indivíduo

Milton Santos afirma que cada pessoa possui um valor de acordo com o lugar onde está²⁰⁹, isso não se restringe ao local da moradia, mas também ao lugar onde está o trabalho, o lugar onde realiza as compras e, por ampliação, o lugar onde se diverte, os lugares que visita enquanto turista.

É necessário perceber que não está sendo feita uma alusão à periferia *versus* bairros nobres. Indivíduos com renda, educação, atividade financeira e capacidade físicas equivalentes podem ter valores distintos de acordo com o lugar em que se localizam²¹⁰ ao longo da vida. A ponto de ser possível uma correlação entre a localização das pessoas, o seu nível social e sua renda²¹¹.

A situação para que uma pessoa possa realizar plenamente sua possibilidade de cidadania, de ter e exercer seus direitos tem relação com a acessibilidade²¹²: seja através do acesso à informação, às fontes de poder, justiça, possibilidades de produção ou distribuição de bens. Se pensarmos em relação à produção, teremos como fatores impactantes a facilidade de acesso, frequência e qualidade de estradas, os serviços produzidos, a disponibilidade de mão-de-obra.

Desse ponto de vista, podemos pensar o impacto para o turismo, enquanto atividade de produção e consumo, com alguns questionamentos:

- Da rede hoteleira, onde ela se concentra: qual a diversidade de facilidades oferecidas de acordo com o lugar onde se encontra o estabelecimento, a facilidade de acesso dos funcionários até o local de trabalho;
- Dos serviços de transportes disponíveis: qual a diversidade oferecida por meio dos trens, ônibus ou táxis; quais as rotas disponíveis para o aeroporto e para a rodoviária interestadual conforme a distância;
- Da rede de serviços de apoio ao turismo (como alimentação, lavanderia, acesso à internet, agências bancárias, agências de correios, shoppings e

²⁰⁹ (SANTOS, 2007, p. 107)

²¹⁰ (SANTOS, 2007, p. 108)

²¹¹ (SANTOS, 2007, p. 110)

²¹² (SANTOS, 2007, p. 112)

comércio local): qual a possibilidade de oferta de acordo com a distância do centro; como é o trânsito; qual a oferta de segurança e como é a infraestrutura local;

- Dos bares e restaurantes próximos: qual a quantidade e diversidade gastronômica; qual a facilidade de receber produtos frescos e industrializados;
- Das atividades de entretenimento: qual a diversidade de oferta, facilidade de acesso, estacionamento, divulgação e infraestrutura.

A aproximação da idéia que, na cidade antiga grega, os que se movem não são todos, que apenas os bem nascidos poderiam freqüentar certas áreas da cidade por possuírem o reconhecimento de cidadania grega se aproxima com o entendimento de Milton Santos:

“Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram têm condições de consumi-los. Desse modo, as pessoas desprovidas de mobilidade, seja em razão de sua atividade, seja em razão de seus recursos, devem resignar-se à não-utilização de tais bens e serviços, cujos preços são, às vezes, inferiores aos de sua localidade. Os moradores que dispõem de meios para locomover-se têm, assim, acesso mais fácil, e aqueles cuja mobilidade é limitada ou nula devem pagar localmente mais caro, e às vezes por isso mesmo renunciar ao seu uso”²¹³

Os *thetas* (plebe), trabalhadores braçais, só puderam entrar na cité grega após pagarem impostos e ficarem sob a tutela de um *poemarkho* (administrador) e, ainda assim, tinham acesso limitado à cidade e nenhum acesso à elaboração da legislação. Essa diferenciação do modo de produção construiu um espaço geográfico excludente.

De maneira aproximada pode-se entender que os candangos, trabalhadores braçais, só puderam ter o direito à cidade (Distrito Federal) após pagarem impostos e terem as moradias ordenadas pelo poder público, ficaram, pois, sob a tutela de um administrador e possuíam um acesso limitado à cidade (Plano Piloto) entre outros motivos, por falta de transporte público e ainda receberam a orientação de não “invadir”.

²¹³ (SANTOS, 2007, p. 115)

O espaço não é uma estrutura para adequar e acomodar as pessoas, mas uma estrutura social²¹⁴. As diversas estruturas sociais recebem definições, da sociedade que a constitui, para se compor e se classificar, para Milton Santos as condições geográficas influenciam essas estruturas.²¹⁵

As pessoas que possuem possibilidades equivalentes geradas pelo tipo de trabalho e formação cultural se tornarão desiguais de acordo com os “diferentes pontos do espaço em que se localizem” e por vezes isso se dá devido a situações econômicas²¹⁶. As pessoas não serão recompensadas de maneira idêntica por possuírem um “valor” em função da sua localização geográfica.

Podemos perceber que a afirmação de Milton Santos que “o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana”²¹⁷ age de maneira sutil na maioria das cidades, mas ocorreu de maneira bem explícita durante a construção de Brasília.

Apesar dos títulos imobiliários lançados pela Novacap, as “Obrigações Brasília”, elas eram facilitadas aos “funcionários públicos com alta qualificação, os servidores paraestatais, os servidores civis e militares”²¹⁸, indicando uma seletividade determinada pela divisão do trabalho. Em contrapartida, foi realizada a “constituição do espaço dos excluídos” na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) a partir das pressões dos trabalhadores²¹⁹ da construção.

A *polis* planejada oferece uma diversidade de recursos ao passo que os assentamentos-satélites demoraram a adquirir infraestruturas básicas como saneamento, “tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”²²⁰.

Milton Santos afirma que as pessoas irão estranhar o espaço que não criaram²²¹. É importante esclarecer que a criação do espaço não se refere somente

²¹⁴ (SANTOS, 2007, p. 108)

²¹⁵ (SANTOS, 2007, p. 108)

²¹⁶ (SANTOS, 2007, p. 108)

²¹⁷ (SANTOS, 2007, p. 110)

²¹⁸ (CAMPOS, 1991, p. 102)

²¹⁹ (CAMPOS, 1991, p. 102)

²²⁰ (SANTOS, 2007, p. 140)

²²¹ (SANTOS, 2007, p. 81)

à construção de infraestruturas, apesar de os candangos terem construído os prédios, monumentos do Plano Piloto, o espaço geográfico, o uso do território pode em partes lhe ser estranho por não ter ou participação ou poder decisório na adequação do uso.

O espaço enquanto conjunto de objetos associa coisas que possuem idades diversas e são vivificadas de acordo com as relações sociais, dadas do hoje²²².

Explicando melhor esse entendimento, Milton Santos afirma que o espaço é constituído de fixos (construções artificiais) e fluxos (construções políticas). Os fixos são comércios, hospitais, templos, escolas entre outros e podem ser privados ou públicos, sendo distribuídos geograficamente segundo interesses mercadológicos para os primeiros ou interesses sociais para os segundos.

3.1.3. Lugar do pioneiro e do candango

É fácil utilizar esse entendimento de distribuição geográfica dos fixos quando for aplicada a explicação para agências bancárias, shopping centers e outros estabelecimentos que dependem do constante fluxo para manter o custo financeiro gerado pela manutenção da infraestrutura e inclusive para o lucro.

Quando essa explicação é utilizada para serviços de interesse sociais, como escolas e hospitais, a sociedade parece se apresentar de maneira muito mais mesquinha, já que a falta de orientação de investimentos para determinadas frações territoriais estaria relacionada também ao interesse econômico.

A situação é mais desesperadora quando se percebe que a falta de asfalto induz a falta de transporte, que induz a dificuldade de acesso, que induz um pequeno quadro de funcionários e que um equipamento público faltante desestabiliza os outros.

Alia-se a isso a percepção de pertencimento ao lugar:

²²² (SANTOS, 2007, p. 141)

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.”²²³

A identificação de pertencer reflete a percepção de ter ou não direito ao acesso a um fixo. Por isso os fixos públicos concentrados geograficamente vão contribuir para a “segregação planejada” do Distrito Federal.

Candangos moradores dos assentamentos-satélites podem ter dificuldades em se sentir pertencentes ao Plano Piloto, sentimento que pode ser corroborado tanto por discursos políticos e imagéticos de representação da cidade que não indicam os lugares onde moram quanto pela dificuldade de acessibilidade (de informação, de mobilidade e inclusive normativa).

O pertencimento a um grupo passa pela cultura construindo um processo de significações:

“A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver.” (SANTOS, 2007, p. 81)

O conjunto de símbolos é o amálgama entre sociedade e território, essa junção recebe elementos de pontos diversos como a migração, que é a troca de uma cultura por outra e ao mesmo tempo é soma em uma relação dialética, as redefinições de lugares, a compreensão das possibilidades de uso do território, a adaptação aos costumes²²⁴ e permitindo que quem migra passe da alienação à integração.

Pioneiros e candangos são migrantes: deixaram a terra de seus antepassados, construíram novos deuses baseando-se nas suas divindades originais mas, ainda assim, diferentes, construíram novos templos, novas ágoras e foram reproduzindo em uma constante dialética a sua representação de eupátridas e *thetas*.

O desbravar da nova capital para ambos os grupos não permite uma compreensão do todo, visto que cada indivíduo possui uma percepção única, possui

²²³ (SANTOS, 1999).

²²⁴ (SANTOS, 2007, p. 81)

uma atividade diária, uma experiência que não os permite conhecer o todo²²⁵. Por isso a maioria das pessoas:

“não percebe a cidade senão pela lógica dos medos, das premonições, da sensibilidade, que se aguça com o próprio acesso ao trabalho. A desconfiança cede lugar a um dúvida metódica popular, que constitui a sementeira de que brotam visões totalizantes. Segundo P. Rimbaud (1973, p.283) ‘a cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura’.”²²⁶

Então, seria possível inferir do pensamento de Milton Santos que o lugar do pioneiro e do candango se constrói historicamente a partir da divisão social do trabalho. Divisão essa que é reforçada pela segregação geográfica e pela construção de uma cultura hegemônica em um processo de enquadramento.

Se a construção do turismo no Distrito Federal possui algum reflexo da construção da identidade pertencimento à cidade, possuirá o indicativo dos antepassados divinos da classe que possui mais recursos. A divindade protetora da cidade estaria, nessa concepção, dentro dos limites do marco sagrado indicado pelas famílias e fratrias com maior prestígio.

Se esse reflexo existe, acontecerá a disputa de forças com os antepassados divinos dos estranhos à cidade, ora de forma dialética, ora por imposição e ainda como resistência e memória. Limitados à vivência e proteção da divindade da cidade, ainda a cultuarão, mas a sua maneira e em outros templos.

Aqueles que viajam para o Distrito Federal entrarão no território de um desses grupos e vão agir dialogicamente com os locais. Se possível, visitarão as divindades nos panteões, palácios e memoriais, irão aos templos da divindade da cidade em uma peregrinação quase obrigatória. Contudo, caso possuam uma limitação de acesso, estarão junto às divindades extramuros em cultos diversos.

²²⁵ (SANTOS, 2007, p. 84)

²²⁶ (SANTOS, 2007, p. 84)

3.2. Uso do território e políticas públicas

É possível entender até aqui que a construção de identidade do Distrito Federal, a divisão espacial do trabalho entre candangos e pioneiros e o planejamento do turismo concentrado em uma região passam pela orientação do Estado. “A política territorial proposta pela comissão especial criada pelo governo federal revelava-se o aspecto mais avançado no plano urbanístico da cidade”²²⁷.

A atuação do Estado e seus agentes é direcionada para uma parcela da sociedade com benesses e clientelismo, enquanto para a outra parcela, restringe e limita²²⁸.

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos que formam o espaço, como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação.

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização²²⁹

“A informação é necessária à ação”, os espaços são “requalificados”, então o papel do Estado é vetor fundamental para acentuar ou reduzir as diferenças sociais, ao definir planos de ações, estratégias para seus agentes e planos de comunicação para a sociedade. Entretanto, a “ação concreta, inclusive sobre o território, se faz por intermédio dessas instituições ou organizações, formais ou informais”²³⁰.

O agente do Estado, a Terracap, monopolizou a oferta de terras, realizando-a por leilões, o que privilegiou a especulação imobiliária e um mercado alternativo para

²²⁷ (CAMPOS, 1991)

²²⁸ (CAMPOS, 1991, p. 104)

²²⁹ (SANTOS, 1999)

²³⁰ (SANTOS, 1982)

as regiões afastadas, com a oferta de unidades habitacionais mais baratas²³¹, conforme afirma Neio Campos:

“É importante ressaltar também que o consumo da mercadoria habitação sempre implica no consumo de outros valores de uso complexo, tais como os meios de circulação e comunicação e os equipamentos de consumo coletivo, e que estes requerem investimentos vultuosos, superiores à capacidade de inversão de cada capitalista que atua no submercado concorrencial, resultando, assim, a formação de espaços residenciais carentes de tais qualificativos.”²³²

O capital incorporador como um dos principais agentes ao lado do agente estatal concretiza a ação efetiva no território, de maneira que é possível perceber que a falta de fixos públicos se deve, em partes, a essa ação e, em partes, a uma possível omissão de outros agentes do Estado.

Desse ponto de vista é possível entender a falta de museus, teatros e marcos históricos e conjunto arquitetônico tombado, mas não é só isso que consta na normatização do uso do território por parte do Estado. Além de identificar essa possível falha de inventário, é necessário pensar a forma de utilização do território por outros agentes com menor disponibilidade de recurso que pode gerar interesse turístico.

Marília Steinberger, et al, propõe sete aspectos que podem contribuir neste momento, os tipos de usos que os agentes fazem do território²³³:

Natureza dos usos - “os usos do território podem assumir diferentes naturezas: econômica, social, cultural e política”. Como os atrativos turísticos apresentados pela SETUR no roteiro Arquitetônico do Guia de Turismo, por exemplo, que possuem o uso político e cultural. Não existiriam lugares nas regiões administrativas que possuem a multiplicidade de usos?

Amplitude dos usos - “Os usos não estão materializados no território, pois os fluxos estão ligados à sua mobilidade” é dizer que a facilidade de usar ou não o território está relacionada com a possibilidade de chegar neste outro ponto.

²³¹ (CAMPOS, 1991, p. 110)

²³² (CAMPOS, 1991, p. 108)

²³³ (GOMES, STEINBERGER e BARBOSA, 2013)

Aqui ela também afirma que “difundir idéias é usar o território”, reforçando a discussão nesta dissertação sobre o acesso à informação sobre frações do território e sua invisibilização.

Duração dos usos - “a duração de um uso envolve sua historicidade e temporalidade”, desta forma, eventos sazonais que modificam o uso do território ou objeto por um determinado período, como folgedos e festas religiosas ou a mudança de uso do Catetinho de palácio do Governo para museu, não teriam equivalentes nas outras regiões administrativas não citadas?

Coexistência de usos - “os usos podem coexistir e ocorrem em três situações: um mesmo uso pode ser realizado em diversos territórios; um mesmo território pode ser usado por distintos usos; e um mesmo uso do território pode manifestar-se de distintas maneiras”.

Levando esse conceito para as frações do território ou para os objetos, pode-se pensar na coexistência de usos de um parque como o Parque da Cidade ou o Parque Nacional: exercícios físicos, expressões de religiosidade, brincadeiras infantis, limpeza, comércio. Mais uma vez, parece não ser reconhecida a potencialidade de lugares assim em todas as frações do Distrito Federal.

Complementaridade e conflito dos usos - “podem ser complementares como turismo que, embora predominante em um lugar, necessita de outros serviços. E podem haver distintas intencionalidades de uso de um mesmo território”. O uso do Parque da Cidade já citado é complementar, o uso da Chapada Imperial e de Alto Paraíso podem ter usos conflitantes entre moradores e turistas.

Normatização dos usos - “os usos do território são limitados ou favorecidos pelas normas jurídicas (formais) e sociais (costumes e práticas), em princípio elas regulam os usos, porém os usos também influenciam as normas porque transgridem, recriam e reinventam ações que impressionam pela sua mudança”.

Podemos inferir até aqui que a disputa de forças favoreceu muito mais a normatização do uso do território, do que o uso do território ter conseguido pressionar ou modificar as normas.

Escalaridade dos usos - a depender dos projetos dos agentes e de suas intencionalidades, os usos do território podem realizar-se isoladamente em cada uma das várias escalas que vão desde a local, regional, nacional e até internacional,

ou serem interescales. Até aqui o projeto dos agentes orienta normatização do uso do território em uma escala aparentemente regional, por mais que tenha alguns reflexos em uma escala local e nacional.

Ao pensar sobre os usos do território, a nomeação dos objetos artificiais e naturais, os termos destinados a eles indica o direcionamento da relação entre pessoas e objetos. Nos documentos analisados existem dois termos: “pontos turísticos” e “atrativo turístico”.

O uso dos termos, a definição e catalogação desses lugares é uma nomeação no território: “o nomear é um dizer, isto é uma indicação do quê e como o quê algo deve ser experienciado e conservado”²³⁴.

O termo “ponto turístico” remete à indicação de um determinado local restrito e delimitado do território, como um ponto de parada, em que a pessoa chega e se vai em um movimento fugidio ou fugaz, como que isolado do restante de suas ações. O termo “atrativos turísticos” remete a algum objeto, ou lugar, que consegue motivar, como em uma sedução ou um encanto²³⁵.

A catalogação do Ministério do Turismo utiliza um manual para “nortear e facilitar o processo de dimensionamento da oferta turística brasileira”²³⁶ para auxiliar a identificação das potencialidades e planejamento. Utiliza a expressão “atrativos turísticos” e a define:

“Elementos da natureza, da cultura e da sociedade - lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações - que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los ou vivenciá-los”²³⁷

No capítulo anterior foram analisados os planos de turismo nacionais e distritais, como foi normatizado o uso do território e os elementos selecionados como atrativos turísticos. Sobre essa seleção, a afirmação de Milton Santos é direcionadora:

²³⁴ (HEIDEGGER, 2013, p. 210)

²³⁵ (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2011)

²³⁶ (LIMA, 2011, p. 11)

²³⁷ (LIMA, 2011)

A informação apenas se perfaz com a ação. A densidade informacional nos indica o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores. A informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se ao serviço de quem tem os bastões de comando.²³⁸

Pode-se chegar a duas considerações, a primeira é que a densidade informacional que indica as rotas e os atrativos, que define qual rota serve para quê e onde ela se localiza é um discurso que apenas legitima, reforça e perpetua as ações, mas não revela o objeto. Uma fala que é apenas repetição sem apropriação.

A segunda consideração é que esses termos indicam um alheamento dos atrativos com o restante do lugar. Como se o movimento incessante de relações entre ações e objetos, a intervenção histórica das pessoas não possuísse influência e não fosse influenciada por eles. A normatização parece esquecer que esse objeto está ligado a outros objetos em um sistema de objetos à sua volta, cada um, compreendido em um sistema de ações.

Pegando como exemplo as esculturas dos quatro evangelistas em frente à Catedral Metropolitana de Brasília, elas estão próximas ao Museu Nacional, ao lado da Biblioteca Nacional que, por sua vez, está ao lado da rodoviária central do Plano Piloto. As ações relacionadas com as esculturas, mesmo a alguns metros da Catedral, possuem um afastamento e, ao mesmo tempo, uma aproximação com as ações dentro deste templo, ambas possuem relação com os fluxos e ações e redes com a rodoviária a 1,5 quilômetros de distância.

Ou seja, possuem seus fluxos religiosos naturais de um templo, o fluxo turístico, as ações de comércio, as de espera e encontro na rodoviária e nos bancos, os usos educacionais, enfim todos os usos que permeiam o local e o animam, que o movimentam, que criam assim o espaço.

Essa percepção pode e deve ser expandida ou levada para outras regiões administrativas que possuem seu próprio equipamento turístico e de lazer.

²³⁸ (SANTOS, 1999).

3.3. Equipamentos de turismo e de lazer em relação ao uso do território

Os primeiros documentos que foram analisados para a identificação dos equipamentos públicos de turismo e da localização, na cidade, foram os roteiros turísticos indicados. O Relatório da Oferta Turística do Distrito Federal - 2015²³⁹ e o Guia Turístico da Cidade de Brasília²⁴⁰ possuem, em sua maioria, orientações direcionadas para a região administrativa do Plano Piloto²⁴¹ acerca dos prédios construídos ou lugares destinados ao turismo, desde o planejamento da cidade. Apesar dessa peculiaridade, imaginar que Brasília se restringe a esses pontos seria pensar numa cidade estanque desde sua criação, mas como diz Milton Santos:

A consideração do papel do Estado é importante. Seria, igualmente, prudente, dar também relevo ao papel das outras instituições, acima e abaixo do Estado. A ação concreta, inclusive sobre o território, se faz por intermédio dessas instituições ou organizações, formais ou informais.

Para dar maior relevância a outras instituições foram levantados documentos das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal e Companhia de Planejamento do Distrito Federal para verificar mais a fundo como o planejamento da cidade contribui para diminuir a segregação demonstrada até aqui.

Apesar de não terem sido encontrados mapas turísticos disponibilizados por esses agentes distritais, existem programas e ações que podem ser elencadas ou associadas ao interesse turístico. Foram levantados documentos da Universidade de Brasília produzidos em parcerias com as secretarias de estado do Distrito Federal que tivessem relevância a esse estudo.

Para auxiliar a definição de quais ações e programas podem interessar a essa investigação, será seguida a classificação contida no Módulo C²⁴² do Projeto Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo para a oferta turística: Atrativos Naturais; Atrativos Culturais; Atividades Econômicas; Realizações Técnico-

²³⁹ (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2015)

²⁴⁰ (SECRETARIA DO ESPORTE TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, 2018)

²⁴¹ A denominação oficial desta região administrativa é Brasília, mas para diminuir a confusão que pode ocorrer se as referências são de outra cidade do Distrito Federal, será utilizada a denominação Plano Piloto, para fins de estudo deste artigo,

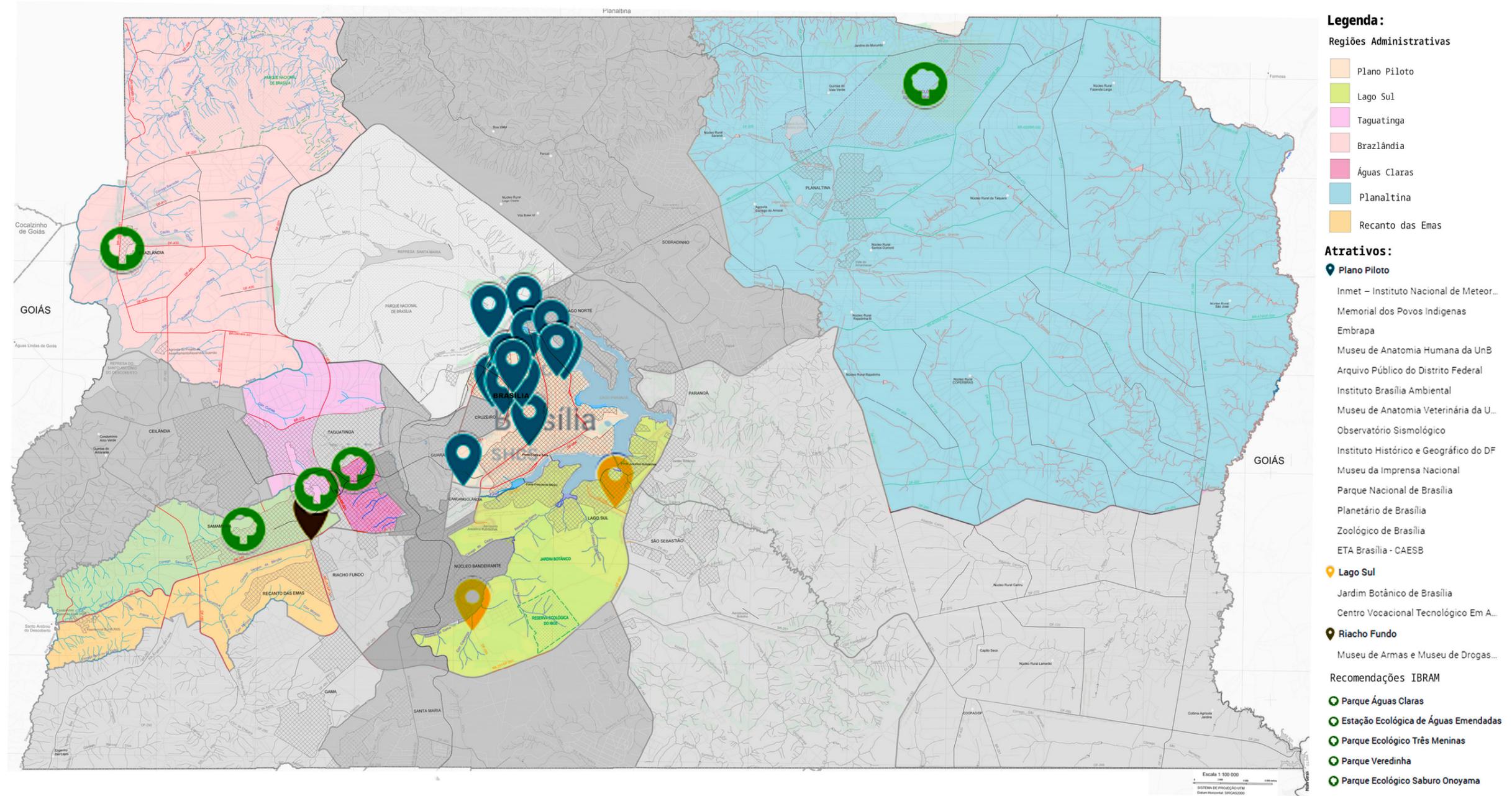
²⁴² (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006)

Científicas e Eventos Permanentes. Nesta definição, tanto as Atividades Econômicas quanto as Realizações Técnico-Científicas e Eventos Permanentes possuem muitos pontos de conexão com os Atrativos Culturais. Desta forma, esta dissertação irá se concentrar em: Sítios históricos; Edificações; Obras de arte; Esculturas e monumentos; Instituições culturais; Festas e celebrações; Gastronomia típica; Artesanato; Música e dança; Feiras e mercados; Saberes e fazeres.

Buscando outras instâncias, foi identificado que a Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Secretaria Adjunta de Turismo de Brasília realizaram o Guia Turístico Científico de Brasília²⁴³, que mapeia os órgãos do governo distrital e federal e instituições que realizam um trabalho de educação e divulgação científica.

Apesar da parceria ser de 2016, a publicação não possui destaque nas páginas de internet das secretarias citadas, nem na página da internet da UnB, sendo disponibilizado em conjunto com as publicações na página da internet do Observatório do Turismo.

²⁴³ (SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, 2016)



Legenda:

Regiões Administrativas

- Plano Piloto
- Lago Sul
- Taguatinga
- Brazlândia
- Águas Claras
- Planaltina
- Recanto das Emas

Atrativos:

- Plano Piloto**
 - Inmet – Instituto Nacional de Meteor...
 - Memorial dos Povos Indígenas
 - Embrapa
 - Museu de Anatomia Humana da UnB
 - Arquivo Público do Distrito Federal
 - Instituto Brasília Ambiental
 - Museu de Anatomia Veterinária da U...
 - Observatório Sismológico
 - Instituto Histórico e Geográfico do DF
 - Museu da Imprensa Nacional
 - Parque Nacional de Brasília
 - Planetário de Brasília
 - Zoológico de Brasília
 - ETA Brasília - CAESB
- Lago Sul**
 - Jardim Botânico de Brasília
 - Centro Vocacional Tecnológico Em A...
- Riacho Fundo**
 - Museu de Armas e Museu de Drogas...
- Recomendações IBRAM**
- Parque Águas Claras**
- Estação Ecológica de Águas Emendadas**
- Parque Ecológico Três Meninas**
- Parque Veredinha**
- Parque Ecológico Saburo Onoyama**

Mapa 10 - Guia Turístico Científico

E, conforme visto no Mapa 10 acima, a maioria dos equipamentos se encontra no Plano Piloto: são catorze (14), dois (2) equipamentos estão no Lago Sul e apenas um se encontra um pouco mais distante que está na RA Riacho Fundo. As Indicações do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) apontam cinco (5) parques ecológicos todos longe do Plano Piloto.

Na página da internet da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) do Distrito Federal, consta uma notícia de agosto de 2015 sobre um programa nacional que ocorre também em Brasília, chamado pela matéria da secretaria de “turismo sensorial”²⁴⁴ e descrito como voltado para pessoas com deficiência.

O programa é o Turismo Acessível, que possui uma página própria e é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), contudo, a referência a esse programa não é encontrada na página da Secretaria Adjunta de Turismo.

²⁴⁴ (BRAGA, 2015)

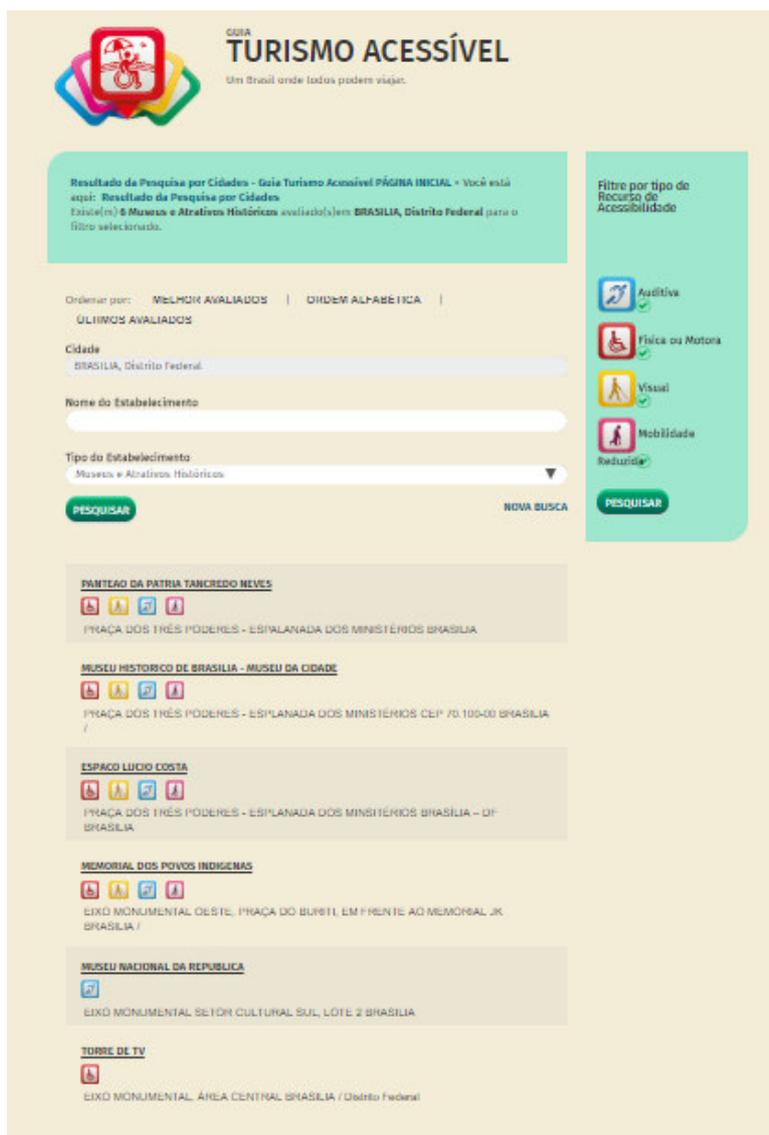


Figura 6 - Página Guia de Turismo Acessível

O guia do turismo acessível (Figura 6) indica que o Parque da Cidade, o Panteão da Pátria, o Museu Histórico de Brasília, o Espaço Lúcio Costa e a Casa de Chá, o Memorial dos Povos Indígenas, o Museu Nacional e a Torre de TV possuem algum recurso de acessibilidade. Todos esses atrativos estão no Plano Piloto.

O site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente ainda possui uma notícia²⁴⁵ sobre o projeto de lei nº1988/2018, que pretende regulamentar o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF). Nela, informa que o ZEE pode aumentar o potencial turístico ecológico de vinte e oito lugares do Distrito Federal.

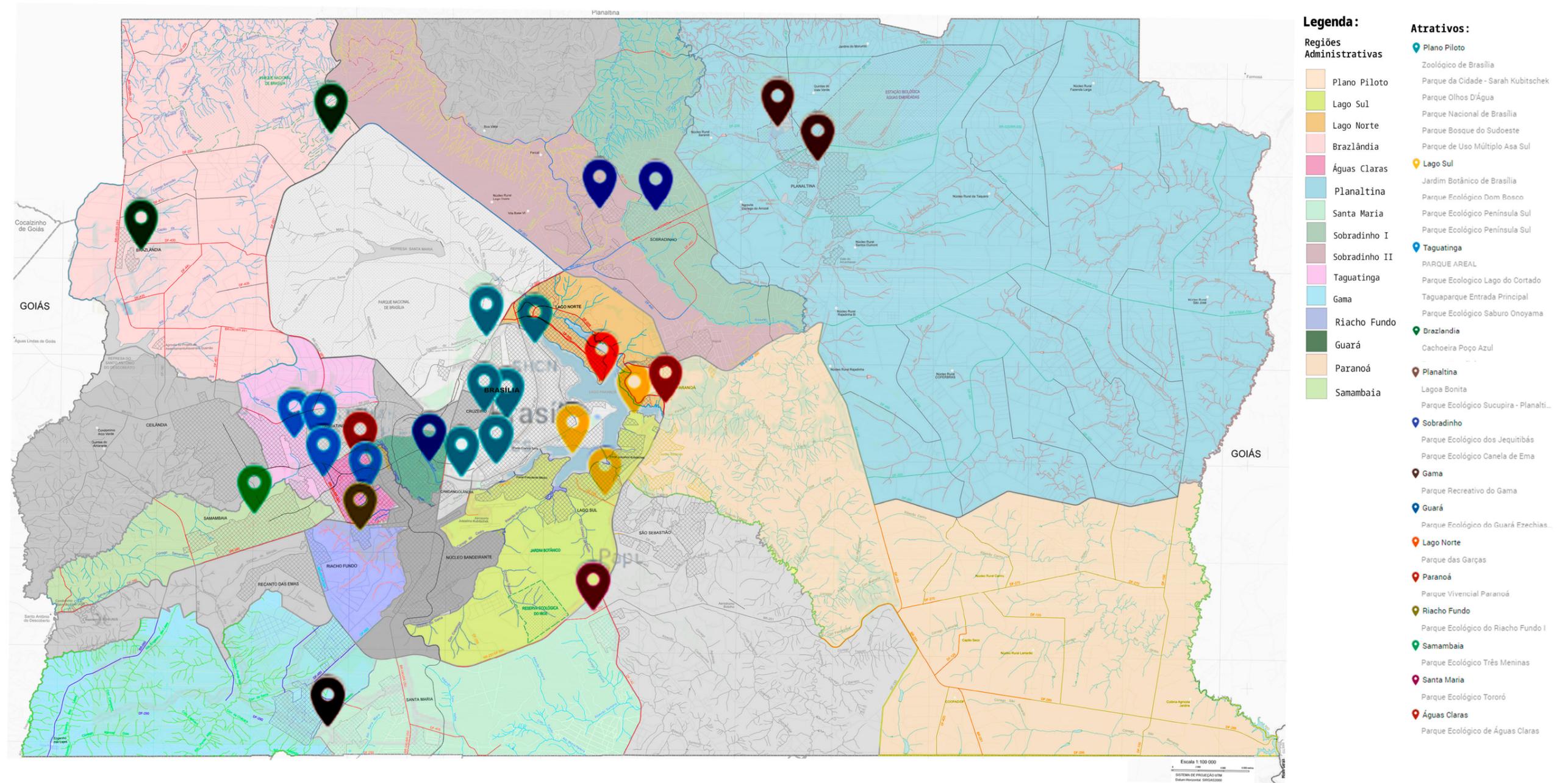
²⁴⁵ (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, 2017)

Na página da internet da SETUR, apenas doze lugares são mencionados²⁴⁶ e é informado que compõem o Guia de Rota Ecológica, entretanto a SETUR não disponibilizou esse guia nem na internet e nem para este autor, após ter sido requisitada.

É importante alertar que esses locais são diferentes dos que constam no roteiro “De Natureza”²⁴⁷ do Guia Turístico da Cidade de Brasília. Os vinte e oito lugares estão indicados no *Mapa 11* abaixo, destaco que nesta seleção da Secretaria de Meio Ambiente, apenas seis se encontram no Plano Piloto.

²⁴⁶ (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2017)

²⁴⁷ Mapa 8 nesta dissertação



Mapa 11 - Turismo Ecológico – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema)

No Plano Estratégico da Secretaria de Turismo²⁴⁸, uma das propostas era desenvolver ações conjuntas com a Secretaria de Estado e Cultura do Distrito Federal (SECULT) de forma a unificar as ações em espaços públicos que possuíssem “usos e funções de interesse do turismo”. Dada a inexistência de ações propostas de maneira concreta, serão investigadas as publicações, página da internet e dados públicos da SECULT.

Na página da internet da SECULT há três indexações de navegação que aparentam possuir informações: “Agenda Cultural”, “Mapa nas Nuvens” e “Lugar de Cultura” (Figura 7):

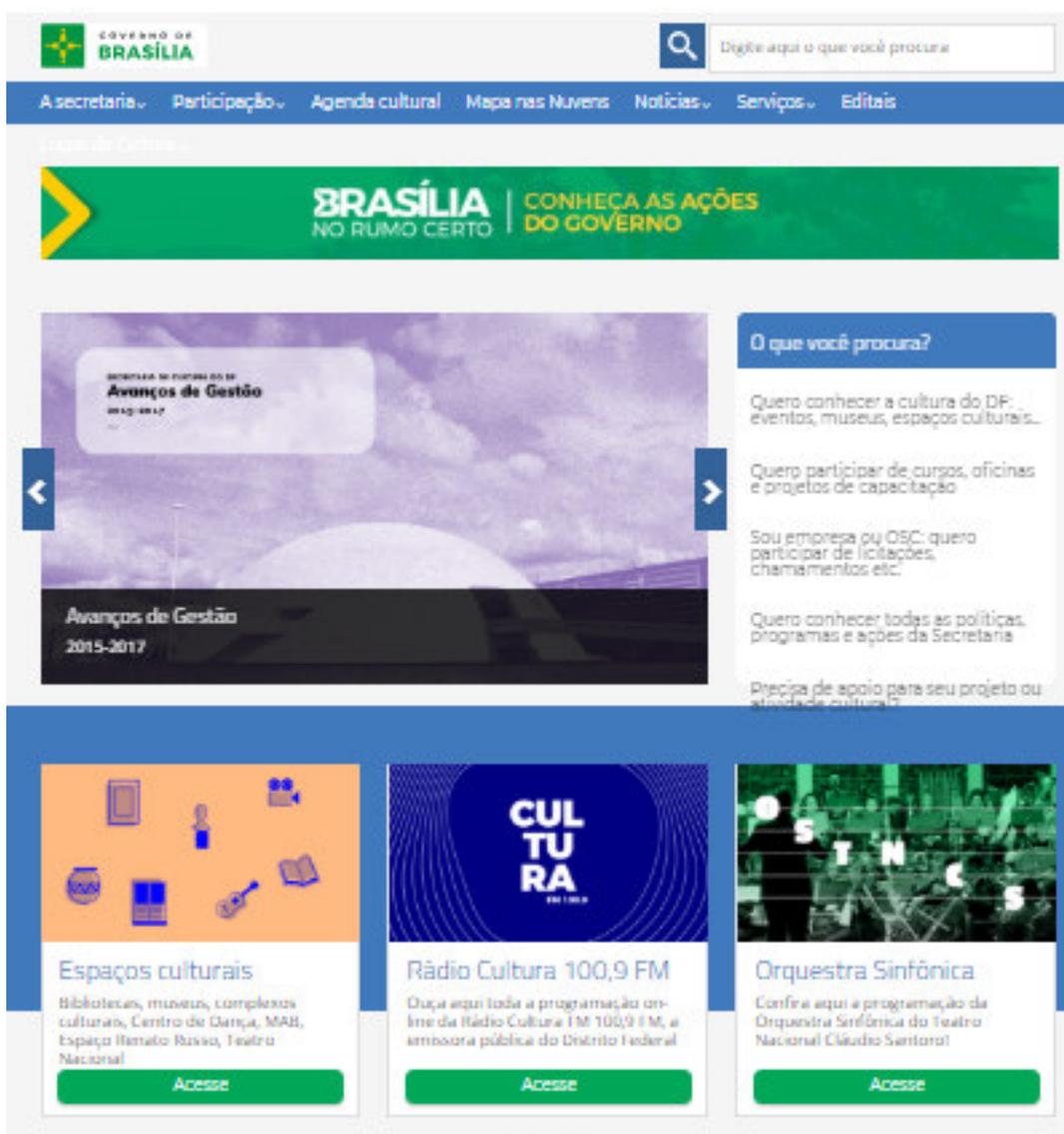
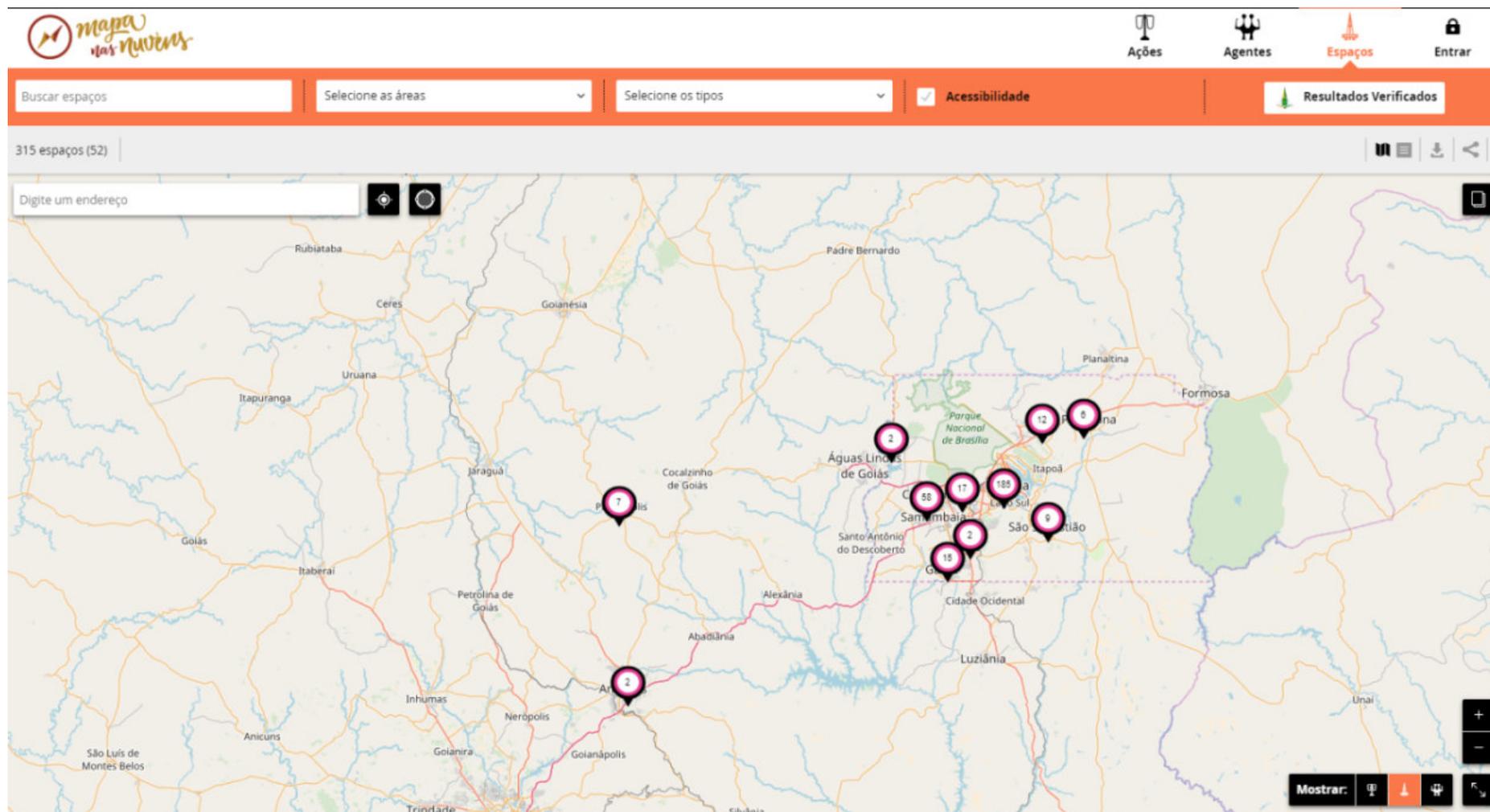


Figura 7 - Indexações de Navegação - SECULT

²⁴⁸ (SAUTEC CONSULTORIA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, 2015)

As indexações “Agenda Cultural” e “Mapa nas nuvens” levam a outra página que mostra um mapa interativo e colaborativo com um sistema em que as pessoas podem cadastrar os espaços culturais.

Dos trezentos e sessenta e sete (367) espaços, dois (2) estão cadastrados em Anápolis e oito (8) estão cadastrados em Pirenópolis. As regiões administrativas com maior registro são Taguatinga com dezenove (19) espaços, Ceilândia com dezessete (17) espaços e Plano Piloto com cento e sessenta e dois (162), como mostrado no *Mapa 12* a seguir.



Mapa 12 - Mapa nas nuvens - Espaços culturais²⁴⁹

²⁴⁹ (OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA DF, 2014)

Entres os trezentos e sessenta e sete (367) espaços culturais cadastrados, apenas cinquenta e sete (57) possuem vínculo com a SECULT; dentre as vinte e duas (22) ações culturais agendadas, apenas uma (1) é proposta pela SECULT e dos mil duzentos e noventa e três (1.293) agentes culturais apenas trinta e três (33) são cadastrados na SECULT.

Devido à forma de preenchimento por demanda espontânea da população e artistas, é possível identificar informações erradas sobre endereço e espaços cadastrados em duplicidade. Dessa forma, parece não existir fiscalização ou controle, tanto para a entrada de informações quanto para a acurácia dos dados. Assim sendo, este mapa não será utilizado nesta dissertação.

A indexação “Lugar de Cultura”, na página de internet da SECULT, se desdobra em duas outras indexações –“Patrimônio Material” e Patrimônio Imaterial” – que não possuem informações, como indicado na Figura 8 a seguir:

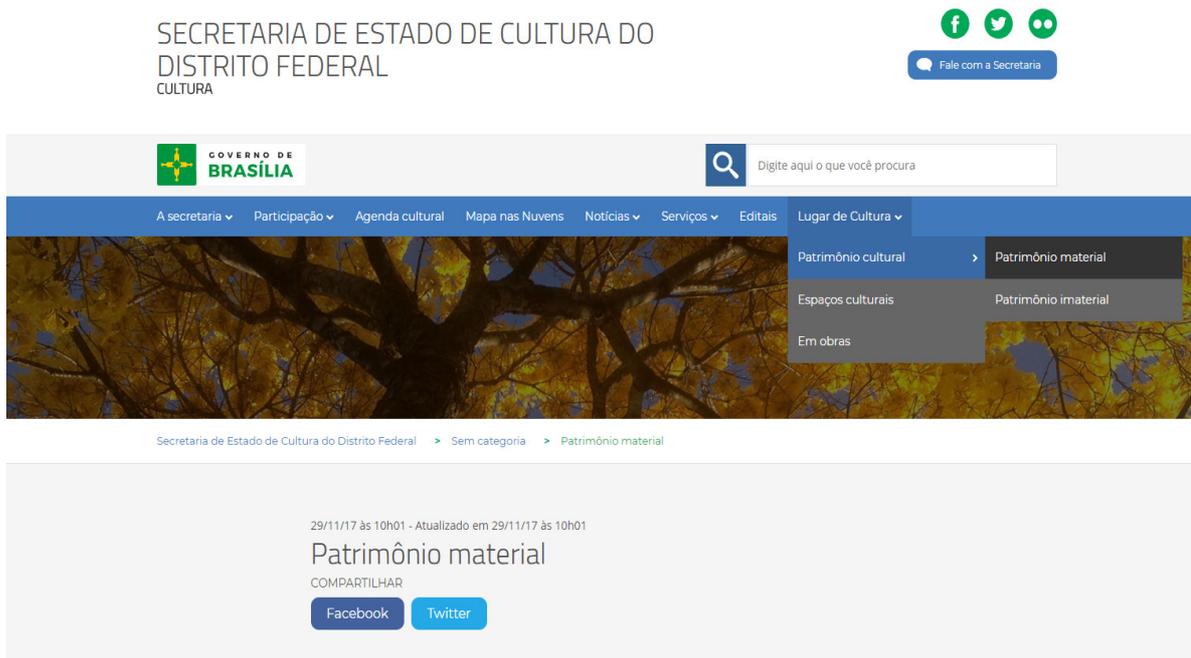
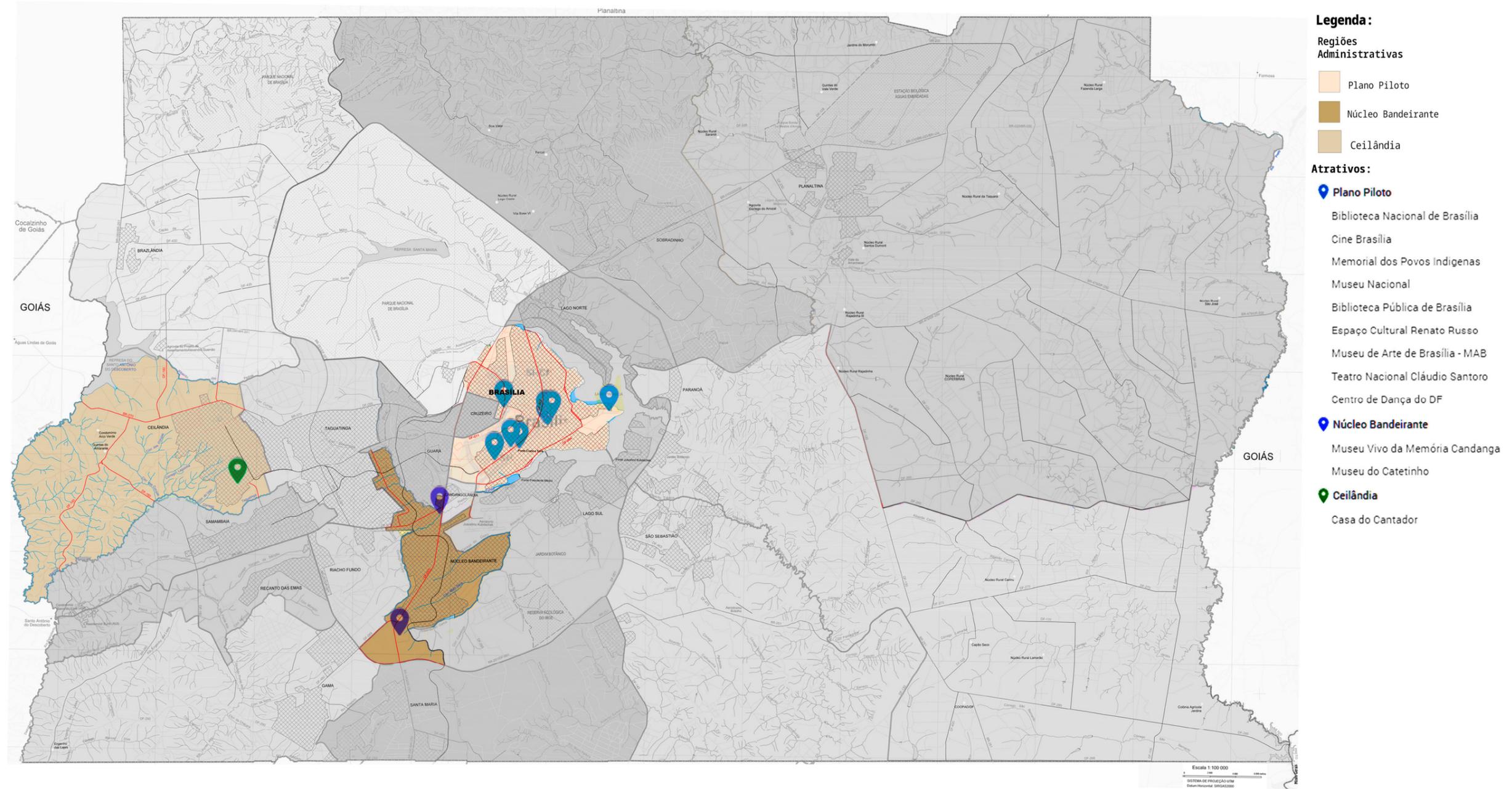


Figura 8- Indexações de Navegação SECULT sem informação

A indexação “Espaços Culturais” indica quinze (15) espaços, sendo que uma das indicações –“Bibliotecas Públicas do DF” – apresenta o endereço das vinte e seis (26) bibliotecas públicas. Já as indexações “Museus do DF” e “Parque

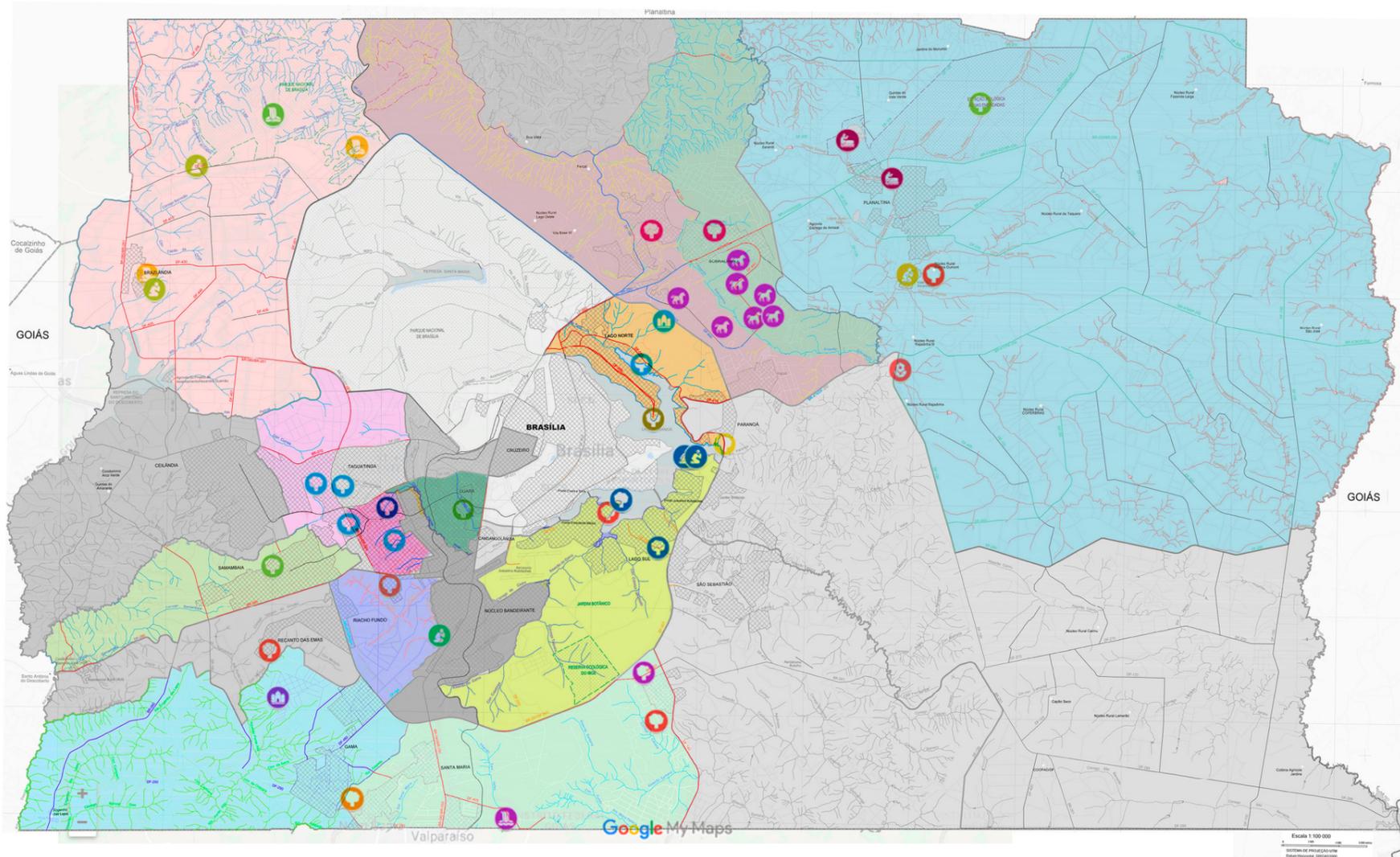
Audiovisual de Brasília” não possuem ligações externas indicando esses lugares, enquanto a indexação “Outros Espaços do DF” leva de volta ao Mapa nas Nuvens já citado. Os doze (12) espaços principais estão indicados no Mapa 13 a seguir e, mais uma vez, percebe-se a concentração dos equipamentos no Plano Piloto:



Mapa 13 - Espaços Culturais - SECULT

O discurso turístico das secretarias de governo do Distrito Federal e das instituições parceiras apresenta elementos-chaves que referenciam a conceitos como cidade-parque, tombamento arquitetônico e representação política, desta forma, as ações das secretarias de estado do Governo do Distrito Federal indicam que a normatização do uso do território de maneira formal possui coerência com esse discurso. O poder de legitimação da máquina estatal orienta de maneira clara onde está localizado o potencial de investimento turístico no Distrito Federal.

Para evidenciar esse argumento, basta retirar dos mapas elaborados aqui as indicações de atrativos para o Plano Piloto e observar as indicações referentes às outras RAs. Comparando o Mapa 3 com indicação de vinte e um (21) lugares, os dezoito (18) lugares do Mapa 8, os vinte e oito (28) lugares do mapa 11, os lugares indicados no Mapa 9, somando os lugares indicados da Rota do Cavalo e do Circuito Rajadinha, temos pouco mais de cinquenta (50) atrativos fora do Plano Piloto e eles são parques ecológicos, cachoeiras, haras, ranchos, fazendas, lagoas e templos, como indicado no Mapa 14 a seguir:



Legenda:

Regiões Administrativas

- Lago Sul
- Lago Norte
- Águas Claras
- Guará
- Taguatinga
- Riacho Fundo
- Santa Maria
- Gama
- Recanto das Emas
- Sobradinho I
- Sobradinho II
- Planaltina
- Brazlândia
- Samambaia

Atrativos:

Parques do DF

- Parque dos Pequizeiros
- Parque do Tororó
- Parque Recanto das Emas
- Parque Natural do Lago Sul Vivencial do...

Turismo Científico - IBRAM

- Estação Ecológica de Águas Emendadas
- Parque Ecológico Três Meninas
- Parque Veredinha
- Parque Ecológico Saburo Onoyama

Emater-DF - Circuito Rajadinha

- Chacara Vida E Luz N°9A Produtos Orga...

De Natureza

- Chapada Imperial
- Cachoeira Saia Velha
- Parque Ecológico Dom Bosco
- Parque Ecológico de Águas Claras
- Parque Vivencial do Anfiteatro Natural d...
- Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte
- Jardim Botânico de Brasília

Místico e Religioso

- Ermida Dom Bosco
- Mosteiro de São Bento
- UNIPAZ - DF
- Paraíso Na Terra
- Templo Vale do Amanhecer
- Santuário Arquidiocesano Menino Jesus

Templos

- Capela São Francisco de Assis
- Santuário da Mãe Rainha e Vencedora T...

Agencia Brasília - Rota do cavalo

- Centro de Treinamento Haras Unidas
- Chácara Felicíssima - Espaço para Even...
- Rancho Canabrava
- Haras Bela Vista
- quinta da figueira
- Rancho São Jorge
- Santa Paulina

Turismo Ecológico - ZEE (Sema)

- Taguatinga
- PARQUE AREAL
- Parque Ecológico Lago do Cortado
- Taguaparque Entrada Principal
- Parque Ecológico Saburo Onoyama
- Lago Sul
- Parque Ecológico Dom Bosco
- Parque Ecológico Península Sul
- Jardim Botânico de Brasília
- Brazlândia
- Cachoeira Poço Azul
- Parque Veredinha
- Planaltina
- Lagoa Bonita
- Parque Ecológico Sucupira - Planalti...
- Sobradinho
- Parque Ecológico dos Jequitibás
- Parque Ecológico Canela de Ema
- Gama
- Guará
- Parque Ecológico do Guará Ezechias...
- Lago Norte
- Parque das Garças
- Paranoá
- Parque Vivencial Paranoá
- Riacho Fundo
- Parque Ecológico do Riacho Fundo I
- Santa Maria
- Parque Ecológico Tororó

Mapa 14 - Turismo fora do Plano Piloto

As indicações de atrativos turísticos até aqui consideram que as regiões administrativas fora do Plano Piloto só possuem potencial turístico para o Ecoturismo, o Turismo Rural e o Turismo Religioso. Desta forma é possível inferir que em nenhuma das outras trinta RAs é possível encontrar algum dos elementos descritos no Projeto Inventário da Oferta Turística²⁵⁰ do Ministério do Turismo.

O capital investidor absorve as orientações e as aplica: para a *pólis* planejada são destinados os eventos, os negócios, a arquitetura, o civismo, o lazer, a cultura, enfim o que há de mais atrativo, e isso é um reflexo da capital política do país; já o investimento alternativo é ecológico, rural, místico e religioso.

Não seria surpresa se a percepção da população apresentasse algum reflexo dessa ação de agentes hegemônicos. Contudo, o espaço é construído por todos que nele vivem. Mesmo com menos recursos e menor legitimidade, a população pode e constrói seus caminhos-satélites, como veremos adiante.

3.4. Políticas públicas e a sua distribuição geográfica no território do DF

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Essa autonomia do espaço se deve por ser resultado e condição dos processos sociais. Ou de outra forma: 'O que' a sociedade fez e faz no espaço, e isso implica em 'comos' e porquês'. Em relação ao uso desses espaços turísticos pré-determinados pelo poder público podemos tentar observar quais são os processos e em que lugares ocorrem a apropriação desses usos pela população e uma possível subversão ao uso normatizado.

Para analisar essa relação de uso e o lugar habitado foi utilizada a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD) de 2013²⁵¹ da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Uma das informações da pesquisa demonstra que um maior número de pessoas reconhecem

²⁵⁰ (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006)

²⁵¹ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014)

que possuem domicílios próximos a atrativos turísticos. O maior número de pessoas moradoras do Plano Piloto, Planaltina, Taguatinga e Ceilândia disseram reconhecer que moram próximas a atrativos turísticos (*Gráfico 1*).

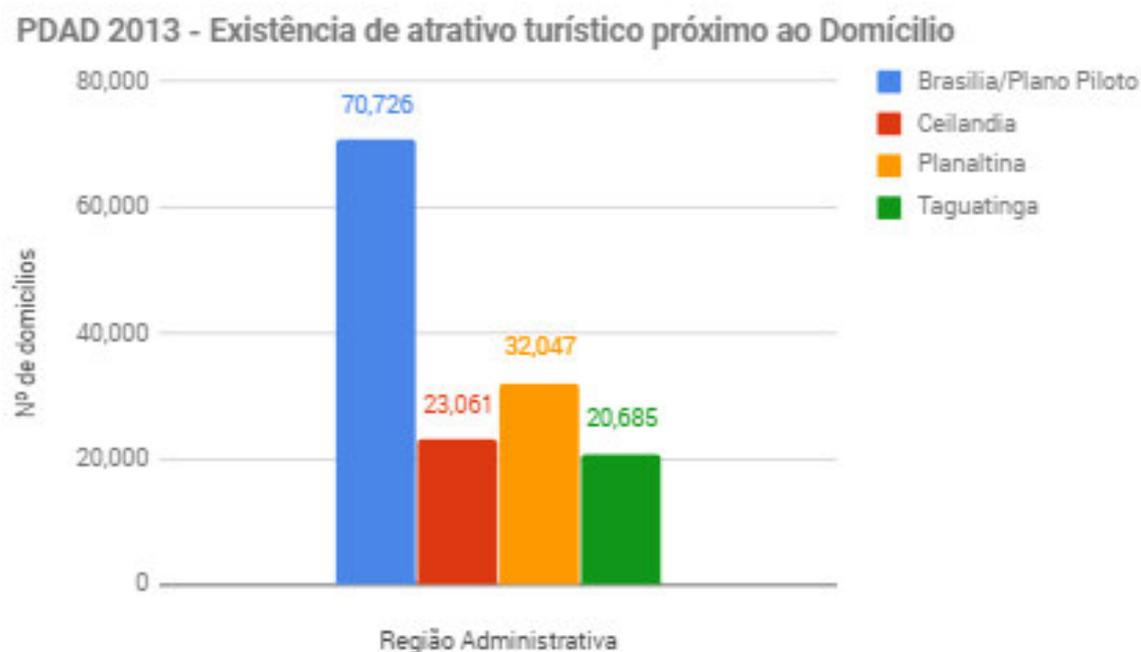
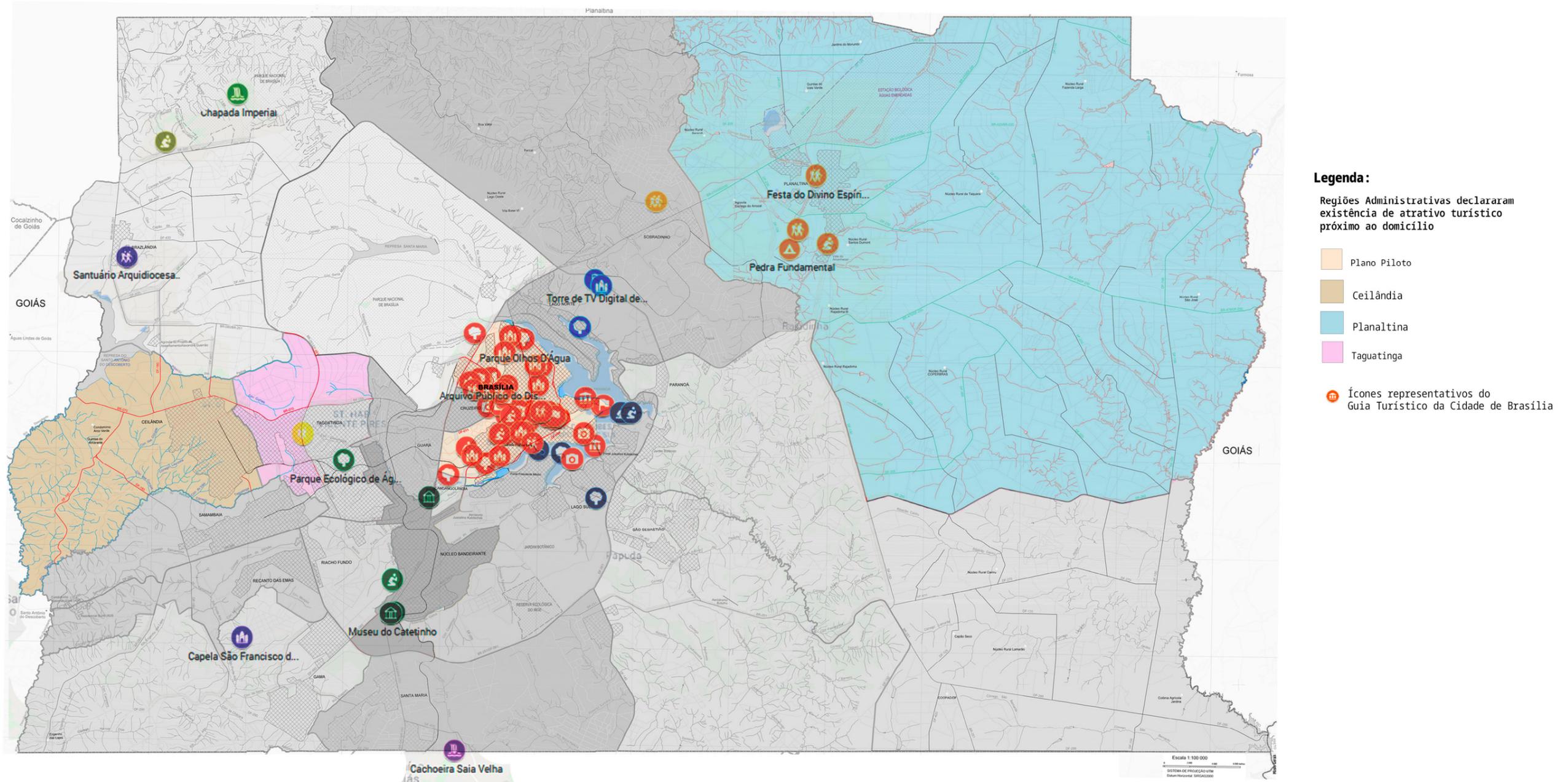


Gráfico 1 - Existência de atrativo turístico próximo ao domicílio.
Fonte: PDAD 2013

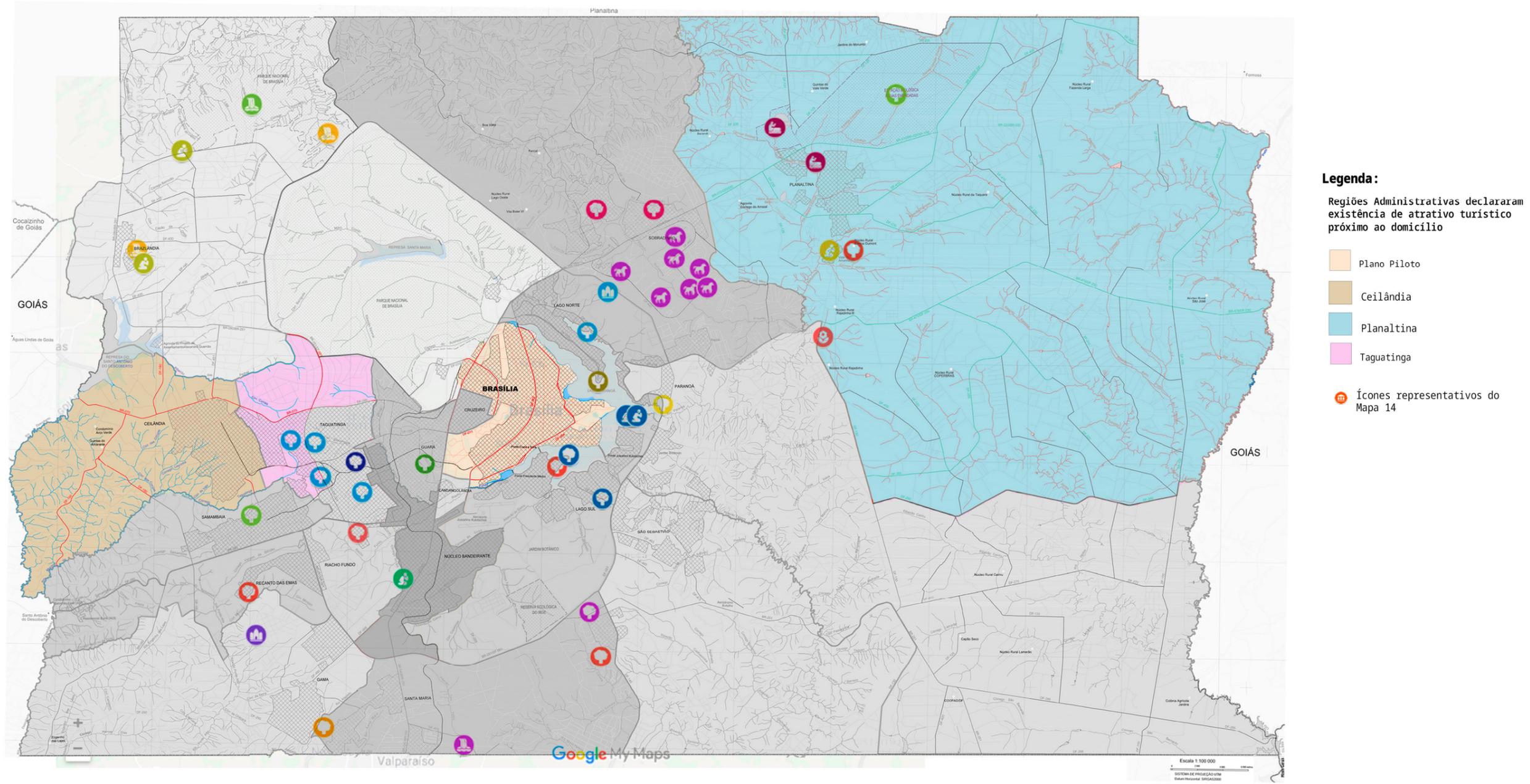
Para auxiliar o entendimento, foram desenvolvidas para esta dissertação duas sobreposições de dados: a primeira (Mapa 15) compara o resultado do PDAD (representados pelas RAs destacadas em tons de verde) com as indicações turísticas propostas exclusivamente pela Secretaria Adjunta de Turismo no Guia de Turismo da Cidade de Brasília:



Mapa 15 - comparativo PDAD e Guia Turístico da Cidade de Brasília

Neste mapa podemos observar que nas RAs citadas em comparação com o Mapa 14 (apresentado no capítulo 2) apenas o Plano Piloto apresenta um número maior de atrativos turísticos, enquanto Planaltina possui algumas festividades e templos religiosos. Taguatinga possui um evento religioso e um parque, enquanto Ceilândia não possui nenhum atrativo turístico segundo o Guia Turístico da Cidade de Brasília. Não parece motivo para que essas RAs se reconheçam enquanto possuidoras de atrativos turísticos.

A segunda sobreposição (Mapa 16) compara o resultado do PDAD com as indicações turísticas realizadas pela SETUR, acrescidas das indicações turísticas realizadas por outras secretarias e órgãos distritais, excluindo qualquer indicação para o Plano Piloto, conforme demonstrado anteriormente (Mapa 14).



Mapa 16 - comparativo PDAD e Atrativos turísticos fora do Plano Piloto

Neste mapa observa-se que o Plano Piloto está próximo a nove (9) atrativos naturais²⁵². Planaltina e Taguatinga possuem um maior número de atrativos naturais com seis (6) atrativos cada, enquanto Ceilândia possui apenas um parque.

É fácil perceber porque as pessoas que moram no Plano Piloto percebem morar próximas a atrativos turísticos, tendo em vista que todos os guias e ações privilegiam essa região; Planaltina é uma RA que possui diversas festas religiosas e atrativos naturais e seria possível assumir que movimentam intensamente a vida da população.

O caso de Taguatinga desperta interesse, tendo em vista que a maioria das indicações se refere principalmente ao Taguaparque ou aos outros parques (Mapa 15). Chama atenção o fato de Ceilândia ser uma das RAs em que um maior número de moradores afirma morar próximo a um atrativo turístico e nenhum dos guias ou ações do governo privilegiarem essa RA.

O PDAD ainda realiza três perguntas destinadas a residentes em cada RA sobre a frequência em museus, teatros e parques/jardins. Para a pergunta sobre museus, as RAs que apresentaram um maior número de respostas afirmando ir com frequência são Lago Sul, Guará, Sudoeste/Octogonal²⁵³ e Plano Piloto, conforme indicado no Gráfico 2.

²⁵² Comparação realizada com mapa 8, mapa 9, mapa 11 e mapa 14

²⁵³ As RAs Sudoeste, Octogonal e Cruzeiro foram consideradas como Plano Piloto para os critérios de indicação de atrativos turísticos, por fazerem parte do Conjunto Urbanístico tombado. O resultado das amostragens a seguir e a proximidade ao Plano Piloto, reforçam essa escolha.

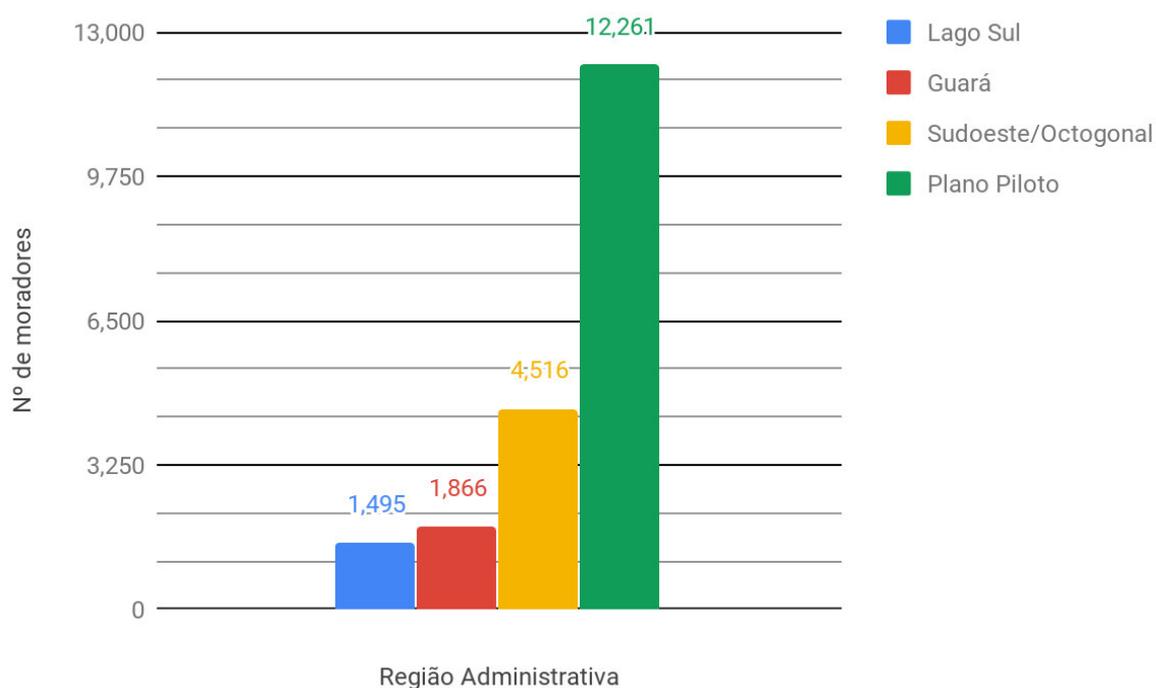
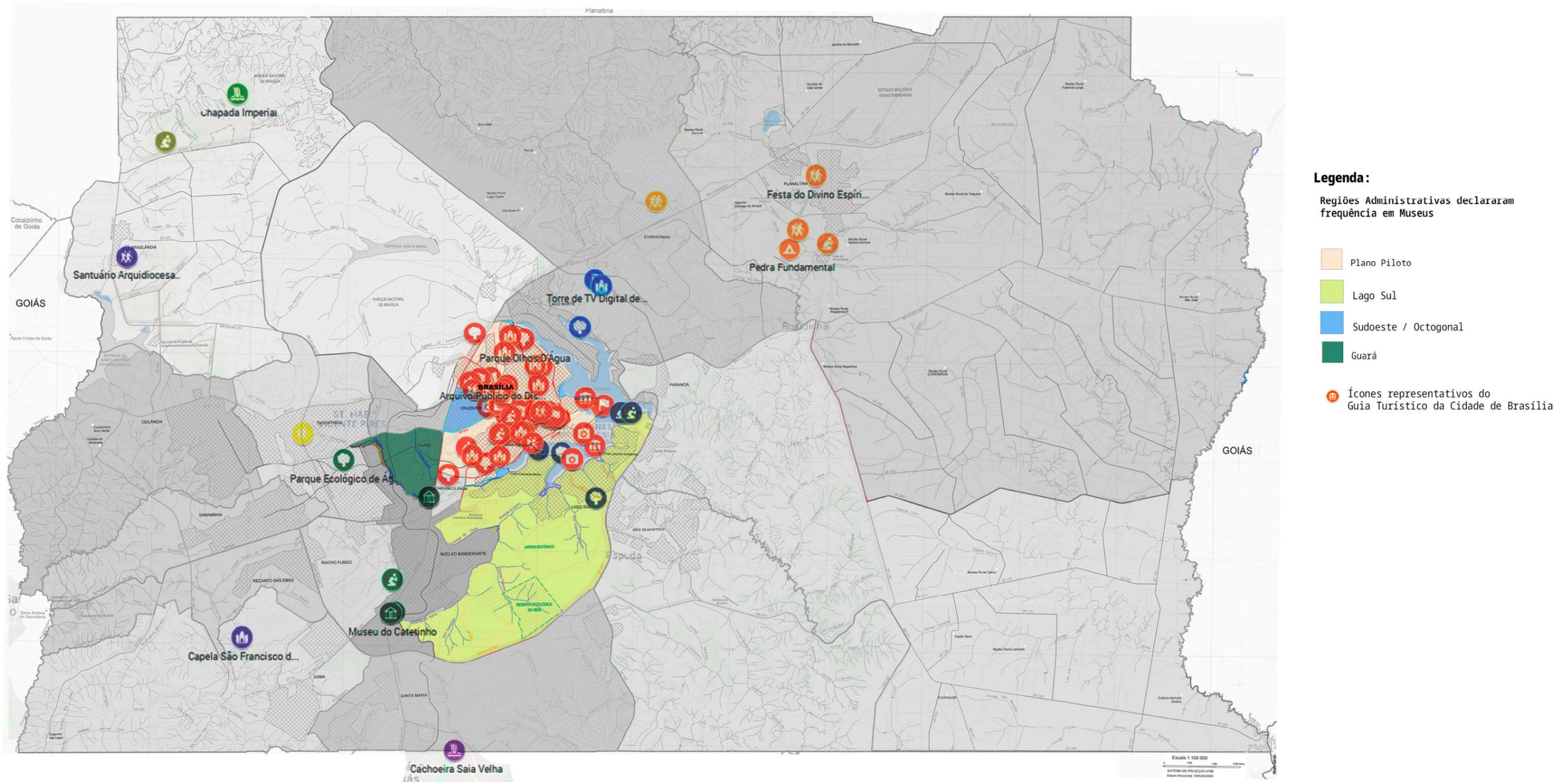


Gráfico 2 - Frequência em Museu e Teatro por RA.

Fonte: PDAD 2013

De acordo com o PDAD mais de 80% da população do DF não possui hábito de ir a museu, e entre as pessoas que possuem esse hábito a diferença de frequência é enorme quando as RAs são comparadas.

Entretanto, tanto Guará quanto Lago Sul possuem as maiores respostas ao observar a sobreposição desses dados com as informações do Guia Turístico no Mapa 17, nota-se a proximidade dessas RAs com o Plano Piloto, onde existe a concentração de museus.



Mapa 17 - Frequência em Museu por RA

Essa proximidade não é apenas geográfica, de acordo com o PDAD²⁵⁴ os vínculos dessas RAs com o Plano Piloto é maior e é relacionado ao trabalho: 66% de quem mora no Lago Sul trabalha no Plano Piloto, no Guará são 46%, e a pesquisa indica 81% para Sudoeste/Octogonal.

Aqui tanto as condições geográficas quanto a divisão do trabalho parecem influenciar a frequência a museus, apesar de tanto Guará quanto Lago Sul não possuírem atrativos turísticos de acordo com as secretarias. A população parece dispor de recursos que sejam financeiros, informacionais ou mesmo a proximidade geográfica como incentivos para se deslocar até o lugar onde se encontram os museus.

A segunda pergunta sobre frequência a teatro, indica que as regiões administrativas com maior frequência a teatro são Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga e Águas Claras (Gráfico 2), possuindo uma dispersão um pouco maior em relação a distância do Plano Piloto (Mapa 18).

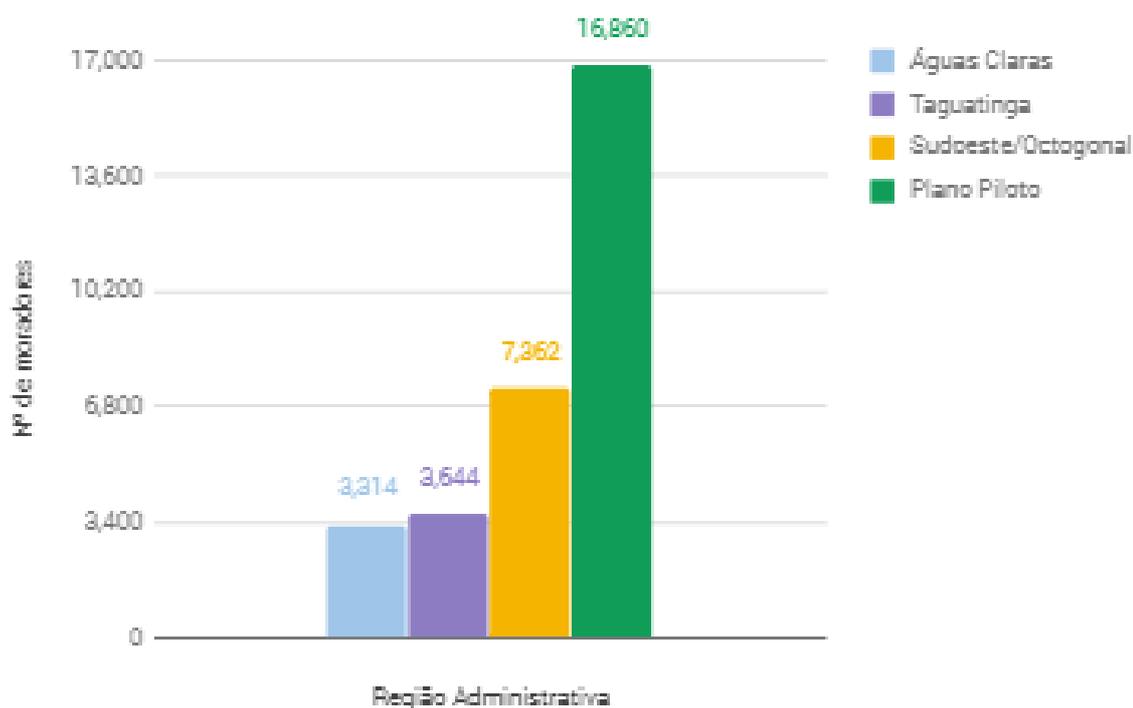
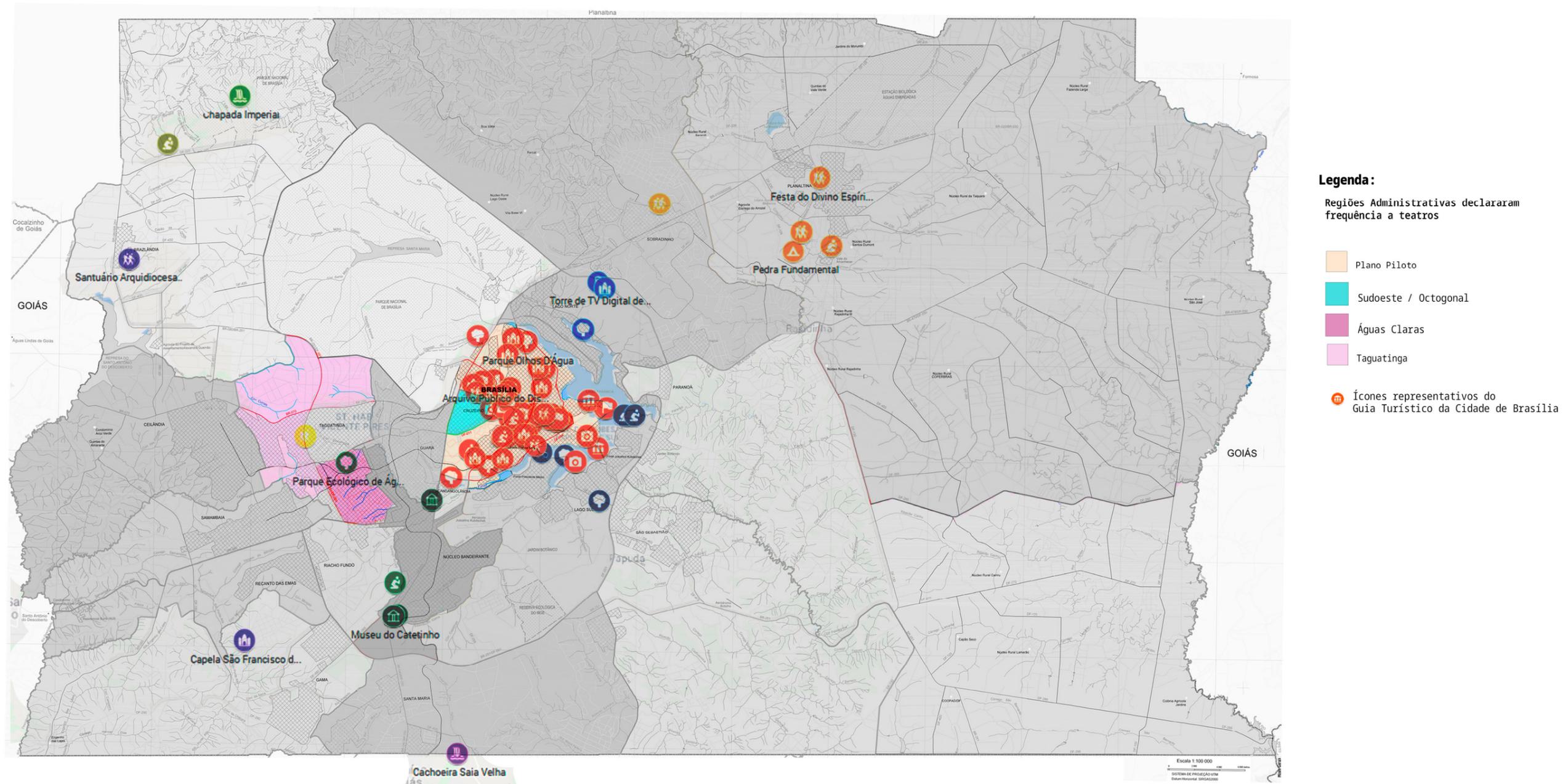


Gráfico 3 - Frequência a Teatro por RA.

Fonte: PDAD 2013

²⁵⁴ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 156), Tabela 10.5



Mapa 18 - Frequência a Teatro por RA

Águas Claras apesar de não possuir proximidade com o Plano Piloto possui vínculos de trabalho nesta RA para 41%²⁵⁵ da população. Taguatinga não possui o mesmo vínculo, apenas 22% da população trabalha no Plano Piloto²⁵⁶ e muito menos proximidade geográfica o que pode indicar a disposição de ir até a outra RA assistir uma peça de teatro, quanto à possibilidade de outros teatros não catalogados pela SETUR nas proximidades ou mesmo nesta RA.

A terceira pergunta é sobre a frequência a parques ou jardins e indica a maior frequência para residentes do Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Guará e Águas Claras.

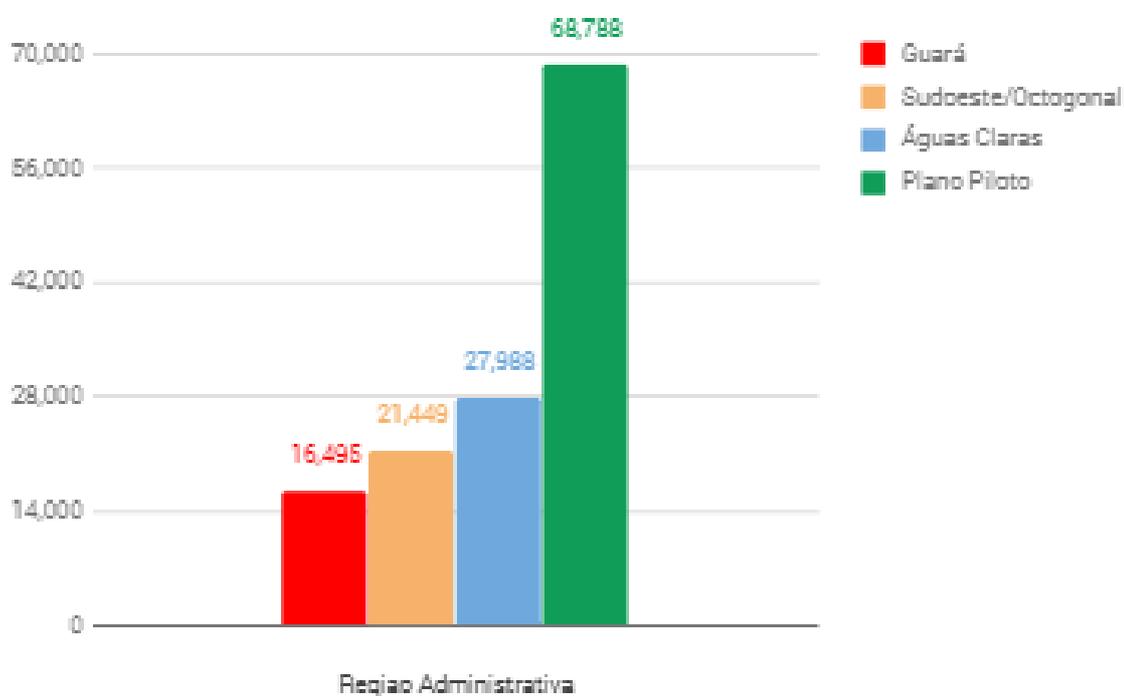
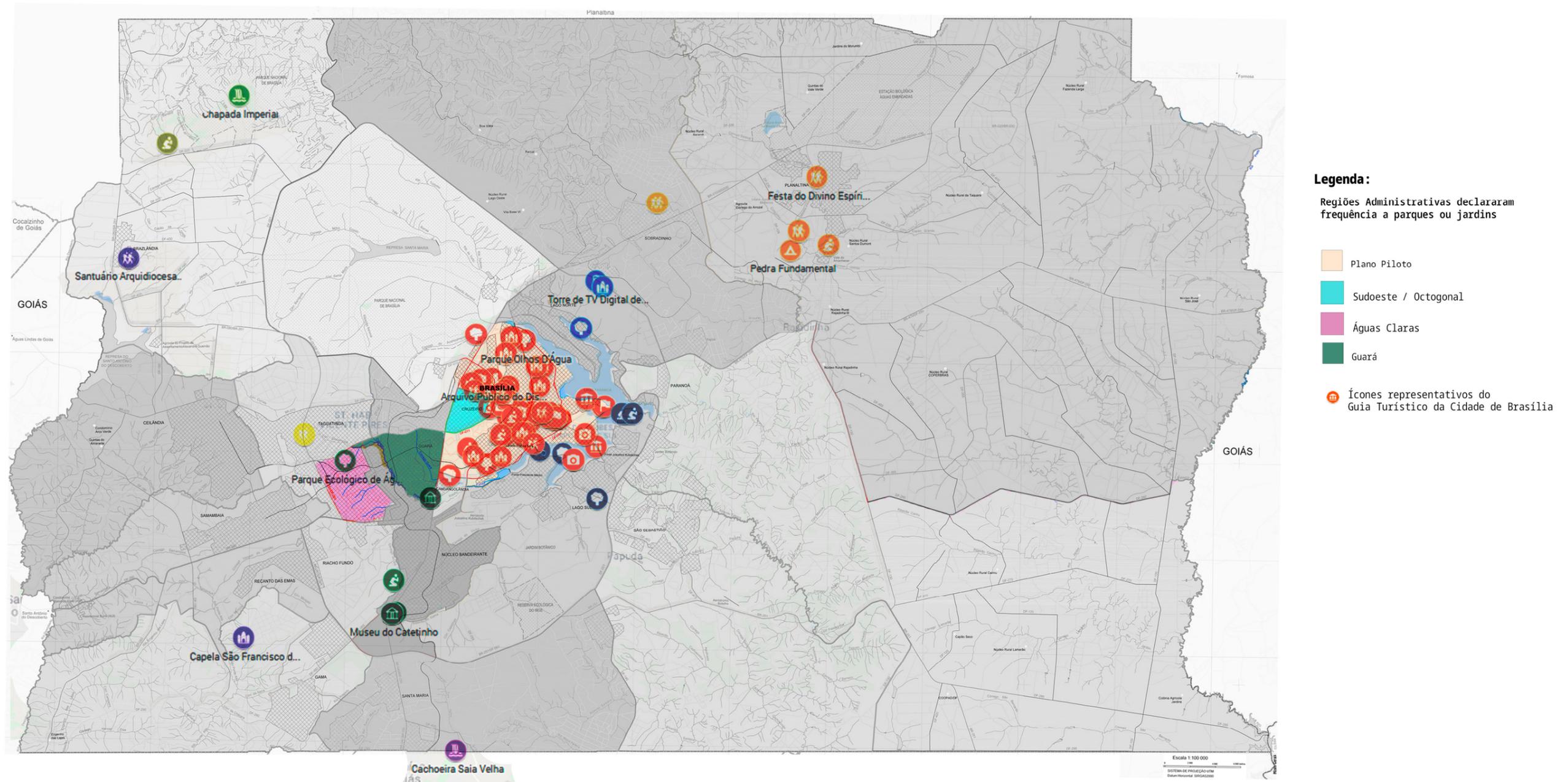


Gráfico 4- Frequência a parques ou Jardins por RA.

Fonte: PDAD 2013

²⁵⁵ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 151) tabela 10.2

²⁵⁶ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 151) tabela 10.2



Mapa 19 - Freqüência a parques ou Jardins por RA

A explicação para a frequência pode se dever ao fato que o Parque da Cidade (Plano Piloto), Ezechias Heringer (Guará) e Parque Águas Claras possuem uma maior facilidade de acesso, como estações de metrô e ciclovias, por exemplo, que podem ter influência para o resultado, somado ao fato de um grande número de pessoas dessas RAs trabalharem no Plano Piloto²⁵⁷.

Essas três perguntas sobre frequência a museus, teatros e parques mostram uma disparidade com a primeira sobre o reconhecimento de atrativos turísticos próximo ao domicílio. Das regiões administrativas que mais frequentam museus, teatro ou parques/jardins apenas o Plano Piloto possui uma porcentagem maior de pessoas que reconhece morar próximo a atrativos turísticos.

Essa identificação está de acordo com as ações e estratégias do governo do Distrito Federal e reflete o discurso das secretarias de que os atrativos turísticos estão prioritariamente no Plano Piloto.

Mas como explicar as outras regiões? Sudoeste/Octogonal estão na área tombada pelo Patrimônio Histórico, são as geograficamente mais próximas do Plano Piloto e possuem um maior número de pessoas que trabalham naquela RA, possuindo um vínculo muito intenso em termos econômicos e sociais. Lago Sul é uma RA mais recente, criada em 1994²⁵⁸, até então era parte da RA do Plano Piloto.

Guará possui um grande número de pessoas que trabalham no Plano Piloto (46%) e historicamente foi constituída por pessoas que trabalham na administração federal ou distrital (33%)²⁵⁹ e Águas Claras possui valores semelhantes: 41% trabalham no Plano Piloto e 34% são pessoas que trabalham na administração, conforme Tabela 2:

²⁵⁷ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 156) tabela 10.5

²⁵⁸ (DISTRITO FEDERAL, 1994)

²⁵⁹ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 151) tabela 10.2

Tabela 2 - População, ocupada em setor de administração pública e ocupada na RA Plano Piloto, segundo as Regiões Administrativas dos gráficos apresentados.

Gráfico 1			Gráfico 2			Gráfico 3			Gráfico 4		
Atrativo Turístico	Trabalha no Plano Piloto	Trabalha na administração pública federal ou distrital	Museu	Trabalha no Plano Piloto	Trabalha na administração pública federal ou distrital	Teatro	Trabalha no Plano Piloto	trabalha na administração pública federal ou distrital	Parques / Jardins	Trabalha no Plano Piloto	Trabalha na administração pública federal ou distrital
Plano Piloto	89%	48%	Plano Piloto	89%	48%	Plano Piloto	89%	48%	Plano Piloto	89%	48%
Planaltina	40%	15%	Sudoeste	81%	54%	Sudoeste	81%	54%	Sudoeste	81%	54%
Taguatinga	30%	22%	Lago Sul	66%	39%	Águas Claras	41%	34%	Guará	46%	33%
Ceilândia	26%	9%	Guará	46%	33%	Taguatinga	30%	22%	Águas Claras	41%	34%

Fonte: PDAD 2013

Já a população residente em Taguatinga, Ceilândia e Planaltina não possui um vínculo tão intenso com o Plano Piloto, ou seja, não são muitas pessoas dessas RAs que trabalham no Plano Piloto, de forma que outra possibilidade seria a quantidade de vezes que as pessoas iriam até esses atrativos por motivos de lazer.

Para isso foi consultada a tabela de local de utilização de serviços de cultura/lazer²⁶⁰. De maneira geral os números indicam que a maioria das RAs utiliza serviços de cultura/lazer em sua própria RA. Assim, Taguatinga tem 78%, Ceilândia tem 71% e Planaltina tem 92% de pessoas que não costumam sair da própria RA para utilizar serviços de cultura. A Tabela 3 demonstra em números absolutos apresentados no PDAD:

²⁶⁰ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 180) tabela 12.6

Tabela 3 - Local de cultura e lazer, por Região Administrativa.

Local De Cultura E Lazer	Águas Claras	Brasília	Brazlândia	Candangolândia	Ceilândia	Cruzeiro	Fercal	Fora Do DF	Gama	Guará	Itapoã	Jardim Botânico	Lago Norte	Lago Sul	Núcleo Bandeirante	Paranoá	Park Way	Planaltina	Recanto Das Emas	Riacho Fundo	Riacho Fundo II	Samambaia	Santa Maria	São Sebastião	SCIA - Estrutural	SIA	Sobradinho	Sobradinho II	Sudoeste Octogonal	Taguatinga	Varjão	Vicente Pires				
Região Administrativa																																				
Águas Claras	11.113	12.839			272			350	34	478			38		55						155	17				55						8.552				
Brasília/Plano Piloto		73.500						482	37	63			37	388								31					37									
Brazlândia		635	11.694		200																												1.737			
Candangolândia		1.664		1.904				29	10	365					365				10															77		
Ceilândia		10.776		71	90.738			1.166														71												16.034		
Cruzeiro		3.821				6.199		85	21					21							21				21									21		
Fercal		175					612	5										5									1.208	41								
Gama		4.744						173	31.357	43									43		43		43											518		
Guará	30	9.813			30			632		26.068		30													30									452		
Itapoã		2.673						46			7.769		5				4.661	20				5					10									
Jardim Botânico		5.468						75				719	15	404								15		509		60								15		
Lago Norte		7.793						60					2.312	40										20											20	
Lago Sul		5.528				31		93		47				2.382	16	16	16							16		62										
Núcleo Bandeirante		2.194						73	29	190																									161	
Paranoá		1.455	28					28																28												
Park Way	12	4.096						121	24	85				12	460		12					24				12								97		
Planaltina		2.771						194										46.355									65									
Recanto Das Emas	44	4.385			89	44		443	89										20.996			399													6.290	
Riacho Fundo	22	2.026			111			45		45				22	89				22	6.590			22		22										2.160	
Riacho Fundo II	20	1.575						20	118										1.063		4.606	118	20												2.815	
Samambaia		6.492			149														75			40.000													14.104	
Santa Maria		4.769						197	2.901			49										49	23.453	197											443	
São Sebastião		4.103								55						111	55							20.735			55									
SCIA - Estrutural		850			395			158		217									20			20				3.122								1.344		
SIA		304			6	29		3		49																78								39		
Sobradinho		3.461						25																			14.021	51								
Sobradinho II		9.776						30										30									7.673	6.695								
Sudoeste/Octogonal		16.565				589		564	25	98			49	147											49									2.430	49	
Taguatinga	42	6.823			254			1.271	127	42																									52.463	
Varjão		860											22									6					11								1.450	
Vicente Pires	242	3.722			220	44		705		396						22									44										11.078	1.299

Fonte: PDAD 2013

Museu, teatro, parques, estão nas rotas dos eupátridas, que se apresentam de acordo com as normatizações de uso do território orientadas pelo poder público: estão de acordo com a localização geográfica da divisão do trabalho, estão dentro dos limites da fração territorial que possui a legitimidade de receber o nome indicativo da cidade, reforçam assim a percepção de que existe um lugar para o candango e outro para o pioneiro.

Os caminhos-satélites da plebe indicam estar fora dos muros da cidade, também de acordo com a divisão social do trabalho, esse reflexo de divisão geográfica parece indicar que as políticas públicas atendem a apenas uma determinada parcela da população.

De volta à definição do Projeto Inventário²⁶¹ do Ministério do Turismo, a pesquisa sobre políticas públicas para atrativos culturais indica a Secretaria da Cultura como responsável pelo fomento e incentivo a manifestações culturais e manutenção de espaços. Entre os instrumentos de fomento a eventos e atividades artísticas, o que recebe maior adesão da população é o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), uma modalidade de apoio financeiro a fundo perdido, para a realização de projetos.

A análise dos projetos contemplados nos processos seletivos para os anos de 2011 a 2014 (*Gráfico 5*) indicam o número de projetos e a relação de regiões administrativas para onde foram destinadas as ações. As que receberam indicações da maior parte dos projetos foram: Plano Piloto (Brasília), Taguatinga e Ceilândia e Gama, ou seja, essas regiões eram as preferidas por proponentes dos projetos para produzir ou realizar um evento cultural.

²⁶¹ (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006)

Território ativado por meio da produção e execução do projeto

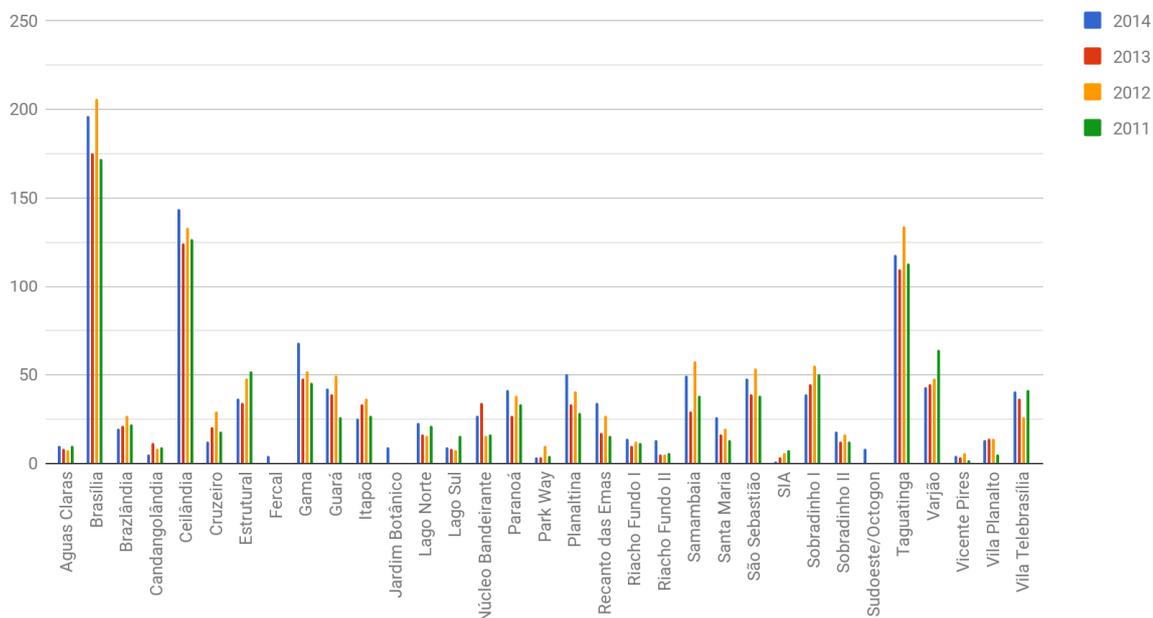


Gráfico 5 - Territórios ativados por meio da produção e execução dos projetos - de 2011 a 2014²⁶².
 Fonte: Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural, 2014

No ano de 2014²⁶³, foram contemplados trezentos e sessenta e sete (367) projetos, cada projeto poderia ter ações em mais de uma região administrativa. Cento e noventa e seis (196) projetos previram ações no Plano Piloto, cento e quarenta e quatro (144) ações foram propostas para Ceilândia; cento e dezoito (118) para Taguatinga e sessenta e oito (68) no Gama.

A soma das ações realizadas pelos eventos ao longo dos quatro anos indica uma tentativa da Secretaria de Cultura em inverter a forma de investimento em contraste com o capital incorporador e com a falta de ações do governo do Distrito Federal. Apesar das ações serem propostas e geridas pela população, foi definido uma forma de pontuação em que as propostas destinadas às RAs com maior vulnerabilidade social recebem uma pontuação maior.

A maioria das RAs com maior número de ações culturais previstas pelos projetos apoiados pelo FAC (*Gráfico 6*), estão dentro do grupo de média-baixa renda (com salários entre R\$5.000,00 a 2.500,00 em 2013) e baixa renda (com salários

²⁶² (SUBSECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO CULTURAL, 2014)

²⁶³ (SUBSECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO CULTURAL, 2014)

abaixo de 2.500,00 em 2013)²⁶⁴. As pessoas que moram nessas RAs utilizam serviços de cultura na própria RA²⁶⁵.

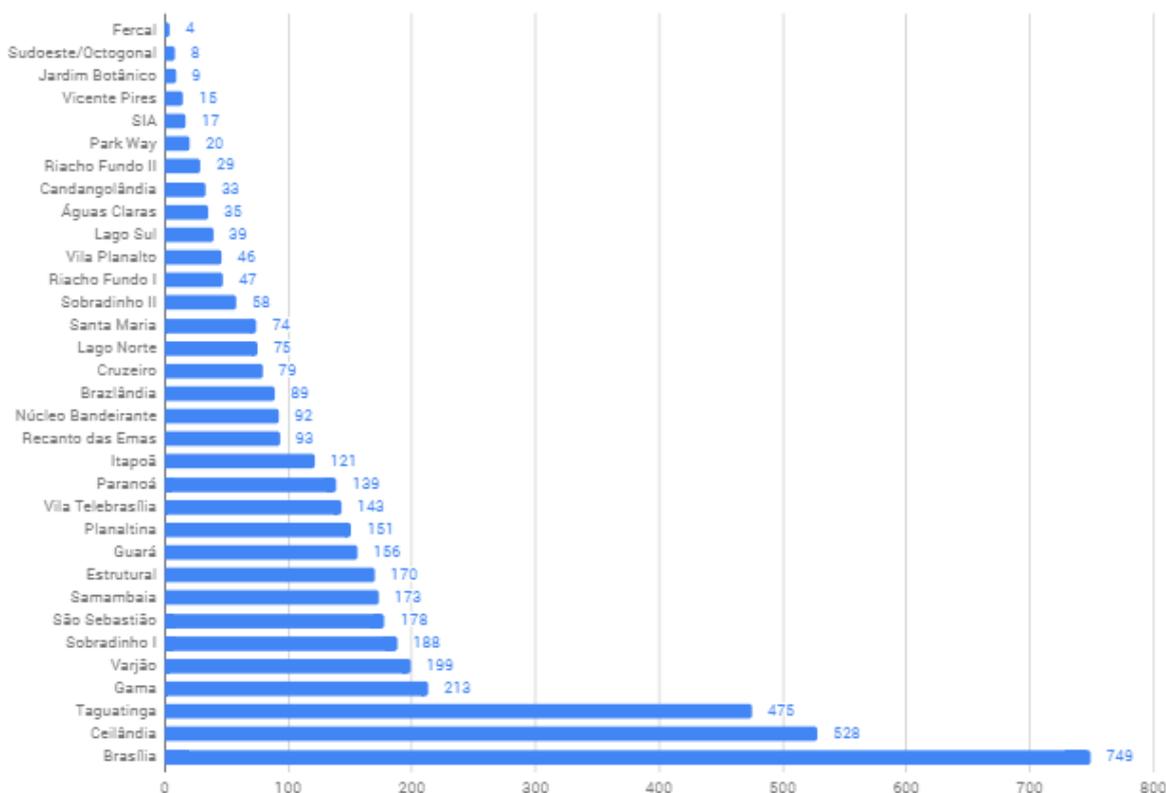


Gráfico 6 - Somatório das RAs com ações culturais provenientes do FAC - anos 2011 a 2104.
Fonte: Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural, 2014

Ao sobrepor as RAs com maior número de ações no mapa do Guia Turístico, percebe-se que a população se utiliza das regras dos editais que aumentam a pontuação na seleção para ações destinadas às áreas de vulnerabilidade que foram definidas pela Secretaria de Cultura, para tentar sanar a baixa infraestrutura e a pouca quantidade de políticas públicas voltadas para esses locais.

No Mapa 20 é realizada a comparação entre as regiões administrativas que receberam ações do FAC com os atrativos turísticos definidos pelas secretarias²⁶⁶. RAs como Itapoã, Paranoá e Varjão ainda estão em processo de regularização e

²⁶⁴ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014), tabela 10.9

²⁶⁵ (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014), tabela 2

²⁶⁶ Importante frisar que a Secretaria de Cultura também realizou as indicações desses atrativos turísticos.

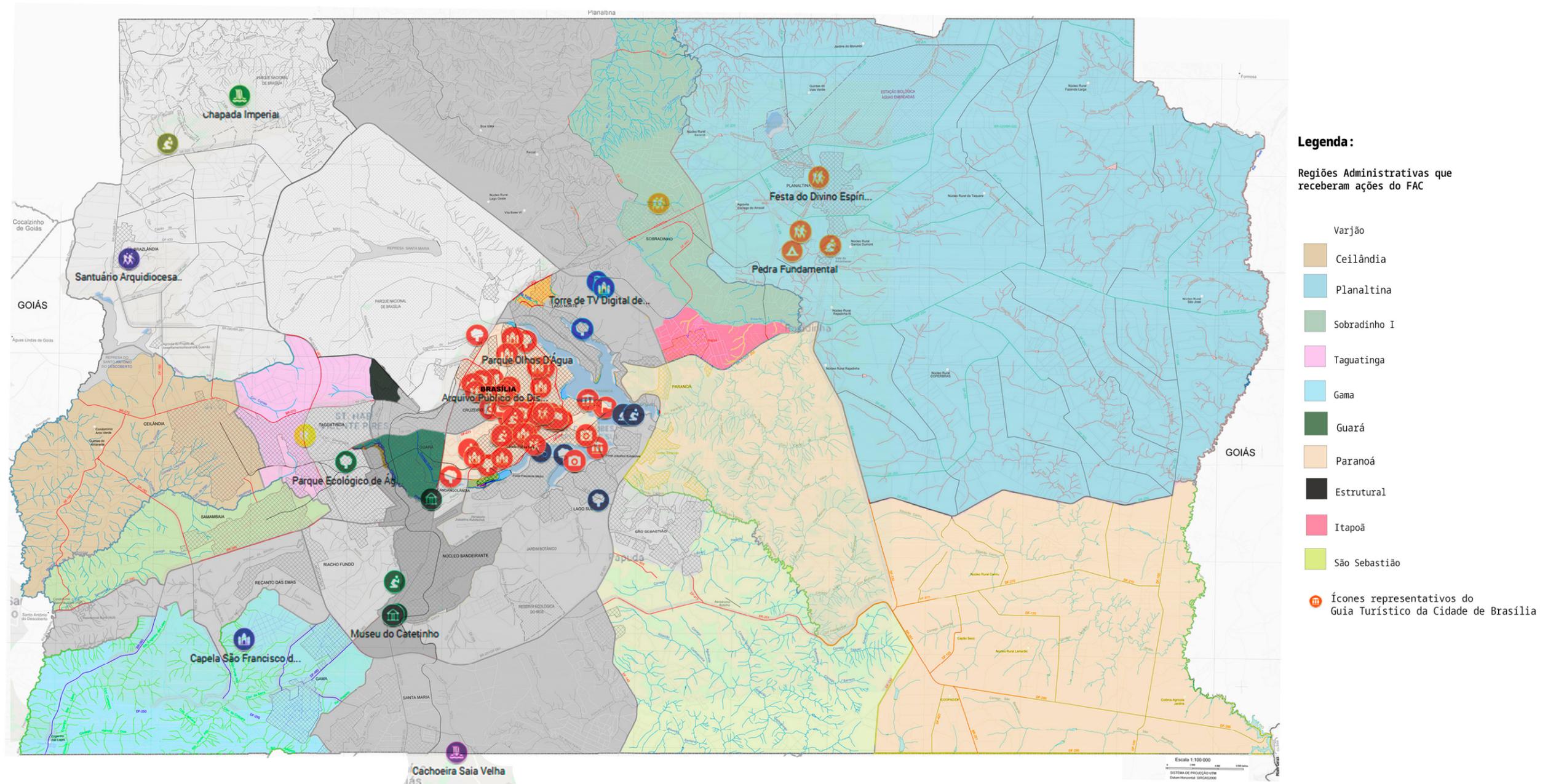
possuem um grande número de habitações em situações precárias²⁶⁷, de forma que equipamentos públicos ainda não estão devidamente instalados nestas RAs. Sobradinho I²⁶⁸ e São Sebastião²⁶⁹ possuem indicativos de que as administrações locais conhecem e contribuem para a realização de eventos e indicações de lugares com potencial uso turístico.

Entretanto, é necessário pensar ainda que RAs como Taguatinga, Ceilândia, Gama e Guará, apesar de possuírem apoio das administrações locais, devem possuir algum tipo de infraestrutura para receber a realização dessas ações.

²⁶⁷ (OBSERVATÓRIO TERRITORIAL, 2017)

²⁶⁸ (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO, 2017)

²⁶⁹ (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO, 2017)



Mapa 20- Regiões administrativas que receberam ações do FAC e Guia turístico de Brasília

Informações dispersas tentam organizar os caminhos satélites, ações espontâneas da população como o projeto #VemPraCei tenta resgatar os pontos turísticos de Ceilândia²⁷⁰.

Outras entidades também tentam compilar as informações, como o Anuário do DF 2010²⁷¹, que apesar das informações imprecisas, dão pistas de pontos turísticos no Gama e em Taguatinga. As ações como o Mapa das Nuvens da Secretaria de Cultura (Mapa 12) indicam mais pontos pelo Distrito Federal.

Apesar de falta de acurácia dessas informações, elas foram compiladas e sugeridas no Mapa 21. A seleção se concentrou em Taguatinga, Ceilândia e Gama por serem RAS que possuem uma ação cultural mais intensa e que pode ser indicativo dos atrativos culturais.

Ainda que imprecisos essa seleção possui Sítios históricos; Edificações; Obras de arte; Esculturas e monumentos; Instituições culturais; Festas e celebrações; Gastronomia típica; Artesanato; Música e dança; Feiras e mercados; Saberes e fazeres não selecionados pelo poder público, conforme apresentado na Tabela 4 e apresentado no Mapa 21:

²⁷⁰ (LANNES, 2017)

²⁷¹ (MARK CONSULTORIA, 2010)

Tabela 4 – Sugestões de Atrativos Turísticos Culturais para RAs Taguatinga, Ceilândia e Gama

Ceilândia	Taguatinga	Gama
Chácara das águas	Teatro da Praça	Estádio Bezerrão
Feira da Ceilândia	Teatro Iara Amaral	Centro Olímpico e Paralímpico
Skate park	Biblioteca Machado de Assis	Quadra Poliesportiva QD 08
Museu da Memória Viva	Parque Saburo Onoyama	Centro de Convivência - COSE
Casa do Cantador	Parque Boca da Mata	Parque Vivencial do Gama
Givaldo Discos	Parque Lago do Cortado	Parque Recreativo do Gama
Feira do Produtor e Atacadista	Galeria Olho de Águia	Praça Da Bíblia
Associação dos Artesãos	Taguacenter	Praça Cine Itapuã
Cio das Artes	Feira Permanente	Capela S Francisco de Assis
Samba da Guariba	Ginásio Serejinho	Cachoeira Olhos D'água
Praça das Mães	Estádio Elmo Serejo	Cachoeira dos Anjos
Espaço Cultural Túnel do Tempo	Rodoviária de Taguatinga	
Espaço Cultural Filhos do Quilombo	Praça do DI	
Jovem de Expressão	Biblioteca Dorina Nowill	
Praça do Cidadão	Eco Feira - Mercado Sul	
Quadra de areia	Vila Mathias	
Skate Park Psul	Praça do Relógio	
Centro Olímpico do Setor O		
Feira Permanente do Setor O		
UnB, Campus Ceilândia		
Teatro SESC Newton Rossi		
Quadrado Da 05		
Centro Olímpico Parque da Vaquejada		
Praça Da Escola Classe 16		
Caixa D'Água de Ceilândia		
Centro Olímpico e Paralímpico do Gama		



Mapa 21- Sugestões de Atrativos Turísticos Culturais para RAs Taguatinga, Ceilândia e Gama

A cidade possui desde o seu planejamento uma segregação geográfica a partir da divisão do trabalho, isso possui reflexo na forma de construção manutenção e divulgação de equipamentos públicos.

As RAs que possuem uma localização geográfica mais próxima da *polis* planejada e foram destinadas a uma determinada classe de trabalhadores, se beneficiam das atenções das políticas públicas. RAs que possuem uma distância relativamente equivalente, mas são destinadas para uma parcela de pessoas com menor recursos, inclusive o de conseguir trabalho, recebem uma atenção mais tardia e pouco eficiente por parte do poder público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao levantar alguns aspectos sobre a hospitalidade na Grécia Antiga, a importância do turista e o planejamento para o turismo, o primeiro capítulo desta dissertação aponta indícios de uma segregação na cidade de acordo com uma divisão social e econômica. Uma divisão na cidade que determinava e era determinada pelo uso do território.

O culto grego era um compromisso político. Com os antepassados, mantendo uma tradição oral viva; com a família, mantendo e reforçando a hierarquia interna; com a vizinhança, como ferramenta de poder político e manutenção de status; e com as cidades sendo a base para as relações econômicas e políticas. Esse culto era o que orientava o espaço privado e o espaço público.

Aqueles que possuíam poder econômico e político equivalente e que residiam na mesma cidade possuíam um culto similar e detinham recursos suficientes para influenciar a tomada de decisão de normatização do uso do território, destinando áreas que ficariam restritas ao culto familiar (e manutenção de seus negócios) ou áreas que poderiam ser compartilhadas entre seus iguais, outros que também poderiam exercer direitos e deveres como cidadãos.

Os que não possuíam esse recurso eram alijados da cidade, da cidadania e da proteção divina. Essas pessoas moravam longe do centro financeiro da cidade, não podiam frequentar determinados lugares caso não fosse a trabalho, não tinham sua tradição oral reconhecida e, por consequência, não possuíam legitimidade para exercer poder político ou explorar oportunidades econômicas, ficando sempre subalternos às classes que possuíam cidadania.

Para ter acesso à cidade, o não-morador deveria possuir características de culto similares, ou seja, a capacidade de exercer os compromissos políticos e econômicos. Essas pessoas só possuíam acesso a lugares muito específicos na cidade, locais que fossem como um reflexo do poder político e econômico da cidade, retratado em monumentos, templos, arenas, e estabelecimentos comerciais. Exemplo disso é o *prytaneion*, uma representação física desta ligação entre governo e o culto.

Os hinos, as peças de teatro, as descrições geográficas, as leis e os mapas possuíam um discurso que reforçava e oficializava esse caráter de benesse divina direcionada às pessoas escolhidas que guiavam a nação. De forma que é possível inferir que serviam como orientação e preparo para as pessoas que pretendiam visitar a cidade: ao indicar as divindades que a protegem, falavam das famílias importantes e por consequência indicavam quais eram os potenciais negócios e acordos políticos.

Os discursos ainda deixavam perceber os tipos de pessoas que não eram bem vindas na cidade, pois a eles só era permitida a entrada durante festivais religiosos, forçando assim que essa pessoa reverenciasse também as famílias mais prósperas.

Esses discursos não falavam das pessoas excluídas ou, quando falavam, tentavam determinar seu papel na sociedade. Entretanto, a construção do espaço estava condicionada a todo o sistema de ações, e sofria impacto de todas as pessoas, pois todas eram agentes dessa construção, ainda que em graus diferentes.

Todo esse aspecto político, econômico e divino, atraiu as pessoas para as proximidades da cidade. Fossem migrantes, populações subjugadas em batalhas, pequenos negociantes, artistas, curiosos, a população aumentou e o uso do território precisou ser adequado, reconfigurando o sistema de objetos e impactando a superestrutura da sociedade e o sistema de ações.

Essa parcela que era excluída da sociedade exerceu pressão e adquiriu direitos e deveres, assim como a classe dos que viviam na cidade, contudo, almejavam uma ascensão que lhes era proibida. Essa modificação econômica produziu uma reconfiguração política, religiosa e espacial na sociedade.

No segundo capítulo, percebe-se como a linguagem orienta os discursos e como estes organizam a sociedade nascente em 1955, do que seria Brasília. À época, um novo pacto territorial se propunha a modificar as estruturas do país. E, para tanto, foram reutilizadas as figuras de bandeirantes e pioneiros, personagens épicos imbuídos de uma representação nacional que, poderia se dizer, foram sugeridos como a base de um culto proposto para a cidade.

O discurso oficial descrevia o desbravamento de uma área inóspita como o interior do país, uma colonização realizada por pioneiros em uma conquista do oeste. Mitos e símbolos de uma ressignificação nacional, aparentemente sem a

subjugação de outras pessoas, em uma epopéia contada por sonhos como um destino manifesto da nação. E como uma epopéia, apenas os personagens principais eram relevantes.

O culto do pioneirismo para Brasília se torna um compromisso político. Literalmente. Como que em defesa da honra do presidente do país, a palavra tem de ser cumprida e a nova capital construída. Atores importantes são selecionados para planejar a cidade, seus prédios, seus modos de vida. Mas essa odisséia precisaria muito mais do que marinheiros coadjuvantes.

E o candango força sua entrada nos relatos, mais do que por possuir uma legitimidade ou por fazer parte do discurso desde o começo e sim por ser responsável ele mesmo pela manutenção deste culto.

O discurso sobre o candango é construído como suporte e apoio ao pioneiro, mas se torna uma oportunidade de enfrentamento a uma realidade dura. Os hinos, as descrições geográficas, as leis e os mapas possuem um discurso que reforça e oficializa um caráter de benesse, de generosa oportunidade de sobreviver. Mas não na cidade, apenas ao lado dela.

O discurso organiza como deveriam funcionar as relações. Aos escolhidos inicialmente para chefes das bandeiras ou como pioneiros e proprietários, um planejamento urbano modelo. Aos trabalhadores, o que fosse possível, de improvisado, sem planos, uma cidade distante, dita livre, quase anárquica por falta de atenção do governo.

O discurso parecia indicar que as pessoas residiriam na mesma cidade, possuiriam oportunidade de ter recursos de uso de território, se perceberiam partícipes das tomadas de decisão. Mas esse discurso não incluía a todos.

Na realidade, as pessoas que moravam longe do centro financeiro da cidade não poderiam freqüentar determinados lugares caso não fosse a trabalho, não tinham uma condição de cidadania acessível e, por conseqüência, não possuíam legitimidade para exercer poder político ou oportunidades econômicas, ficando sempre subalternos às classes que possuíam acesso à cidade.

A linguagem, a distância dos lugares e a possibilidade de representação estão imbricadas na construção da percepção do papel e do lugar dos indivíduos e sua noção de pertencimento à cidade. O não dizer não aproxima e não legitima.

O não mostrar é como se escondesse: não representa e relega ao alheamento. As indicações do que pode ser considerado atrativo e turístico incluem apenas os locais afastados geograficamente que fazem parte do culto ao pioneiro. Aqueles que não integram o roteiro de culto não são mencionados.

Para ter acesso à cidade, o não-morador deve possuir características de culto similares, ou seja, a capacidade de perceber que o turismo na cidade está ligado aos compromissos políticos e econômicos que a capital do país assume. Essas pessoas só possuem acesso a lugares muito específicos, justamente aqueles que são o reflexo do poder político e econômico, retratado em monumentos, templos, arenas, e estabelecimentos comerciais.

A cidade-parque, o tombamento arquitetônico e a representação política são elementos-chaves do discurso turístico. Um discurso que vende um produto turístico que disputa a competitividade no mercado, que pretende fomentar o trabalho e auxiliar a renda.

Um discurso que se mantém desconectado da realidade do Distrito Federal, porque os mapas e guias turísticos, por concentrarem geograficamente os atrativos turísticos, priorizam o mercado, o trabalho e a renda de uma parcela da população do Distrito Federal.

Desta forma, os coadjuvantes da epopéia só serão mostrados como trabalhadores que humildemente se retiraram e aceitaram morar próximo - mas não vizinhos -, que construíram para si algo como pseudo-cidades. No discurso, não são escondidos: são mostrados brevemente em um comentário ou nota de rodapé, de certa forma, uma seta apontando a direção e os quilômetros de distância.

Como se a aquisição de direitos e deveres alcançada sob pressão ainda lhes fosse de certa forma negada em uma luta discreta, porém intensa, sobre o reconhecimento enquanto cidadãos, representado pela localização de atrativos turísticos.

No terceiro capítulo, é identificado que o lugar do pioneiro e do candango, construído historicamente pela divisão social do trabalho, influenciou a transformação do espaço geográfico do Distrito Federal e possui reflexo na forma de construção, manutenção e divulgação de equipamentos públicos, especificamente

na divulgação de atrativos turísticos em outras regiões administrativas fora do Plano Piloto.

Esse espaço representado pelo turismo possui impacto não apenas no Plano Piloto, lugar geográfico que fisicamente o comporta, mas em todo o espaço vivido no Distrito Federal, por todas as significações que assume nas outras regiões administrativas, pela forma como reforça emoções de pertencimento e participação, pela sensação que causa ao imprimir o conceito de que só existe turismo no Plano Piloto.

Em suma, os guias turísticos não são poesia, não descobrem a verdade, reproduzem sem se apropriar na realidade e terminam por encobri-la. O encobrimento das realidades, o encobrimento da verdade ao não mencionar outros lugares que são atrativos turísticos possui impacto, então, no modo como se vive no dia a dia do Distrito Federal.

Isso se reflete na pouca ou nenhuma informação sobre os atrativos turísticos, naturais e culturais de muitas das RAs. O lugar dos indivíduos e seu valor são reforçados conforme o poder estatal reconhece, legitima e oferece condições para que a população de cada RA demonstre, a partir de sua própria construção social, quais os usos define para o território em que constrói seu espaço, sua história e suas narrativas.

As regiões administrativas se manifestam e vivificam uma cultura que é encarada como diferente e estranha, afinal, ela é popular. Por outro lado, a cultura no Plano Piloto é patrimônio histórico, é nacional, é turismo.

É preciso que as rotas traçadas, caminhadas e vividas pela população que usa o território e a forma como essas rotas coexistem com outros usos apareçam nos mapas e nos documentos do governo. É preciso que as políticas públicas realizem uma normatização e regulamentação que atendam aos modos como a população utiliza o território.

É preciso mostrar os outros caminhos, aqueles que indicam um movimento contra-hegemônico que cultuam a divindade da cidade à sua maneira, ou mesmo os caminhos que celebram outras divindades. São esses caminhos-satélites que movimentam a maré social construtora do espaço que é o Distrito Federal.

Essa cultura, que é a resistência de uma narrativa não hegemônica, também possui potencial turístico, um potencial que vai além do econômico e além do turismo mercadológico, com passagens, tickets e souvenirs.

Esse potencial turístico é o que permite às pessoas habitarem poeticamente o mundo, conhecendo as frações da verdade, permitindo viagens de um lugar representativo para o outro fora do seu caminho habitual, longe de suas rotinas da vida normal. Podem e devem estar em guias turísticos que revelem pessoas e suas representações, ou, de outra forma, que sejam a representação poética do Distrito Federal.

5. REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2011.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO. Administração Regional de São Sebastião. **Eventos**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/AKUwxy>>. Acesso em: 05 mar 2018.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO. Administração Regional De Sobradinho. **Eventos**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/c7LXN7>>. Acesso em: 05 mar 2018.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO. Administração Regional do Plano Piloto. **Informações**. Disponível em: <<http://www.planopiloto.df.gov.br/category/sobre-a-ra/informacoes/>>. Acesso em: 05 mar 2018.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Secretaria Adjunta de Turismo. **Para quem quer fugir da folia, DF também traz opções para curtir a natureza**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/8fjzhQ>>. Acesso em: 05 mar 2018.

ALBUQUERQUE, J. P. C. D. **Relatório anual Comissão de Localização da Nova Capital Federal**. Rio de Janeiro: Biblioteca Digital Câmara, 1955.

ANDRADA E SILVA, J. B. Negócios da União. **Lembranças e apontamentos do governo provizorio da provincia de s.paulo para seus deputados**, 1821. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=C1dfAAAACAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA9>. Acesso em: 05 mar 2018.

ANTIPHATER. **The Greek anthology: The Declamatory Epigrams**. Tradução de W.R.Paton. Cambridge: Loeb Classical Library, v. IX, 1917. 464 p.

APOLLODORUS. **Epitome**. Tradução de James G. Frazer. 6ª. ed. Londres: Harvard University Press, 1921. 464 p.

ARISTÓTELES. **Economics**. Tradução de G.C. Armstrong. Cambridge: Harvard University Press, v. 18, 1935. 704 p.

ARISTÓTELES. **Athenian Constitution**. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, v. 20, 1952. 512 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

BRAGA, G. H. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. **Turismo sensorial enriquece experiência de viajantes com deficiência**, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/aYScGW>>. Acesso em: 05 mar 2018.

BRASIL. LEI No 3.751, DE 13 DE ABRIL DE 1960. **Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal**, Brasília, abr 1960.

BRASIL. Decreto nº 51.130, de 3 de Agosto de 1961. **Institui a Divisão Turística do Território Nacional e dá outras providências**, Brasília, ago 1961.

BRASIL. DECRETO Nº 86.176, DE 6 DE JULHO DE 1981. **Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.**, Brasília, jul 1981.

BRASIL. Lei complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. **Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências**, Brasília, fev 1998.

BRASIL. Decreto nº 7469, de 5 de maio de 2011. **Regulamenta a Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito F**, mai 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7469.htm>. Acesso em: 05 Março 2018.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. **Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília**, out 2018. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html>. Acesso em: 05 Março 2018.

CAMPOS, N. A segregação planejada. In: PAVIANI, A. (.). **A conquista da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 97-113.

CASSON, L. **Travel in ancient world**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1994.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO. **Diagnóstico da Região Turística - Caminhos do Brasil: Inventário Brasília**. CET/UnB/Brasiliatur. Brasília, p. 437. 2009.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **I Plano de Turismo de Brasília**. Codeplan. Brasília. 1974.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios: PDAD/DF 2013**. SEPLAN. Brasília, p. 224. 2014.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal - 2017**. Brasília, p. 112. 2017.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. **Brasília : revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, Brasília, ano 1, n. 5, mai 1957a.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. **Brasília : revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 18, jan 1957b.

COSTA, H. J. D. Reflexoens sobre as novidades deste mez: Brazil. In: COSTA, H. J. D. **Correio braziliense, ou o armazém literario**. Edição fac-similar. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. 10, 2001. p. 373-377.

COSTA, L. **Sobre o problema de habitação em Brasília**. (correspondência). Brasília, p. 2. 1969.

COULANGES, N. D. F. D. **A cidade antiga**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas S.A., 1961. 416 p.

DE ALMEIDA, M. V. **Turismo social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira**. Dissertação (Mestrado Ciências da Comunicação) - USP. São Paulo, p. 152. 2001.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL. Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal. **Mapa Rodoviário**. Disponível em: <<https://goo.gl/wHRsRM>>. Acesso em: 05 mar 2018.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de Outubro de 1987. **Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília**, 1987. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html>. Acesso em: 05 março 2018.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº15.515 de 17 de março de 1994. **Fixa os limites da Região Administrativa do Lago Sul (RA XVI)**, Brasília, mar 1994.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 1.358, de 30 de dezembro de 1996. **Cria o Programa de Turismo Social - PROTUR - e dá outras providências.**, Brasília, 1996.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.883, DE 11 DE JULHO DE 2012. Art. 3º §III. **Dispõe sobre a política de turismo do Distrito Federal**, Brasília, jul 2012.

DUARTE, A. Natureza Humana. **Heidegger e a linguagem: do acolhimento do ser ao acolhimento do outro**, São Paulo, 7, n. 1, 2005. 129-158.

EIDINOW, E.; KINDT, J.; OSBORNE, R. (Eds.). **Theologies of Ancient Greek Religion**. [S.I.]: Cambridge University Press, 2016. 438 p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório de Atividades 2017**. EMATER. Brasília, p. 40. 2017.

FALCÃO, C. H. P.; ET_ALL. Turismo Social - Em busca de maior inclusão da sociedade. In: CARVALHO, C. L. D. (.); BARBOSA, L. G. M. (.). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil: o observatório**. Rio de Janeiro: SESC, 2006. p. 127-145.

FERNANDES, S. W. R. **A inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UnB. Brasília, p. 132. 2007.

FERNANDES, S. W. R. A inserção do espaço geográfico na política de turismo. In: STEINBERGER, M. (.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 245-263.

FIREBAUGH, W. C. **The Inns of Greece & Rome, and a history of Hospitality from the Dawn of Time to the Middle Ages**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

FREITAS, C. Correio Braziliense Cidades. **Rota do Cavalo, em Sobradinho, reúne turismo e relíquias históricas**, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/kJkqUM>>. Acesso em: 05 mar 2018.

GEO 06371. **Itinerário do Passeio Brasília Monumental**, 2013. Disponível em: <https://geo06371.files.wordpress.com/2013/06/turc3adstico_rosimerecampos.jpg>. Acesso em: 05 mar 2018.

GOMES, M. D. S.; STEINBERGER, M.; BARBOSA, R. P. O potencial político da categoria 'território usado'. In: STEINBERGER, M. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: LER Editora, 2013. p. 65-88.

GOOGLE. Google Imagens. **Busca:** Mapas turístico de Brasília. Disponível em: <goo.gl/rVja7G>. Acesso em: 05 mar 2018.

GOVERNO DE BRASÍLIA. GoogleMyMaps. **Mapa Turístico do DF**. Disponível em: <<https://goo.gl/wc20QD>>. Acesso em: 05 mar 2018.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Plano de Turismo Criativo de Brasília**. SETUL. Brasília, p. 62. 2016.

HARVEY, D. Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. **O direito à cidade**, Perdizes, n. 29, p. 73-89, jul 2012.

HEIDEGGER, M. **A caminho da linguagem**. Tradução de Márcia Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**: Parte I. 15. ed. São Paulo: Vozes, 2005. 219 p.

HEIDEGGER, M. Scientiae Studia. **A questão da técnica**, São Paulo, 5, n. 3, 2007. 375-398.

HEIDEGGER, M. **A origem da obra de arte**. Tradução de Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 2010. 73 p.

HEIDEGGER, M. **Explicações da poesia de Hölderlin**. Tradução de Claudia Pellegrini. Brasília: Editora UnB, 2013. 224 p.

HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. Brasília: Companhia das Letras, 1993. 362 p.

I Love Trip. **Guia Brasília: História e Principais Pontos Turísticos**. Disponível em: <<https://ilovetrip.com.br/wp-content/uploads/mapa-turistico-brasilia-1392x1003.jpg>>. Acesso em: 05 mar 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992**. [S.l.]. 1992.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. nº 445, de 31 de dezembro de 1986. **World Heritage List**, Paris, out 1987. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/445/documents/>>. Acesso em: 05 março 2018.

INWOOD, M. **Dicionário Heidegger**. [S.l.]: Zahar, 2002. 239 p.

IRERÊ, R. **Aplicativo em TV digital para dispositivos móveis: 1-seg como meio de incentivar o acesso à cultura**. Monografia (Especialização - Comunicação) - UCB. Brasília, p. 35. 2013.

IRERÊ, R. Projeto Brasil 4D no DF: um estudo de caso da construção de narrativas interativas para TV. In: CASTRO, C.; BARBOSA FILHO, A.; (ORGS.) **Brasil 4D - Etapa Distrito Federal: Interatividade, convergência e participação na TV digital**. Brasília: Livraria & Editora Senac - DF, 2018. Cap. 12, p. 201-214.

IX Encontro Internacional de Farmacovigilância das Américas. **Hospedagem e Mapa da cidade**, 2012. Disponível em: <<http://ixeifva.blogspot.com/p/hospedagem.html>>. Acesso em: 05 mar 2018.

KENNEDY, R. F. **Immigrant Women in Athens: Gender, Ethnicity, and Citizenship in the Classical City**. Londres: Routledge, 2014.

KUBITSCHKEK, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LANNES, P. Metrôpoles. **Vida e estilo**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/HzJhnR>>. Acesso em: 05 mar 2018.

LARAIA, R. **Candangos e Pioneiros**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, A. C. G. (.). **Inventário da Oferta Turística**. Ministério do Turismo. Brasília, p. 38. 2011.

LIMA, S. E. M. (.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016.

MARK CONSULTORIA. Anuário do DF. **Anuário do DF 2010 - uma ferramenta de fomento ao turismo**, Brasília, p. 300, mai 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/PVDggw>>. Acesso em: 05 mar 2018.

MARTIMON, A. EMATER-DF. **Conheça o Circuito Rajadinha, em Planaltina**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ZoC7BQ>>. Acesso em: 05 mar 2018.

MERCADO Livre. **Carta Turística**. Disponível em: <<https://goo.gl/14afG3>>. Acesso em: 05 mar 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Ministério do Turismo. Brasília, p. 78. 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa**. Ministério do Turismo. Brasília, p. 85. 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2013-2016**, Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo da Demanda Turística Internacional 2013 - 2017**. Brasília, p. 85. 2018.

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA DF. Mapa nas Nuvens. **Mapa nas Nuvens - Busca = Espaços**, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/r1VSQ6>>. Acesso em: 05 mar 2018.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. **Relatório da oferta turística do Distrito Federal - 2015**. Brasília, p. 22. 2015.

OBSERVATÓRIO TERRITORIAL. Observatório Territorial. **Déficit habitacional urbano**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/MiYmTW>>. Acesso em: 05 mar 2108.

OLIVEIRA, M. D. Sociedade e Estado. **O ISEB e a construção de Brasília - correspondências míticas**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 487-512, 2006.

OLIVEIRA, T. M. G. D. *Universitas Humanas*. **Marcas do Processo de Formação do Espaço Urbano de Brasília pela Ótica da Erradicação de Favelas**, Brasília, 5, jan-dez 2008. 49-76.

PAUSANIAS. **Description of Greece**. Tradução de W.H.S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1918. 457 p.

PLATÃO. **As Leis**. Tradução de Edson Bini. 2ª. ed. São Paulo: Edipro, 2010. 544 p.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Tradução de Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011. 261 p.

PLUTARCHUS, L. M. **De exilio**. Tradução de William W. Goodwin. Cambridge: Press Of John Wilson and son, 1874.

RHODES, P. J. **Athenian Democracy**: Edinburgh Readings on the Ancient World. Oxford: Oxford University Press, 2004.

RUBIO, R. Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia. **La rehabilitación ontológica de la imagen: Heidegger lector de Kant**, Rio de Janeiro, 2, n. 2, 2013. 12-27.

SANTOS, M. Boletim Paulista de Geografia. **Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa**, São Paulo, n. 59, 1982. 5-22.

SANTOS, M. Boletim Gaúcho de Geografia. **Por uma geografia cidadã - por uma epistemologia da existência**, Porto Alegre, 21, n. 1, ago 1996. 6-14.

SANTOS, M. Cadernos IPPUR. **O território e o saber local - algumas categorias de análise**, Rio de Janeiro, 2, ago-dez 1999. 15-25.

SANTOS, M. GEOgraphia. **O dinheiro e o território**, Niterói, 1, n. 1, 1999. 7-13.

SANTOS, M. Revista Território. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**, Rio de Janeiro, 4, n. 6, jan/jun 1999. 5-20.

SANTOS, M. Revista Território. **O papel ativo da geografia: um manifesto**, Rio de Janeiro, jul-dez 2000. 103-107.

SANTOS, M. **Brasil, Território e Sociedade no Limiar do Século XXI**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. 471 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** 4ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 258 p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 176 p.

SAUTEC CONSULTORIA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. **Planejamento estratégico 2015-2019.** Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal. Brasília, p. 168. 2015.

SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO. Secretaria Adjunta de Turismo. **Secretaria de Turismo lança programa “Turismo Cidadão”.** Disponível em: <<https://goo.gl/oJrBHd>>. Acesso em: 05 mar 2018.

SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO. Secretaria Adjunta de Turismo. **Turismo Cívico.** Disponível em: <<http://www.turismo.df.gov.br/turismo-civico/>>. Acesso em: mar 2018.

SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO. Secretaria Adjunta de Turismo. **Guia Turístico.** Disponível em: <<https://goo.gl/qNKUAK>>. Acesso em: 05 mar 2018.

SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER. **Guia Turístico Científico de Brasília.** Brasília, p. 45. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.** SEDUMA. Brasília, p. 358. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Resultados de Gestão 2011 - 2014 SETUR/DF.** Brasília, p. 57. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. **Turismo ecológico - ZEE aponta locais para desenvolvimento,** 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/xT5BWR>>. Acesso em: 05 mar 2018.

SECRETARIA DO ESPORTE TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL. **Guia Turístico da Cidade de Brasília: Brasília Conhecer é se surpreender.** Brasília. 2018.

SESC. **Guia SESC de férias.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: SESC, 2014. 96 p.

SICULUS, D. **Library**. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, v. 4-8, 1946. 480 p.

SMITH, W. **Dictionary of Greek and Roman Antiquities**. 2. ed. Boston: [s.n.], 1849.

STEINBERGER, M. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: STEINBERGER, M. (.). **Territórios turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009. Cap. 1, p. 29-55.

STRABO. **Geografia**. Tradução de Hans Claude Hamilton e William Falconer. Londres: [s.n.], v. I, 1924. 513 p.

SUBSECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO CULTURAL. **Análise do Processo Seletivo FAC 2014**. Brasília: SUFIC, 2014. 64 p.

TAVARES, M. C. Revista Manchete. **JK presta contas**, Rio de Janeiro, v. Ano 7, n. 407, p. 30-74, 1960.

VARNHAGEN, F. A. **Memorial orgânico**: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX). Brasília: FUNAG, 2016.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 240 p.

WIKCIONÁRIO, o dicionário livre. **CANDANGO**, 2015. Disponível em: <<https://pt.wiktionary.org/w/index.php?title=candango&oldid=2008140>>. Acesso em: 05 mar 2018.

WILLIAM SMITH, D. C. L. **Dictionary of Greek and Roman Antiquitie**. Londres: [s.n.], 1875.